

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO ROZENDO TAVARES NETO

**A REPÚBLICA NO AMAZONAS: DISPUTAS POLÍTICAS
E RELAÇÕES DE PODER (1888-1896)**

Manaus

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO ROZENDO TAVARES NETO

**A REPÚBLICA NO AMAZONAS: DISPUTAS POLÍTICAS
E RELAÇÕES DE PODER (1888-1896)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

Linha de Pesquisa: Política, Instituições e Práticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello

Manaus

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOÃO ROZENDO TAVARES NETO

**A REPÚBLICA NO AMAZONAS: DISPUTAS POLÍTICAS
E RELAÇÕES DE PODER (1888-1896)**

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

**Prof. Dr. William Gaia Farias
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Maria Mello Sampaio
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Ficha catalográfica, elaborada pelo Bibliotecário
Flaviano Lima de Queiroz CRB 11/255

T231r Tavares Neto, João Rozendo
A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder
(1888-1896) / João Rozendo Tavares Neto. -- Manaus: UFAM / Instituto
de Ciências Humanas e Letras, 2011.
133 f.: il. ; 30 cm

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Eliane Alves de Souza e Mello

Dissertação (Mestrado em História Social) – UFAM / Instituto de
Ciências Humanas e Letras/ PPGH, 2011.

1. Amazonas - história 2. Partidos políticos – Amazonas 3. República
4. Amazonas - governo I. Ribeiro, Eduardo II. Mello, Márcia Eliane
Alves de Souza e III. Título

CDU 981.13 (043.3)
CDD 981.13

Dedicatória

À Rayana Pomar, com imenso carinho.

Agradecimentos

Inicialmente agradeço à Fapeam, pelo auxílio financeiro através da bolsa de estudo que permitiu a realização da pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação (Seduc) por ter me dispensado para realizar o mestrado, possibilitando que me dedicasse exclusivamente à minha pesquisa.

À orientadora deste trabalho, Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Alves de Souza e Mello, pelas constantes arguições, sugestões críticas e por tudo que me ensinou durante a confecção deste texto.

Agradeço duplamente a Prof.^a Dr.^a Patrícia Sampaio por todas as contribuições dadas ao trabalho durante o exame de qualificação, como também, durante a defesa.

Agradeço também ao Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira pelas intervenções e sugestões durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. William Gaia Farias, pela vinda até Manaus para participar da defesa deste trabalho, agradeço.

Agradeço a Prof.^a Calene por ter me ajudado no início desta caminhada.

Agradeço a Prof.^a Msc. Orange Matos Feitosa, pelos empréstimos de livros e outros materiais que ajudaram bastante o desenvolvimento do texto.

Agradeço imensamente a Prof.^a Rocilene Moraes, amiga sempre presente e que acompanhou todas as etapas da pesquisa.

Ao Nonato Braga, grande amigo e que contribuiu significativamente para o desenvolvimento do trabalho.

À minha família e amigos, por todo o incentivo durante esse período.

Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público do Estado do Amazonas, pela atenção e gentileza durante o período de pesquisa naquela instituição.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a produção deste trabalho.

RESUMO

Neste trabalho, analisamos as relações políticas estabelecidas no Amazonas durante a transição do regime imperial para o regime republicano. Partindo dessa perspectiva, procuramos compreender a conduta adotada pelos representantes da política local perante a nova ordem que se iniciava, trazendo consigo novas possibilidades de alianças político-partidárias no centro do poder do recém-inaugurado Estado. Feito isso, buscamos discutir os conchavos e as articulações proporcionados por esses políticos que, visando apenas os benefícios oferecidos pelo poder do Estado, passaram a se antagonizar constantemente resultando em alguns conflitos armados. Como forma de entendermos as ações que resultaram nos constantes embates nos primeiros momentos de República no Amazonas, direcionamos nossa discussão inicial para os últimos dois anos do governo imperial com o intuito de identificarmos os principais políticos e as composições partidárias daquele regime governamental, como eles se comportaram diante da propagação republicana na província e, posteriormente, suas posturas mediante o anúncio no dia 21 de novembro de 1889 da nova ordem política. A partir dessa configuração, estabelecemos uma abordagem sobre as sucessivas trocas de governadores e a oposição de interesses entre civis e militares na disputa pela administração do Estado. Por fim, propomo-nos a analisar o conturbado governo de Eduardo Ribeiro, governo esse caracterizado por constantes conflitos e maquinações entre os representantes do Partido Democrático e do Partido Nacional, que protagonizaram algumas armações políticas como a que ficou conhecida como “Congresso Foguetão”.

Palavras-chave: Amazonas, Eduardo Ribeiro, Governo, Partidos Políticos, República.

ABSTRACT

The present work analyzes the political relations established in Amazonas state during the transition from the imperial regime to the republican one. From this perspective, we also aim at understanding the conduct adopted by the representatives of local politics before the new order that was initiating, bringing new possibilities of party and political alliances to the center of power of the newly opened State. After that, we seek to discuss the collusions and articulation provided by these politicians who only aimed the benefits offered by the State power and as a consequence started to constantly antagonize each other resulting in some armed conflicts. Trying to understand the actions which resulted in constant clashes in the first moments of Amazonas Republic, we have focused our initial discussion on the last two years of the imperial government in order to identify the main politicians and partisan composition from that governmental regime, how they behaved before the republican spread in Province as well as their conduct before the announcement in November 21, 1889 of the new political order. From this configuration, we established an approach to the successive changes of governors and the opposite interests between civilian and military disputing the administration of the State. Finally, we analyze the troubled government of Eduardo Ribeiro as it was characterized by constant conflicts and plans between the Democrat and National partisans who were protagonists of some political trappings like the one which is known as "Foguetão Congress".

Keywords: Amazonas, Eduardo Ribeiro, Government, Political Parties, Republic.

Sumário

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	
AINDA SOMOS IMPÉRIO: AS RELAÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS (1888-1889)	14
1.1 O cenário da política amazonense: A propagação republicana	14
1.2 As ações da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas: Formação das Comissões Parlamentares	33
1.3 Entre Liberais e Conservadores: As ações da elite política local	40
CAPÍTULO II	
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO CENÁRIO DA POLÍTICA AMAZONENSE (1890-1892)	53
2.1 Tomada de poder: Sai de cena a Monarquia, entra a República.....	53
2.2 “Dança das cadeiras”: As inúmeras trocas de governadores durante os primeiros anos de República no Estado	67
2.3 A Constituição e as eleições de 1891	74
CAPÍTULO III	
NEM TUDO ERA BELO NA MANAUS DA BELLE ÉPOQUE: O GOVERNO DE EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO	87
3.1 A volta de Ribeiro e as relações com o Governo Central	87
3.2 Os embates político-partidários	101
3.3 As artimanhas políticas e o “Congresso Foguetão”	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
FONTES	126
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar as relações políticas estabelecidas no Amazonas durante os primeiros anos de regime republicano, período caracterizado por intensas negociações e articulações entre os representantes da política local, que, por meio do jogo político defendido por seus partidos, garantiram seus lugares de destaque na administração do recente Estado do Amazonas.¹ Como consequência dessa conduta adotada pelos políticos amazonenses durante os primórdios da República na região, o Estado se configurou em um lugar de intrigas e conflitos pelo poder que em determinadas situações se apresentaram de forma mais violenta.

Partindo dessa perspectiva de abordagem, esta pesquisa tem a intenção de apresentar e discutir as relações político-partidárias não apenas durante a pós-tomada de poder pelos republicanos, como também os últimos momentos do regime imperial como governo oficial do Brasil. Com isso, optamos por definir nosso recorte cronológico entre os anos de 1888 e 1896 a partir de dois objetivos: sendo que o primeiro nos serviu como forma de tentarmos identificar os principais representantes políticos no Amazonas durante os últimos dois anos sob a égide monarquista, e que, mesmo com a mudança de regime de governo, continuaram a fazer parte do círculo do poder no Estado, inclusive tomando decisões para a sua condução. Ou seja, buscamos, desse ponto de reflexão, determinar o que efetivamente a República trouxe de novo para o Amazonas e sua composição política.

O segundo aspecto teve como abordagem principal os inúmeros impasses durante a transferência de poder, confrontos estabelecidos majoritariamente pela disputa entre militares e civis pelo controle da política da junta provisória composta para assumir de imediato a administração do Estado enquanto não era definida a nomeação do primeiro governador. Mostramos, todavia, que as relações conflituosas não se limitaram apenas aos impasses entre militares e civis pelo comando da junta provisória; ao contrário, estenderam-se durante os anos seguintes com as seguidas trocas de

¹ Com o advento da República no Brasil, as antigas Províncias passam a ser denominados Estados.

governos e as constantes trocas de acusações entre os membros do Partido Nacional e do Partido Democrático,² apresentando, assim, um cenário republicano pautado pela instabilidade política.

Nesse íterim, temos o retorno de Eduardo Ribeiro ao governo do Amazonas em 11 de março de 1892, conseguindo, enfim, conduzir uma administração pelo período de quatro anos. Ressaltamos, porém, que mesmo conseguindo tal mérito, num momento em que a duração dos governos não passava de um ano, o governo de Ribeiro não foi marcado pela tranquilidade e pela harmonia social relatadas pela historiografia tradicional³ que determinou um olhar romantizado para a administração de Eduardo Gonçalves Ribeiro, pondo-o como o mentor e executor do processo de modernização da cidade de Manaus, silenciando, assim, as inúmeras situações flagrantes de crises políticas durante sua gestão.

Não iremos defender, contudo, neste trabalho, a ideia de que os conflitos e as constantes trocas de acusações predominantes no início da República na região fizeram parte apenas da administração de Eduardo Ribeiro. Tais querelas se estenderam pelos governos subsequentes demonstrando que as animosidades não desapareceram com a sucessão do governador Eduardo Ribeiro.

A escolha pelo nosso objeto de estudo se materializou no momento em que nossas inquietações foram crescendo, preocupações voltadas, sobretudo, para uma visão apresentada pela historiografia tradicional, que determinou para o Amazonas, nessa época, apenas uma versão dos fatos na qual adotaram a ideia de modernização urbanística de Manaus e uma pretensa harmonia social e política como seus temas prediletos. Além disso, a condução desses textos reservou aos representantes da política local a condição de passivos e submissos aos mandos e desmandos do governo central.

² Com a instauração da República no Brasil, os representantes do antigo Partido Conservador passaram a fazer parte do Partido Nacional. Por sua vez, os integrantes do antigo Partido Liberal passaram a compor o Partido Democrático.

³ A historiografia consultada foi: BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. [1925]. Edição fac-similada. Manaus: ACA Fundo Editorial, 1985; REIS, Arthur César Ferreira. [1931]. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989; BRAGA, Genesino. **Chão e Graça de Manaus**. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975; LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978; MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e Modernidade: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1990.

Buscamos, a partir daí, romper com essas interpretações, demonstrando que em determinadas situações os políticos locais rejeitaram as determinações que vinham do governo federal, indicando que em alguns momentos os políticos amazonenses conseguiram condicionar as próprias ações por meio de articulações que fizeram prevalecer a defesa de seus interesses na região. Salientamos, porém, que tal rejeição aos mandos do governo central não foram absolutas, ou seja, nem sempre as ordens vindas do Rio de Janeiro foram ignoradas.

Entendemos, assim, que os seguimentos políticos prevalentes durante o período apresentado em nossa pesquisa se voltaram primordialmente para as reflexões explicitadas pelo historiador René Rémond,⁴ que, dentre suas abordagens, determina que a política com base na sua estreita ligação com a noção de poder conduz os partidos e seus representantes a adotarem uma postura na qual passam a ter o poder como objetivo e motivação. Partindo dessa premissa, procuramos nos apropriar da reflexão de Rémond para definirmos a conduta dos membros da elite política do Amazonas, que naquele instante estavam em busca de estreitar suas relações com o governo do Estado e sua consequente representação de poder perante a sociedade local.

Dessa forma, dividimos nosso trabalho em três capítulos, sendo o primeiro intitulado “Ainda somos Império: As relações políticas na Província do Amazonas (1888-1889)”. Nesse capítulo, apresentamos o cenário da política local durante os dois últimos anos de regime monárquico, estabelecendo uma discussão acerca da difusão da propaganda republicana na Província, além da relação que predominou entre os políticos na Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, não deixando de estender o debate para as ações partidárias de liberais e conservadores.

O segundo capítulo, denominado “Mudanças e permanências no cenário da política amazonense (1890-1892)”, destacamos o momento da transição do regime imperial pelo regime republicano e, conseqüentemente, os impasses entre os republicanos civis e militares durante os primeiros momentos de República no Amazonas. Nesse sentido, procuramos discutir os motivos e as ambições que

resultaram em seguidas substituições de governadores, assim como a elaboração da primeira Constituição republicana e seu efeito nas relações políticas no Estado.

Por sua vez, no terceiro capítulo, “Nem tudo era belo na Manaus da *Belle Époque*: O governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro”, discutimos os seguidos e, até mesmo, violentos embates político-partidários quando do retorno de Eduardo Ribeiro ao governo do Amazonas. Ao contrário da imagem de Ribeiro que se buscou cristalizar, procuramos explicitar que esse administrador foi, antes de tudo, um político autoritário que teve seu nome envolvido em alguns problemas políticos, tais como, fraudes eleitorais. Ressaltamos que durante seu tempo de governo, Eduardo Ribeiro buscou aproveitar o momento favorável economicamente, assim como sua relação partidária com a maioria dos representantes no Congresso, para executar seus projetos na cidade. Partindo dessa premissa, encerramos as discussões desse capítulo explicitando toda a articulação política destinada por Ribeiro e seus correligionários durante o desenrolar da eleição que garantiu o nome de seu amigo Fileto Pires Ferreira como seu sucessor no governo do Estado.

Baseada na estruturação de nossa proposta de pesquisa, materializada por meio da construção dos objetivos dos capítulos, deparamo-nos com algumas dificuldades durante o período de nossa pesquisa nos arquivos públicos do Estado. Em tal percurso, ressaltamos que romper com visões parciais e cristalizadas pela historiografia local não tem sido tarefa fácil no espaço percorrido de nossa pesquisa.

As dificuldades documentais da pesquisa explicitam uma não preservação da memória recente da História do Estado e de sua conjuntura política, reflexo da falta de organização de boa parte dos arquivos de pesquisa da cidade de Manaus, na qual, no curso desta pesquisa, deparamo-nos com a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas fechada, desde 2007, e outros arquivos apresentando uma documentação totalmente deteriorada, sem nenhuma condição de consulta, resultado da omissão dos responsáveis pelos acervos administrativos históricos. Além disso, a ausência de documentos em muitos desses centros de pesquisa tornou ainda mais difícil a construção de nossa abordagem.

⁴ RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2.^a ed. Rio de Janeiro:

Dessa forma, externamos que desconstruir o discurso cristalizado pela historiografia local, por meio de novas abordagens, não tem sido simples. Não obstante os inúmeros problemas encontrados nos arquivos de pesquisa, buscamos combater o discurso da historiografia local que, em grande medida, inclinou sua interpretação para a narrativa de uma história desenvolvida por uma harmonia social e política, deixando silenciados ou minorados muitos conflitos e artimanhas que fizeram parte da política amazonense durante os últimos momentos de regime monárquico, como também nos primórdios da República no Amazonas.

CAPÍTULO I

Ainda somos Império: As relações políticas na Província do Amazonas (1888-1889)

1.1. O cenário da política amazonense: A propagação republicana

As duas últimas décadas do século XIX, no Amazonas, tiveram as atenções da historiografia voltadas em grande medida para o processo de expansão da economia gumífera e seus reflexos, ainda iniciais, no espaço urbano de Manaus, período que ficou conhecido como a *Belle Époque* manauense.⁵ Deixando, assim, a discussão sobre a representação do cenário político amazonense em segundo plano, num momento em que as estruturas do governo monárquico estavam próximas de serem derrubadas com o advento do regime republicano.

Partindo desse ponto de reflexão, buscamos, neste capítulo, analisar o funcionamento da máquina administrativa da Província do Amazonas e sua composição por meio das relações estabelecidas entre os políticos que dominaram o cenário do governo amazonense durante os últimos momentos da Monarquia no Brasil, suas ações e seu posicionamento diante da propagação republicana na Província.

Dessa maneira, o diálogo com as ideias apresentadas pelo historiador René Rémond⁶ sobre a nova concepção da história política foi significativo para compreender-se a dinâmica política que prevaleceu no Amazonas em tal momento. Rémond apresentou como definição a representação de político com base na sua estreita relação com a noção de poder. O autor salienta ainda que, partindo das

⁵ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do fausto**: Manaus 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999; MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: História e Arquitetura 1852-1910. 3.^a ed. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus/Uninorte, 2006; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925. Manaus: Edua, 1999; WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência 1850-1920. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

⁶ RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**, 2003.

reflexões suscitadas por suas análises, essa seria uma definição mais abstrata da noção de poder, que se estabelece pela impossibilidade de definir-se o político por uma coleção de objetos ou um espaço; nesse sentido, Rémond afirma que a política, como instrumento, direciona sua relação para a prática do poder, estabelecendo, com isso, uma relação significativamente próxima entre ambas.

Em tal perspectiva, o historiador enfatiza um ponto determinante na caracterização dessa relação, na qual os mecanismos estabelecidos nessa construção apresentam a ideia de poder em uma representação mais ampla, ou seja, o poder na qualidade de instrumento que possibilite decisões na sociedade global. Sobre essa definição, Rémond afirma que

Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado.⁷

Pelas reflexões propostas por Rémond, podemos nos defrontar com a constituição do cenário da política no Amazonas, sobretudo as ações dos representantes dos dois partidos oficiais do Império: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Assim, o grupo político amazonense se apresentou como uma elite acima de tudo bem articulada na cidade de Manaus, na qual uma minoria privilegiada que detinha majoritariamente não apenas o poder da política em si, mas também um domínio econômico que se refletia, sobretudo, em privilégios na sociedade local.

Ao definirmos nosso entendimento sobre a representação de elite no Amazonas, fazemos uso das discussões estabelecidas pelos estudos de John Wirth, Robert Levine e Joseph Love, apresentados pelo próprio Love e Bert J. Barickman⁸ em texto intitulado “Elites regionais”, no qual os estudos se desenvolveram por meio do chamado método prosopográfico, identificando minuciosamente os políticos que fizeram parte do meio social nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco durante o período de 1889 a 1937. Durante a construção dessa reflexão, os autores adotaram como critério

⁷ RÉMOND, René. **Por uma história política**, p. 444.

⁸ LOVE, Joseph. L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

de definição e identificação das elites a posição social dos representantes em suas respectivas regiões.

Lançando um olhar para as relações que predominaram no Amazonas durante o período desta pesquisa, fomos percebendo que apenas o critério de posição social não era suficiente para buscarmos uma definição de elite, em se tratando da composição elitista amazonense naquele momento, pois notamos que a tomada de decisão também tinha um peso determinante em tal contexto; dessa forma, julgamos mais apropriado refletir sobre a elite política amazonense por essa ótica. Nessa perspectiva, Noberto Bobbio ressalta que dentre as atribuições da elite política estão o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo. De acordo com sua definição,

Por teoria das Elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância.⁹

Além do debate sobre os mecanismos definidores de uma determinada elite, surge na mesma proporção outro sobre a questão do posicionamento adotado pelos representantes políticos que pertenciam à referida classe mediante certas situações que puseram em risco suas posições destacadas perante a sociedade; pois em determinados momentos esses políticos tomaram decisões que implicaram decisivamente na manutenção de seus privilégios. A transição do regime monárquico para o republicano caracterizou bem a situação em que as composições partidárias tiveram de adotar estratégias como forma de se manterem no centro do poder.

Por meio de dados apresentados por Joseph Love e Bert Barickman, observamos que durante a composição do quadro político, na passagem do Império para a República, houve certo equilíbrio entre os republicanos históricos, que

⁹ BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Varriale. 11.^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 385.

representou 42% dos considerados efetivamente favoráveis à mudança de sistema de governo antes de a República ser instaurada. Por sua vez, a maioria de 58% se enquadrava entre os chamados adesistas, que migraram para a corrente republicana somente após a queda da Monarquia.¹⁰ Apesar da diferença não ser tão considerável, a maioria verticalizou seu apoio ao republicanismo somente depois da declaração da mudança de regime governamental, sinalizando, assim, que a decisão não consistiu em uma manifestação efetiva de apoio ao novo regime e, sim, à manutenção de suas posições e privilégios proporcionados pelo círculo do poder.

O jogo político estabelecido na Província do Amazonas, nos momentos anteriores e posteriores ao advento da República, mostraram-nos que os interesses políticos dos grupos partidários vinham em primeiro lugar, em detrimento dos ideais que se propagaram pelas campanhas republicanas, sobretudo nos últimos anos do regime imperial, que além de condenarem em grande parte a postura inerte da Monarquia perante os problemas da população de um modo geral, destacaram a necessidade de instituir-se um governo de bem comum, um governo voltado para a ideia de “libertar” o povo da ação dominante do Império. Ou seja, livrar-se de um tempo que consideravam ser caracterizado por um governo “lento”, “atrasado” e “dominador”, e começar um novo governo que representaria o oposto do anterior.¹¹

Por intermédio de propagandas contra o governo imperial no Amazonas, os jornais de cunho republicano não apenas condenaram a administração vigente de D. Pedro II, como em grande medida procuraram atacar fortemente a figura da princesa Isabel, sucessora direta de D. Pedro II. Dentre sua exposição, o jornal republicano *Equador* explicita a preocupação entre os representantes republicanos de que o poder monárquico ficasse efetivamente nas mãos do conde D’Eu, marido de Isabel. Dessa forma, no dia 25 de março de 1888 o *Equador* expõe a questão em suas páginas:

E’ dever de todos attentar para o dia da amanhã e não dormir indolentemente quando o paiz está ameaçado de representar o ignominioso papel de roupa de francez, francamente posto em leilão pelas ambições coligadas de meia dúzia de homens que tudo são capazes, no afan de resguardar o seu interesse e poderio.

¹⁰ LOVE, Joseph. L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais, p. 78-79.

¹¹ MARTINS, Ana Luiza. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001.

A senhora que, por força da ordem normal da successão e graças a um absurdo da lei, ha de ser chamada a occupar o throno e a dirigir o governo da nação, tem dado de si, até hoje, as provas as mais negativas de sua capacidade e aptidão para a investidura soberana que lhe esta reservada.¹²

Notamos que dentre os discursos proferidos pelos instrumentos republicanos, esse acabou sendo o que prevaleceu, no qual buscaram, em grande medida, destinar suas falas para atacar o governo monarquista e os representantes da família real. Isso fez com que os republicanos demonstrassem uma preocupação muito mais inclinada em destinar ataques contra o regime monárquico e seus representantes do que propriamente apresentar um modelo definido do que seria o regime republicano no Brasil quando de sua chegada ao poder.

Por meio do estudo sobre as ações políticas dos militares nos últimos tempos de governo imperial, Celso Castro vai esmiuçando o interior do militarismo no Brasil pela sua atuação no processo de representação dos ideais republicanos e, posteriormente, sua instauração. Por intermédio de sua pesquisa sobre a ação política dos militares durante a tomada de poder, Castro nos mostra que não houve entre os militares da chamada “mocidade militar” uma preocupação efetiva sobre o tipo de República que deveria ser implantada, pois esses militares estavam mais preocupados com as posições que seriam ocupadas após a execução do golpe. Assim, segundo Celso Castro, para a “mocidade militar” teria

sido suficiente saber que se tratava da forma científica de governo, aquela onde reinaria o mérito, ordenador de toda a vida social; um regime político, afirma Tasso Fragoso, inspirado no interesse coletivo, com liberdade espiritual e onde “só os competentes fossem escolhidos para as funções sociais”.¹³

Podemos perceber pela exposição que Celso Castro cita em determinado momento uma fala de Tasso Fragoso em relação aos representantes que ocupariam as chamadas funções sociais: esse era um ponto de discussão essencial para os membros dos partidos monarquistas que temiam perder seus cargos e seus privilégios como membros dos quadros da política imperial.

¹² Jornal *Equador*, Ano I, n.º 12, de 25/3/1888, p. 2.

¹³ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 143-144.

Com a tomada do governo pelos republicanos, os chamados adesistas, que eram os membros dos partidos políticos do Império, que mudaram de lado após a instauração da República, adotaram tal postura como forma de tentar salvar suas posições nos quadros da administração pública, num primeiro momento. Sendo que, posteriormente, estavam muito mais inclinados na busca de altos cargos no governo republicano, sem que houvesse nenhum consenso para privilegiar-se a ideia de interesse coletivo, que era propagada pela chamada mocidade militar, transformando o discurso construído durante os últimos momentos de Monarquia em “letras mortas”.

A postura adotada no campo regional não foi diferente, pois a maioria dos representantes das elites políticas locais não buscou aderir às ideias republicanas antes do fim da Monarquia por receio de perderem seus cargos e, conseqüentemente, seus privilégios políticos. E buscaram, no momento da tomada de poder pelos republicanos, abraçar o movimento com o intuito de preservarem seus lugares de destaque no cenário da política regional, estabelecendo, com isso, a manutenção de privilégios adquiridos durante o regime monárquico. Assim, podemos perceber que os grupos políticos atuantes no Amazonas efetivamente compartilharam com o ideal de República somente após a confirmação de que os representantes republicanos do Rio de Janeiro haviam se estabelecido na condição de novo governo do Brasil.

No Pará, a realidade não se mostrou muito diferente da apresentada no Amazonas, pois apesar de apresentar uma adesão às ideias republicanas um pouco maior que o Amazonas antes da tomada de poder, podemos considerar que as fileiras de adesão ao republicanismo no Estado vizinho só engrossaram, efetivamente, posteriormente à tomada de poder pelos republicanos, postura essa adotada pelos políticos paraenses como forma de se inserirem na nova realidade do cenário político brasileiro. De acordo com William Gaia Farias,

Aclamada a República no Pará, preocupados em reconquistar o poder e o prestígio político, a maioria dos liberais e alguns conservadores formaram o partido republicano democrático, no terceiro dia após a solenidade republicana. Logo procederam à criação do jornal *O democrata*, em substituição ao jornal *O liberal do Pará*. A partir daquele momento, o jornal passava a divulgar as

propostas do PRD e promover críticas ao governo provisório e ao Partido Republicano do Pará.¹⁴

O historiador salienta, contudo, que mesmo com a adesão ao novo sistema e a formação do Partido Republicano Democrático pelos representantes políticos paraenses que pertenciam ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, acabou não prevalecendo o poder de decisão desses políticos nos primeiros momentos de República no Pará. Refletindo sobre a nova configuração do cenário da política paraense, Gaia Farias acrescenta que:

Proclamada a República, o grupo de republicanos históricos ocupou o poder político no Estado. Quando da notícia do movimento de proclamação no Rio de Janeiro, os representantes do exército, da armada e do club republicano promoveram a solenidade. Foram todos convocados para a solenidade de deposição do presidente da Província do Pará. Portanto, a República, no primeiro momento, não representou a continuidade do poder político dos integrantes do Partido Liberal e do Partido Conservador, mesmo que as adesões aumentassem logo no início do novo regime. Com a Proclamação da República, o poder político esteve, inicialmente, sob a direção dos fundadores do club republicano do Pará, auxiliados por alguns adesistas republicanos.¹⁵

O que se percebe é que, tanto na Província do Amazonas quanto na do Pará, a grande maioria dos representantes políticos durante os últimos anos de regime imperial procurou não compartilhar com os ideais republicanos de imediato; ao contrário, adotaram uma postura conservadora, pois tal medida representaria a continuação do sistema político e suas benesses, afinal o movimento republicano no Brasil não apresentou efetivamente nenhuma garantia de que daria certo. Como Celso Castro aponta em seu texto, o movimento poderia, sim, ter fracassado e a República não ter sido proclamada.¹⁶ Isso nos mostra que até o momento da efetiva tomada de poder e, conseqüentemente, o anúncio da instauração da República no Brasil, não se tinha nenhuma garantia de que o movimento republicano pudesse ter sucesso.

Embora o jornal republicano *Evolução*, publicado em Manaus, tivesse afirmado em um primeiro momento que as adesões aos ideais republicanos estavam se acentuando em todo o Brasil, do Sul ao Norte, em junho de 1888, ele recuou em seu

¹⁴ FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açai, 2008, p. 24.

¹⁵ FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**, p. 20.

¹⁶ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**, p. 8.

discurso e reconheceu que, na Região Norte, a aceitação ainda era pequena naquele instante. Segundo o jornal *Evolução*:

O Sul do Imperio está em caminho das idéas livres de que é verdadeiro paladino Quintino Bocayúva, e todos os dias a historia registra o fato de mais uma victoria no campo republicano.
O Norte ainda está muito frio, ainda não sentio pulsar em seu coração o entusiasmo divino dessa crusada revolucionista.¹⁷

A afirmação exposta pelo jornal demonstra que os próprios propagadores republicanos, em determinados momentos, externavam suas insatisfações e preocupações com relação à baixa adesão ao movimento republicano. Naquele momento, não seria fácil romper com os laços político-partidários estabelecidos entre os representantes da elite política local e seu jogo de poder predominante.

Refletindo sobre a postura e, conseqüentemente, as ações de monarquistas e republicanos durante os momentos que antecederam à mudança de regime político no Brasil, notamos que muitos monarquistas começaram a desempenhar uma estratégia objetivando enfraquecer o movimento republicano. Tal conduta teve como ação principal divulgar que as ideias republicanas não tinham nenhuma fundamentação e que seu movimento não passava de manifestações sem grande relevância iniciado por alguns insatisfeitos com o governo monárquico. Arthur Cézár Ferreira Reis destacou em seu trabalho que tanto membros do Partido Liberal quanto do Partido Conservador não levaram o movimento republicano no Amazonas a sério, creditando ao movimento um lugar de pouca significância na Província do Amazonas; para o autor:

As adesões não se mostraram muitas. Liberais e Conservadores riam-se dos republicanos, que iniciaram a propaganda em coluna cedida pelo *Jornal do Amazonas*. O manifesto, abordando, realmente, os problemas vitais da província, poucos o recebiam como um documento público de alta valia. Geralmente o olhavam como fantasioso, de apoucada significação.¹⁸

O que não se pode perder de vista é que alguns fatores acabaram contribuindo para a parca inclinação dos membros políticos na questão da propagação das ideias

¹⁷ Jornal *Evolução*, Ano I, n.º 28, de 28/6/1888, p. 1.

republicanas. Acreditamos que um dos principais entraves para essa propagação se deu por conta do próprio distanciamento geográfico entre a Província do Amazonas e as demais Províncias do Brasil, pois isso fez com que as notícias das movimentações republicanas nos demais centros do Império demorassem a chegar até a capital Manaus, o que enfraquecia de certa forma a articulação dos republicanos amazonenses com os de outras Províncias. Nesse sentido, os próprios propagandistas do republicanismo no Amazonas reconheciam que a questão do distanciamento geográfico refletia conseqüentemente em um distanciamento político; dessa forma, o isolamento político acabou influenciando negativamente na construção de um movimento mais forte na região.

Com relação à questão, o jornal *Equador*, em março de 1888, posicionou-se da seguinte forma:

O Amazonas não pode continuar a viver n'esse isolamento politico, verdadeiro estado anormal, sob pena de ficar à retaguarda das outras irmãs, cujos filhos nas pelejas partidárias veem uma politica mais larga, mais adiantada, livre e patriótica.¹⁹

Como mencionamos em passagem anterior, o Pará acabou tendo uma representatividade republicana um pouco maior, tendo em vista que Belém, ao contrário de Manaus, já possuía sistema de telégrafo, o que deixou a Província do Amazonas atrelada às notícias que vinham de Belém sobre as demais Províncias e sobre a capital do Brasil. Ou seja, a Província do Pará tinha uma interação mais rápida com os acontecimentos da capital do Império e das Províncias do Sul, que, dessa forma, puderam ter uma aproximação mais rápida com as ideias que se desenrolavam no Rio de Janeiro.

Em trabalho sobre as Províncias do Brasil Imperial, Maria de Fátima Silva Gouvêa aponta algumas características da ação e articulação política dos representantes dos partidos políticos do Império, destacando que nesse período não havia um único grupo claramente dominante e que mesmo antes do processo de

¹⁸ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2.^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 244.

¹⁹ Jornal *Equador*, Ano I, n.º 12, de 25/3/1888, p. 1.

independência, de 1822, a organização da máquina administrativa no Brasil esteve intimamente associada à formação dos grupos de poder.²⁰ De certa maneira, o revezamento no poder entre liberais e conservadores garantiu benefícios para os representantes de ambos os partidos, o que lhes serviu de incentivo para defenderem a manutenção da estrutura política do Império.

Em análise anterior, Regina Márcia de Jesus Lima indica que as ações do poder central durante o período imperial atuaram nas Províncias como forma de determinar certo controle sobre as regiões. Nessa perspectiva, Regina Márcia salientou que:

A força centralizadora do governo imperial atuava nas províncias, interferindo no processo de escolha através de seus agentes treinados. Estes, realizando uma circulação geográfica, ascendiam gradativamente em suas carreiras, com o objetivo de atingir as funções mais relevantes no cenário político administrativo do Império.²¹

A autora acrescenta ainda que essa conduta de tentativa de controle das Províncias pelo poder central passou pela configuração, por assim dizer, das bases do processo eleitoral existente durante o Império, sendo que esse mesmo processo eleitoral foi insuficiente para garantir o funcionamento do sistema representativo, o que gerou uma permanente corrupção, caracterizada, sobretudo, por meio das constantes fraudes eleitorais.

Apesar dessa postura adotada pelo governo central, de determinar-se uma ação de controle nas Províncias por meio de seus representantes, não podemos considerar que a relação estabelecida entre liberais e conservadores no Amazonas foi construída com base em uma harmonia político-partidária; ao contrário, em determinadas situações os representantes dos partidos se atacaram mutuamente em defesa de seus interesses não apenas políticos, como também particulares. Ainda, segundo o jornal *Equador*,

²⁰ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias**: Rio de Janeiro 1882-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 73.

²¹ LIMA, Regina Márcia de Jesus. A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889). In: **História em novos cenários**: Amazônia em cadernos. Vol. II, dez. 1993-1994, p. 34.

Os dois partidos militantes acham-se emmaranhados nas luctas odiosas de questões privadas, trocaram, insensivelmente, na ordem da disputa, as suas bandeiras, e ninguém sabe mais sob que principio eles caminham.²²

Podemos observar que as frentes partidárias defenderam a manutenção de seus privilégios a qualquer custo; entendemos, com isso, que uma adesão aos ideais republicanos poderia representar uma escolha arriscada para os membros de ambos os partidos, por assim dizer, pois a grande maioria dos representantes dos grupos políticos tinha algum tipo de privilégio estabelecido, e engrossar as fileiras de grupos republicanos representaria mais que uma simples adesão política: representaria antes de tudo uma forma de porem em risco suas posições nos grupos dominantes nos quais já estavam inseridos.

Na perspectiva apresentada por Arthur Reis, o governo imperial vinha sendo minado por vários problemas, sendo que, para ele, duas questões foram fundamentais para que o governo tivesse seus alicerces da política imperial fragilizados. Segundo sua observação, por mais que os liberais e os conservadores diminuíssem a atuação dos republicanos, o governo monárquico já vinha atravessando um momento de crise na segunda metade do século XIX, sendo que o processo de abolição da escravidão e a insatisfação de parte dos militares perante as ações do governo contribuíram decisivamente para um determinante crescimento do movimento republicano, sobretudo, no Sul e no Norte. Arthur Reis afirma ainda que:

O império, depois da libertação dos escravos, estava com seus dias contados. O aborrecimento das classes produtoras diante do golpe violento vibrado com a emancipação, golpe que arruinou com a economia particular e pública, e a exaltação que se vinha observando nos meios militares, eram motivos bastantes para enfraquecer o trono, fazendo que aumentassem os grupos republicanos que por todo país se organizavam em ativa propaganda. Mas a república, naqueles dias, era sonho de moços, dizia-se. Os centros políticos e os jornais que pregavam abertamente, embora num aumento constante no sul e no norte, não eram tidos em consideração pelos estadistas do segundo império, que não se arreceiavam, não computavam aquelas razões já citadas e esqueciam a lição da campanha abolicionista, nascida também em grupos de moços e em jornais. A propaganda, facilitada, tomava vulto.²³

²² Jornal *Equador*, Ano I, n.º 12, de 25/3/1888, p. 1.

²³ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 242.

Dois pontos nos chamaram a atenção no relato de Arthur Reis sobre o crescimento das adesões políticas ao movimento republicano no país. O primeiro, com relação à postura de pouco caso do governo imperial mediante a crescente tomada do republicanismo no cenário político, consequência das ações reformistas do governo as quais fizeram com que perdessem a legitimidade que haviam conquistado, pois as ditas reformas atendiam aos interesses majoritários da população que não tinha uma representatividade política, ao contrário dos grandes proprietários de terra.²⁴

Isso quer dizer que as fileiras das adesões republicanas foram engrossadas em grande parte por insatisfações particulares de grandes fazendeiros e militares do que propriamente simpatias pela ideologia republicana, que acabou sendo utilizada por esses grupos como forma de atingirem os monarquistas dos quais se tornaram adversários.

O segundo aspecto nos interessa mais diretamente, pois se trata da questão da adesão e divulgação da propaganda republicana no Norte. Mais uma vez, destacamos a Província do Pará como uma das primeiras a divulgar as ideias republicanas na região e que, apesar de toda resistência imposta pelos grupos dominantes, os instrumentos de propaganda republicana circulavam nessa Província desde os tempos da Regência.

Não por acaso, essa Província acabou tendo uma maior difusão republicana diante das demais Províncias do Norte. Com base nesse ponto de reflexão, Gaia Farias ressalta que:

A propaganda republicana no Pará, no sentido de divulgação de propostas sistematizadas referentes à República, surgiu a partir da agremiação que coordenava a campanha, ou seja, o club republicano do Pará. Este foi a primeira agremiação republicana da região amazônica, sendo formado por homens que, na busca por seus objetivos políticos, procuravam também conquistar adeptos. Os protagonistas dessa propaganda, organizados em torno da agremiação, foram ativistas que tomaram para si a tarefa de organizar e divulgar a campanha republicana. Os primeiros propagandistas republicanos ficaram também conhecidos como “republicanos históricos”. Afinal, foi o ativismo político desses homens e as ações que moveram pela República, ainda no período monárquico, o que levou a esta denominação. Sem dúvida, o club republicano do Pará foi a primeira célula organizada do republicanismo no

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: **Teatro de sombras: a política imperial**. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 323.

norte do país, sendo o ponto de partida para alguns políticos que estiveram à frente da administração pública no alvorecer da República no Pará.²⁵

O Clube Republicano da Província do Pará foi o primeiro clube do Norte, sendo fundado em 11 de abril de 1886 por meio de sua primeira reunião que contou com a participação de mais de cem pessoas, dentre as quais constavam militares, médicos, advogados, professores e comerciantes de diversos setores. Essa primeira reunião foi presidida pelo bacharel Benvindo Gurgel do Amaral e teve como um dos seus secretários o tenente Lauro Sodré, futuro governador do Estado do Pará.²⁶

Por sua vez, os difusores republicanos que circularam pela capital da Província do Amazonas não conseguiram ter as mesmas dimensões das alcançadas durante a propagação realizada em Belém. Como dissemos anteriormente, existia a dificuldade em estabelecer-se uma interação mais próxima entre o Amazonas e outros centros que propagavam o republicanismo no Brasil, além disso, apontamos também, como mecanismo dificultoso, o fato de os grupos políticos da região se mostrarem defensivos com relação às notícias trazidas do Pará, pois procuraram defender suas posições no meio político e social, como também o *status* econômico contra qualquer manifestação que pusesse em risco suas posições na sociedade amazonense.

Dessa forma, quando as influências do movimento chegaram ao Amazonas, encontraram o quadro da política local fechado em torno de uma elite dominante que era a mais fiel representação da política monárquica. O cenário apresentado não foi dos mais animadores, mas, ainda assim, as propagações dos ideais republicanos tiveram certa circulação na Província, sobretudo por alguns jornais²⁷ de cunho republicano que circularam em maior número durante alguns meses de 1888. Esses jornais foram utilizados como instrumentos políticos que desempenharam uma função estratégica

²⁵ FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**, p. 9-10.

²⁶ FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**, p. 12.

²⁷ Os referidos jornais de propaganda republicana que circularam no Amazonas durante o ano de 1888 foram: **O Corneta**, semanário que circulou de 12 de janeiro a 5 de abril de 1888, tinha como proprietário Oscar J. D'Oliveira; **Equador**, semanário pertencente a uma associação que circulou em Manaus de 1.º de janeiro a 20 de maio de 1888 e, por fim, o jornal **Evolução**, que durante sua primeira fase publicou alguns poucos números sobre o movimento republicano, em 1888. Este referido jornal pertencia a um pequeno grupo formado por Oscar J. D'Oliveira, cel. Elias Souto, Manuel Madruga e Hugo Aranha.

para atrair simpatizantes com o objetivo de organizarem um clube em Manaus, mesmo enfrentando toda a resistência dos membros da política local.

O movimento de propagação republicana no Amazonas encontrou obstáculos árdios de serem transpassados e laços difíceis de serem rompidos, tanto que conseguiu organizar seu clube apenas alguns meses antes da instauração do regime republicano, o que demonstra a grande resistência dos políticos locais contra qualquer investida que representasse uma mudança nos quadros da política regional.

Desse modo, segundo Arthur Reis, o clube republicano foi fundado no Amazonas no dia 29 de junho de 1889 e sua instalação havia sido programada para o dia da chegada do republicano histórico Silva Jardim em Manaus. Jardim, contudo, acabou não vindo ao Amazonas e o marco do manifesto foi transferido para a data em que o conde D'Eu, que representava o Império em visita oficial, chegasse à Província.²⁸ Arthur Reis acrescenta que o ato que oficializou a fundação do Clube Republicano no Amazonas contou com a participação de vinte e oito membros, número bem inferior se comparado com o apresentado na Província do Pará. A organização do clube foi liderada por Domingos Theophilo de Carvalho Leal, Gentil Rodrigues de Souza, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos e Olympio F. da Motta.

Mesmo com a formação do clube republicano alguns meses antes da tomada de poder, percebemos que o comportamento mais comum entre os políticos amazonenses foi de se manterem fiéis ao partido no poder. Essa realidade ilustra bem o receio que esses representantes tinham de perder os privilégios que lhes eram destinados pelo fato de comporem os quadros do funcionalismo público, por exemplo.

Por sua vez, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde a investida da campanha republicana foi mais ativa, houve um considerável crescimento de correligionários impulsionados, sobretudo, pelas questões mal resolvidas pelo governo imperial durante os anos finais do regime monárquico.²⁹ Em 1889, o número de clubes republicanos no país ultrapassava 250, sendo que após a abolição da escravidão fundaram-se 25 novas agremiações na Província fluminense. Ainda assim, de acordo

²⁸ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 242-243.

²⁹ MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. 3.^a ed. São Paulo: Editora Ática, 1994, p. 12-13.

com Hamilton Monteiro, isso não era suficiente para a mudança de regime, tendo em vista que a legislação eleitoral favorecia o partido que estava no poder.

Em recente publicação, Sylvio Puga Ferreira assinala que a representação do republicanismo no Amazonas se mostrou de forma fragmentada, o que resultou em um movimento sem força política. De acordo com seu posicionamento, isso se evidenciou por meio do processo de propagação que somente em 1888 parece ter conseguido espalhar um pouco mais suas posições políticas junto à população. Sobre a fragilidade da propagação republicana no Amazonas, Puga Ferreira salientou que

As simpatias pela República no Amazonas aparecem de forma fragmentária, documentada em alguns jornais republicanos, que circularam na província com pouca duração. O jornal *Argos*, cujo primeiro número circulou em 9 de abril de 1870 e encerrou suas atividades em 30 de junho de 1872, foi um dos primeiros a fazer referência à questão republicana. O debate intensificou-se em 1888, com o surgimento de três jornais: *O Corneta*, *A Evolução* e o *Equador*.³⁰

Por mais que o debate tenha se mostrado mais presente pelos periódicos publicados em 1888, ainda assim as grandes adesões à proposta republicana não ocorreram em grande número. Além do receio dos políticos locais em aderir ao movimento, soma-se o fato da efêmera circulação que tiveram os jornais de caráter republicano durante o ano de 1888. Esse aspecto acabou representando um fator que contribuiu significativamente para que não houvesse uma maior aceitação e até mesmo organização das estruturas republicanas, pois o fato da curta circulação dos periódicos é o indício de que a política local estabelecida não se renderia facilmente a esses novos ideais.

Por sua vez, os propagandistas do regime republicano, por meio do pequeno espaço de difusão que tiveram na cidade de Manaus, adotaram uma posição rígida na hora de defenderem os ideais do movimento republicano nas páginas dos jornais. Como mencionamos, apesar da curta duração e da pouca edição semanal dos jornais *O Corneta*, *Evolução* e *Equador*, esses veículos de informação, além de terem sido efetivos propagadores das ideologias republicanas, foram também, em muitos

³⁰ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1889-1914)**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 173-174.

momentos, duros em suas críticas desferidas contra o regime monárquico e sua política de governo.

Essa estratégia teve como objetivo tentar desmoralizar o regime imperial por meio do ataque, desferindo uma série de críticas ao governo vigente como o ocorrido no dia 22 de janeiro de 1888, quando o jornal *Equador* verteu toda sua crítica ferrenha contra a Monarquia e a representatividade da figura do imperador D. Pedro II, desferindo-lhe uma série de acusações:

A nosso ver o unico mal está nesta velha e carunchosa monarchia, que qual enorme tropeço entrara o nosso progresso.

A monarchia é um circo de aço, que aperta-nos em todos os sentidos, conservando-nos sempre esta forma rachitica, que nos da o aspecto d'um cadaver ambulante; não nos illudamos com este galvanismo, que fere-nos a vista, porque o lado intimo deste immenso paiz denota grande depauperamento de seiva vital.

Julgamo-nos um povo livre, e não o somos; alardeamo-nos com uma constituição política, e no entretanto o rei faz o que quer; sua pessoa é sagrador, elle não é responsavel, emfim, elle é o senhor feliz desta immensa feitoria que herdou de seus pais, e pretende transmittil-a a seus bem-aventurados descendentes.³¹

Como se pode observar pelas páginas do jornal *Equador*, os republicanos partiram para o confronto direto contra os monarquistas, desferindo-lhes uma artilharia pesada de críticas. As críticas dos poucos representantes republicanos no Amazonas destinadas ao governo central, no entanto, pareciam não representar nenhuma ou pouca ameaça efetiva aos políticos monarquistas na Província e mesmo na corte, que aparentavam estar mais voltados para as questões que se desenrolariam nas Províncias consideradas mais prósperas do Império, na qual os ideais do movimento republicano pareciam encontrar uma brecha maior em sua difusão e conseqüentemente uma maior adesão, ao contrário do que representou a Província do Amazonas no contexto do Brasil monarquista.

Nesse percurso, Renato Lemos salientou que a divulgação do Manifesto Republicano acabou sendo importante, pois serviu como catalisador para o surgimento de clubes e jornais de caráter republicano em diversas partes do Brasil. Sobre a representatividade do reflexo da divulgação do manifesto, o autor afirmou ainda que:

A divulgação do Manifesto Republicano estimulou o surgimento de clubes e jornais em várias regiões. Menos de um mês após a publicação do documento, chegava ao Clube Republicano do Rio de Janeiro a informação de que o Clube Radical de São Paulo acabara de se transformar em Clube Republicano. Foi o início de uma onda de adesões em vários municípios paulistas. A vaga, contudo, não se espalharia na mesma velocidade pelo resto do país. Onde havia forte tradição liberal e/ou republicana, como em Minas Gerais e Pernambuco, as adesões ao republicanismo começaram a acontecer logo, mas sem se traduzir necessariamente em organização partidária. Em outras áreas, a evolução do republicanismo foi mais complicada. Entre as províncias do norte, o Pará organizou seu partido em 1886, mas o Amazonas não o conseguiu enquanto durou a monarquia.³²

Ainda refletindo sobre o crescimento do republicanismo na Província de São Paulo, o autor afirma que foi apenas em São Paulo que os republicanos conseguiram construir um partido de fato. Sendo que o partido não foi organizado apenas por médicos, jornalistas, engenheiros, advogados e comerciantes, contou também com expressivo contingente de fazendeiros de café do oeste. E estes representaram 50% dos delegados presentes na convenção organizada em Itu que, em 1873, fundou o Partido Republicano Paulista.³³

Segundo Sérgio Buarque de Holanda,³⁴ existiram no republicanismo de São Paulo algumas características que faziam com que aquela Província tivesse uma composição mais adesista ao movimento; dentre essas particularidades, podemos mencionar a própria Faculdade de Direito que contribuiu muito nesse sentido, pois seu espaço serviu como centro agregador e propagador das ideias defendidas pelos seguidores do regime republicano. Somando a isso, intensificou-se a insatisfação dos latifundiários escravagistas com o imperador.

As discordâncias já se arrastavam de certo tempo, principalmente a partir da “promulgação da lei de 1871 que por meio de seu artigo terceiro instituiu um fundo destinado a promover anualmente, em cada Província, a libertação de tantos escravos

³¹ Jornal *Equador*, Ano I, n.º 04, de 22/1/1888, p. 1.

³² LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: 1870-1889**. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 414.

³³ LEMOS, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia**, p. 415.

³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico**. 4.ª ed. São Paulo: Difel, 1985, p. 267.

quanto possível com os recursos disponíveis”.³⁵ A instituição da referida lei fez com que houvesse uma atuação das mais diretas do governo nas relações entre os senhores e os escravos, na qual o governo passou a ser o definidor dos critérios que deveriam ser adotados para determinar quais escravos seriam libertos. Dessa forma, Chalhoub salientou que:

A lei de 1871 havia redefinido arenas de conflitos sociais, tinha legitimado uma maior intervenção do poder público nas relações entre senhores e escravos. Nesse sentido, como vimos, comprometera as bases tradicionais da instituição da escravidão. O ritmo e o alcance dessas mudanças, todavia, continuavam a ser negociados passo a passo durante o processo de aplicação da lei.³⁶

Por sua vez, José Murilo de Carvalho salienta que, nessa conjuntura, estabeleceu-se uma situação de interesses conflituosos, pois ao mesmo tempo em que a abolição era entendida como conjunto de políticas públicas que resultou no fim da escravidão, atingiu diretamente o sistema econômico que durante muito tempo foi forte geradora das receitas do Estado nacional.³⁷ Acrescenta ainda que o fato de os militares estarem mais preocupados, assim como os grandes proprietários de terra, com seus interesses particulares, fez com que não se estabelecesse uma aliança consistente durante a tomada de poder e o início da República.

No Amazonas, a mão de obra escrava negra, principalmente por conta de seus altos custos, acabou não sendo abundante, tendo sua pequena concentração estabelecida na área urbana. Analisando tal questão, Patrícia Sampaio ressalta que:

O uso do trabalho dos índios desviava a discussão do fator força de trabalho em outra direção, fazendo-nos esquecer dos negros de ganho, das vendedeiras, daqueles que possuíam ofícios especializados (pedreiros, carpinteiros, sapateiros, lavradores), dos serviços domésticos. Isto é, praticamente fez-nos esquecer que, apesar de área marginal do Império Brasileiro, a região também era escravista.³⁸

³⁵ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 227.

³⁶ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**, p. 226.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: **Teatro de sombras: a política imperial**, p. 293.

³⁸ SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne: Tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. Dissertação de Mestrado, p. 171-172.

Como podemos observar, a presença negra, embora em quantidade reduzida, fez parte da dinâmica do trabalho na região amazônica. Ainda assim, a mão de obra escrava prevalecente na região ficou sendo mesmo a indígena, auxiliada nos seringais pelos nordestinos, que, fugindo da seca que assolava o Nordeste, multiplicaram-se na Amazônia, sobretudo a partir de 1877, tendo em sua grande maioria os cearenses.³⁹

Além da exploração do trabalho escravo indígena, os seringalistas passaram a contar também com os nordestinos; dessa maneira, seus seringais estavam abastecidos de mão de obra e passando por um momento próspero. Esse cenário fez com que não houvesse motivos considerados pelos seringalistas suficientes para romper politicamente com o imperador e com o sistema político vigente, ou seja, mantiveram uma postura conservadora como forma de preservarem seus benefícios econômicos. Essa relação nos mostra que os interesses não giraram em torno somente das articulações políticas: girou também pela economia e sociedade, e que a concepção de uma política da coisa pública, defendida pela República, acabou servindo de justificativa para os grupos em particular defenderem exclusivamente seus interesses em detrimento do bem comum.

Edgard Carone defendeu, em sua análise sobre a política na República Velha, a ideia de que a tradição republicana no Brasil era tida como questão mínima, que o número de participantes foi pequeno e que o movimento não era forte, sendo que somente obtiveram sucesso muito mais pelo pouco caso e inércia do governo monárquico do que propriamente por grande força dos republicanos.⁴⁰ De forma objetiva, Carone assinalou que no dia 15 de novembro de 1889 ocorreu uma quartelada militar, cujo sucesso obteve em sua investida unicamente pelo fato de os dirigentes monarquistas não levarem a sério o movimento, sendo, dessa forma, surpreendidos. De acordo com sua definição sobre o dia da tomada de poder, houve muito mais um demérito dos monarquistas do que mérito dos republicanos.

³⁹ REIS, Arthur César Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**. 2.^a ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997, p. 48.

⁴⁰ CARONE, Edgard. **A República Velha: evolução política**. 4.^a ed. São Paulo: Difel, 1983.

No Amazonas, o grande exemplo dessa conduta particularista dos políticos em defenderem somente seus interesses se manifestou intensamente durante as sessões realizadas na Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Ao analisarmos os Anais da Assembleia do ano de 1888, notamos que as questões de interesse público eram relegadas constantemente, pois em muitos momentos as discussões sobre a situação do interior e da própria capital Manaus foram silenciadas de forma arbitrária pelos deputados liberais e conservadores que estavam mais “ocupados”, brigando entre si pela hegemonia da Assembleia.⁴¹

Nesse momento, as articulações e maquinações se voltaram para as votações internas que decidiriam a formação das chamadas Comissões de Poderes Permanentes da Província do Amazonas.⁴² Essas comissões foram cobiçadíssimas pelos deputados, pois representavam um estreitamento, por assim dizer, dos seus representantes com os recursos financeiros da Província, ou seja, isso significava que por meio dessas comissões se poderia, dependendo da articulação política composta, “colocar a mão” no dinheiro público de forma mais constante, gerando a imensa possibilidade de falcatruas, como, por exemplo, o desvio desses recursos.

1.2. As ações da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas: formação das comissões parlamentares

Parece-nos evidente que estabelecer uma relação estreita com o funcionamento da máquina administrativa da Província, sobretudo no setor das finanças, representou não apenas a possibilidade de fortalecimento político, como também social e, principalmente, econômico; isso acabou sendo um catalisador para as inumeráveis solicitações de liberação de recursos, pois a ação das comissões acabou se tornando um “negócio lucrativo” para os deputados que passaram a ter uma justificativa oficial para facilitarem o acesso aos cofres do governo.

⁴¹ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 1.ª Sessão. Manaus: Typ. do Amazonas, 1888.

⁴² A composição das referidas comissões ocorria anualmente e tinha oficialmente como finalidade apresentar projetos de interesse da sociedade, além de serem responsáveis pela solicitação de verbas que seriam utilizadas nesses projetos.

Não se pode perder de vista, no entanto, que a máquina administrativa da Província estava estreitamente ligada à atuação dessas Comissões de Poderes Permanentes, tendo em vista que os recursos que seriam destinados para as secretarias dependiam diretamente da atuação dos membros de cada comissão, por meio da apresentação de requerimentos, indicações, projetos e pareceres. Essas atribuições das comissões permanentes eram desenvolvidas para estabelecer-se uma ligação entre as secretarias, e ao mesmo tempo, envolveu os representantes do Legislativo e o governo provincial, pois essa relação era essencial para que se tentasse facilitar a liberação de recursos junto à mesa diretora da Assembleia. Passada essa etapa, os recursos conseguidos deveriam ser injetados no funcionamento das secretarias e dos projetos aprovados; nessa fase, comumente, muitas verbas não chegavam ao seu lugar de destino.

O processo de formação das dez Comissões de Poderes Permanentes da Província do Amazonas⁴³ ocorria por meio de um processo eleitoral realizado entre os próprios deputados; concluídas as votações, seus representantes deveriam compor suas comissões durante o período de um ano. Por esse processo eleitoral, elegiam-se três representantes para cada comissão, sendo que cada deputado poderia fazer parte de mais de uma comissão ao mesmo tempo.

Com isso, era comum um deputado fazer parte de quatro ou até mesmo de cinco comissões, como foi o caso do deputado Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, que 1888 foi eleito para compor as Comissões de Propostas e Representações das Câmaras; Estatística, Catequese e Civilização dos Índios; Obras Públicas; Negócios Eclesiásticos e, por fim, a Comissão de Redação. O deputado Bento Aranha era membro do Partido Liberal, partido que detinha a maioria dos representantes na Assembleia naquele momento.⁴⁴ Isso significou, em certo sentido, um domínio dos liberais nas decisões tomadas na Assembleia. Tanto, que no ano seguinte, Bento

⁴³ As dez comissões compostas na Assembleia Provincial eram: Comissão de Poderes e Infrações da Constituição e das Leis; Fazenda Provincial; Agricultura, Comércio, Artes e Navegação; Propostas e Representações das Câmaras; Estatística, Catequese e Civilização dos Índios; Instrução Pública; Obras Públicas; Negócios Eclesiásticos; Força Policial e, por fim, Redação.

⁴⁴ Dos 23 deputados dessa legislatura: dez pertenciam ao Partido Conservador e 13 deputados eram representantes do Partido Liberal.

Aranha acabou sendo preterido de todas as formações estabelecidas na Assembleia, resultado de divergências internas entre o deputado e seus colegas de partido.

Enquanto alguns ocuparam vagas em várias comissões, outros não foram escolhidos para fazerem parte de nenhuma. Em 1888, dos 23 deputados da Assembleia Provincial presentes durante o processo eleitoral que definiria a composição das ocupações dos cargos, apenas 11 foram eleitos para se dividirem nas dez comissões existentes.⁴⁵ Dentre estes 11 deputados, encontramos uma maioria pertencente ao Partido Liberal, como, por exemplo: Antônio Guerreiro Antony que fez parte de três comissões; André Cursino de Farias que fez parte de duas comissões; Emílio Moreira esteve presente em três comissões; Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha fez parte de cinco comissões, e João Wilkens de Mattos Meirelles que, além de estar na condição de presidente em exercício da Assembleia Provincial, esteve presente em três comissões. O resultado demonstra que prevaleceu o jogo político estabelecido por um determinado grupo por meio de articulações com seus representantes, indicando que a Assembleia serviu apenas de palco para os conflitos entre os políticos do Partido Liberal e do Partido Conservador.

No ano seguinte, o preenchimento das vagas das comissões não sofreu grandes mudanças em comparação ao ano de 1888. Assim, pois, como havia ocorrido anteriormente, dos 21 deputados presentes na Assembleia durante o período de eleição da nova composição, apenas 11 fizeram parte de pelo menos uma comissão, deixando os outros nove deputados fora de qualquer participação direta naquelas comissões. Sendo que, mais uma vez, João Wilkens de Mattos Meirelles e Emílio José Moreira, políticos que representaram maior preponderância dentro do Partido Liberal, estavam presentes em três comissões cada um.

Dentro do processo eleitoral existiam aquelas comissões que despertavam maior interesse por parte dos deputados, essencialmente a de Poderes e Infrações da Constituição e das Leis, e da Fazenda Provincial. Essas duas comissões foram consideradas no cenário legislativo como comissões-chave, sobretudo a da Fazenda Provincial, que foi a que mais acirrou as disputas. Isso se explica pelo fato de que

aquela comissão estava estreitamente ligada ao controle das finanças da Província, o que gerou maior cobiça naquele meio político.

As eleições realizadas durante o ano de 1888, para essas referidas comissões, foram bastante equilibradas em sua disputa, principalmente para definir a ordem de colocação do primeiro e segundo mais votados, esse era um critério importante para se definir o presidente da referida comissão. Como mencionamos, a Comissão de Poderes e Infrações da Constituição e das Leis, assim como a da Fazenda Provincial, eram comissões mais cobiçadas pelos representantes do Legislativo, isso ajuda a explicar o acirramento da votação durante sua formação. De acordo com o boletim oficial da Assembleia Provincial, a apuração dos votos determinou que:

Poderes e Infrações da Constituição e das Leis: os srs. Meirelles 10 votos, André e Guerreiro 9 votos cada um; obtendo os srs. Andrade 5 votos e havendo duas cédulas em branco.

Fazenda Provincial: os srs. Moreira e Felgueiras 10 votos cada um e Meirelles 9; obtendo os srs. Aranha 3 votos, Conrado 2, Penna e Hosanna 1 voto, e havendo uma cédula em branco.⁴⁶

Analisando as relações estabelecidas e o papel de cada deputado na Assembleia, observamos que a formação da Comissão da Fazenda Provincial aglutinou três nomes do Partido Liberal que tinham forte influência nas decisões dos negócios do Legislativo, quais sejam: Emílio José Moreira, João Wilkens Meirelles e Raymundo da Rocha Felgueiras. Fica claro que essa disputa tinha um componente partidário, e o fato de os representantes do Partido Liberal serem maioria na Assembleia contribuiu bastante para o domínio dos liberais à frente das principais comissões parlamentares.

A representação de poder dos membros do Partido Liberal esteve explícita não apenas na composição das comissões, assim como na presidência da Mesa Diretora da Assembleia, tendo em vista que uma das lideranças do Partido Liberal, o deputado João Wilkens Meirelles, passou a exercer a função de presidente em exercício da Mesa Diretora em substituição ao também liberal Manoel Francisco Machado.

⁴⁵ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 1.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888, p. 1.

⁴⁶ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 4.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888, p. 18.

Fazer parte da Mesa Diretora da Assembleia Provincial era essencial, sobretudo se o representante dessa mesa estivesse envolvido diretamente em alguma comissão permanente, como foi o caso de João Wilkens, pois na prática o poder político exercido pela Assembleia estava fundamentalmente concentrado nas articulações e decisões dos membros da mesa. Embora os projetos e as solicitações tivessem de ser encaminhados para votação que determinaria se teriam sua aprovação ou não, passariam antes por uma apreciação dos membros da Mesa Diretora, que determinavam se as referidas solicitações e projetos apresentados seriam encaminhados para a votação. Em grande medida, os interesses defendidos pelos membros das comissões estavam atrelados às determinações dos representantes da Mesa Diretora.

Fazendo uma reflexão sobre os quadros políticos no Amazonas durante os anos de 1888-1889, especialmente na relação estabelecida na Assembleia Provincial entre os representantes políticos e seus partidos, podemos perceber que quase sempre o interesse dos grupos não divergia dos interesses partidários; isso fica claro pela ação dos membros do Partido Liberal que passaram a dominar tanto a Mesa Diretora quanto a composição das comissões parlamentares.

Nesse sentido, quando mencionamos as ações dos membros da Assembleia por meio das comissões ou da Mesa Diretora, estamos, em grande medida, apresentando a defesa dos interesses não apenas dos grupos em si, como também de seus referidos partidos. Afinal, não se pode perder de vista que em política as negociações dependem dos interesses do grupo que não está dissociado dos interesses do partido.

Dessa maneira, tomamos a representação dos partidos políticos, tanto nos últimos anos de regime imperial quanto nos primeiros anos de República, como um mecanismo composto por seguidores em busca única e exclusivamente de garantir seus interesses, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. “Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum”,⁴⁷ que por meio de suas influências e articulações impuseram seu domínio. Os partidos políticos no Amazonas desempenharam constantemente esse papel.

Os acordos políticos, as artimanhas e as relações de interesses recíprocos foram práticas comuns entre os representantes das elites políticas, e no caso do Amazonas não foi diferente. Algumas situações ocorridas na Assembleia Provincial nos deram indícios de que as relações tinham como objetivo essencial a manutenção e o fortalecimento de um determinado partido político, como o caso envolvendo os deputados João Wilkens Meirelles e Emílio Moreira, do Partido Liberal.

Durante a sessão da Assembleia do dia 1.º de junho de 1889, o deputado João Wilkens Meirelles, que representava o elo mais próximo entre a Mesa Diretora e a Comissão de Fazenda Provincial, solicitou, por meio de requerimento oficial de dispensa, seu afastamento do cargo de vice-presidente da Mesa Diretora.⁴⁸ Nessa solicitação, Meirelles alegou oficialmente que estava deixando o cargo por conta de problemas particulares. O referido requerimento foi lido perante os deputados e aprovado em poucas horas, sem nenhum debate ou questionamento sobre o caso em questão. A pressa foi tanta para se encerrar o caso, que no mesmo dia foi convocada e realizada uma nova eleição para o referido cargo.

Realizada a breve eleição, o deputado Emílio Moreira foi eleito com ampla vantagem sobre os demais deputados envolvidos na disputa, dentre eles seu cunhado e também membro do Partido Liberal, Joaquim José Pais da Silva Sarmiento.⁴⁹ Essa condução do processo, na qual Meirelles pede dispensa alegando problemas particulares sem entrar em detalhes sobre quais os seriam; e, em seguida, a pressa em se convocar uma nova eleição que definiu o nome de Emílio Moreira como o deputado que iria ocupar o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora, apresenta-nos uma reflexão.

O problema particular argumentado pelo deputado João Wilkens Meirelles acabou sendo utilizado como uma ação política por parte dos representantes do Partido Liberal, tendo em vista que, de certo tempo, o partido já vinha fomentando a ascensão

⁴⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 72.

⁴⁸ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Extraordinária em 1888-1889 – 1.ª Sessão. Manaus: Typ. do Amazonas, 1889, p. 3.

⁴⁹ O escrutínio de 16 votos apurou: 13 votos para Emílio Moreira, um voto para Sarmiento, um voto para Paes d' Andrade e uma cédula em branco.

política do deputado Emílio Moreira, e a possibilidade de integrá-lo na composição da Mesa Diretora da Assembleia representaria um fortalecimento de sua figura política e, conseqüentemente, do Partido Liberal na Província. Tanto que Moreira foi eleito praticamente de forma unânime, reforçando a ideia de que esse político, assim como seu irmão Guilherme Moreira, estava ganhando certa força política na região naquele momento, tendo destaque dentro do Partido Liberal.

Entendemos, portanto, que os problemas que impulsionaram o desligamento de Meirelles da Mesa Diretora naquele momento findaram por representar uma estratégia política arquitetada pelos membros do Partido Liberal, pois, como acabamos de mencionar, Emílio Moreira vinha se tornando um nome forte dentro do partido e, nesse sentido, não era de estranhar-se que passasse a ocupar lugar de destaque na Assembleia.

Essas ações que beneficiaram a ascensão política do deputado Emílio Moreira serviram como munição para os representantes do Partido Conservador que intensificaram as críticas ao Partido Liberal e ao deputado Emílio Moreira. As críticas ao deputado Moreira já vinham de certo tempo e, para tal, os conservadores fizeram uso das publicações do jornal *A Província do Amazonas*, que era o instrumento de imprensa do Partido Conservador para atacar Moreira e seu partido. Em 1888, o jornal já apontava que as ações desempenhadas pelo Partido Liberal eram em benefício de Emílio Moreira e de seus amigos, afirmando categoricamente que “no Partido Liberal do Amazonas só vingam os interesses da família política do Sr. Emílio Moreira ou desses que fazem causa comum consigo nos interesses políticos”.⁵⁰

Emílio Moreira veio para o Amazonas em 1854, juntamente com seu irmão Guilherme Moreira com o objetivo de visitar o também irmão Antônio José Moreira que estava servindo as forças armadas na região. Sua saída da Bahia, contudo, acabou não tendo retorno, pois, ao lado de Guilherme, estabeleceu-se na região e logo ingressou no ramo comercial. Logo, os irmãos Moreira conquistaram espaço de destaque entre os grandes comerciantes da Província, resultado da bem-sucedida investida no mercado comercial da borracha.

⁵⁰ Jornal *A Província do Amazonas*, Ano I, n.º 135, de 16/9/1888, p. 1.

Não demorou, os irmãos Emílio e Guilherme Moreira, aproveitando o prestígio adquirido no comércio, ingressaram na política local e logo se estabeleceram. Entre outras atividades durante o período provincial, Guilherme Moreira foi eleito vereador de Manaus (1868-1872), foi membro da Comissão Fiscal da Caixa Econômica (1876), nomeado segundo vice-presidente da Província do Amazonas (1878) e exerceu a presidência da Câmara de Manaus (1879).⁵¹ Emílio Moreira, por sua vez, casou com uma irmã do político amazonense Joaquim José Paes da Silva Sarmiento, constituindo família na região e demonstrando que havia conseguido seu espaço na sociedade amazonense, por conta do poder econômico que deve ter financiado o social, como também o poder político. Nessa perspectiva, podemos observar que as ações dos irmãos Moreira na região passaram a tomar uma representatividade que ia além do campo comercial, no qual se destacaram.

1.3. Entre liberais e conservadores: As ações da elite política local

O casamento de Emílio Moreira com uma das irmãs de Joaquim Sarmiento certamente reforçou sua efetiva inserção na sociedade amazonense, tendo em vista que a família Sarmiento tinha certa influência na cidade, na qual o próprio Joaquim Sarmiento havia sido vice-presidente da Província e assumindo a presidência em substituição a Carlos Theodoro de Faria Souto, em 1884.⁵² Ou seja, tratava-se de uma família enraizada nos negócios da Província, o que lhes possibilitou ter ao longo do tempo certa articulação junto aos membros da elite política local. Além disso, não podemos perder de vista que a carreira política de Emílio Moreira já vinha sendo impulsionada na região, sobretudo, a partir de determinadas ações de seus correligionários do Partido Liberal.

Como dissemos anteriormente, durante a eleição para o cargo de vice-presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, houve uma fácil vitória por parte de Moreira, sendo que seu cunhado Joaquim Sarmiento, que também

⁵¹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 254-257.

estava envolvido na referida disputa, teve apenas um voto ao fim da eleição. Acreditamos que esse aspecto também fazia parte da estratégia estabelecida pelo Partido Liberal, na qual o próprio Sarmiento deve ter cedido o cargo como forma de impulsionar a ascensão política do cunhado. Dessa forma, o partido era fortalecido em sua representação na Assembleia e Moreira ganhava prestígio em sua carreira política.

Em sua discussão sobre as prioridades dos grupos políticos de Manaus, Sylvio Puga sinaliza para o fato de que os representantes da elite política da Província do Amazonas nos últimos tempos de regime imperial estavam mais voltados para o fortalecimento das relações entre estes e as forças econômicas.⁵³ E certamente a intensificação das articulações com a Assembleia Provincial durante esse momento favorável da exportação gumífera para o mercado comercial fez com que esses políticos deixassem em segundo plano a preocupação com as políticas públicas da Província.

O fortalecimento e a crescente receita econômica da Província do Amazonas contribuíram para a postura adotada pelos tidos representantes da elite política, que aproveitaram esse momento para intensificarem suas ações de interesse particular na cidade de Manaus, assim como o fortalecimento de seus partidos. Para isso, as ações na Assembleia e, mais ainda, as ações das Comissões de Poderes Permanentes foram essenciais como ferramentas políticas para se preservar os benefícios proporcionados pelos cargos no poder público.

Apesar dos confrontos e as constantes trocas de acusações terem feito parte da relação entre seguidores do Partido Liberal e do Partido Conservador na região, notamos que em algumas situações a política do fortalecimento partidário buscou, dependendo dos interesses e da situação em pauta, estabelecer na Província do Amazonas uma conduta que minorasse os conflitos entre esses representantes liberais e conservadores. A partir do momento em que alguma questão ameaçasse o bem comum dos partidos políticos e seus representantes, como a redução de recursos para o Legislativo, por exemplo, buscou-se fazer com que prevalecesse a defesa não

⁵² ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2006, p. 23.

apenas do Partido Liberal ou Conservador e, sim, dos interesses da elite política em geral.

Mesmo com esse momento de exceção, por assim dizer, o que prevaleceu nesse período foram os conflitos e as trocas de acusações entre membros liberais e conservadores, que fizeram da tribuna da Assembleia um espaço não de apresentação de projetos de um modo geral, mas, sim, palanque de ataques recíprocos. Os impasses entre liberais e conservadores ocorriam quando a política do corporativismo e do bem comum eram rompidas, muitas vezes como reflexo dos impasses ocasionados pelas questões econômicas, ou motivadas pelos ataques dos opositores ao político que ocupasse a presidência da Província.

Esses impasses se caracterizaram essencialmente por meio das manifestações dos deputados do Partido Liberal, que por meio de suas falas na Assembleia desferiram duros ataques contra os últimos presidentes da Província que pertenciam ao Partido Conservador, acusando-os de corrupção e de serem os responsáveis por levar a Província do Amazonas a um enfraquecimento em suas finanças. Essas questões entre os representantes liberais da Assembleia Provincial e os presidentes da Província, pertencentes ao Partido Conservador, mostram-nos que esses políticos estavam mais preocupados em se antagonizarem, dando pouca importância para qualquer manifestação republicana realizada em Manaus, talvez por não acreditarem que o movimento republicano fosse além dessas pequenas manifestações.

Durante o período de 1888 e 1889, caracterizado por intensas trocas de acusações entre liberais e conservadores, os representantes do Partido Liberal, além de contarem com a maioria dos deputados na Assembleia Provincial, tiveram ainda o domínio das principais comissões parlamentares, assim como o domínio da Mesa Diretora. Ou seja, o Partido Liberal estava fortalecido na Assembleia naquele momento.

Por sua vez, o Partido Conservador atravessava uma crise interna que resultou em uma dissidência no partido, com o afastamento do deputado Deodato Gomes da Fonseca que fazia parte do diretório do Partido Conservador. O também deputado pelo Partido Conservador João Hosannah de Oliveira, saindo em defesa de Deodato

⁵³ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O**

Gomes, passou a lançar ataques contra seus colegas de partido, acusando-os de serem os responsáveis pela crise estabelecida no partido. Sobre essa crise no Partido Conservador assim se pronunciou o deputado Hosannah:

E então atirou-se á luz da publicidade um manifesto em que se declarava distanciado do Partido Conservador o Sr. Coronel Deodato Gomes da Fonseca, um dos membros do directorio. Nestas condições, Sr. Presidente, o eleitorado entendeu e entendeu com razão que não era porque dez deputados e dois membros do directorio atiraram á rua um membro desse mesmo directorio, que elle devia ser declarado distanciado do Partido Conservador; só o eleitorado tinha o direito de o fazer.

Dahi começou a dissidencia.

É verdade, Sr. Presidente, e eu confesso com pesar enorme o meu nobre amigo o Sr. Coronel Deodato pouco tempo depois afastou-se de nós sem ter recebido a mínima satisfação d'aquelles mesmos que o atiraram á rua.⁵⁴

Nesse percurso, o deputado João Hosannah lançou ainda mais críticas e acusações contra seus pares do Partido Conservador, afirmando que muitos de seus integrantes passaram a afirmar-se como membros do Partido Conservador somente a partir do momento em que o partido passou a ocupar o poder do governo provincial. Com a palavra na bancada da Assembleia, o deputado Hosannah mostrou-se cada vez mais incisivo em suas exposições:

Ora, Sr. Presidente, S. Exc. sabe, por exemplo, que o Sr. Lemos Bastos só é conservador depois que este partido acha-se no poder; eu o conheci entre V. Exc. e seus amigos quando o Partido Liberal tinha o cofre das graças. E como este poderia apresentar outros nomes e fazer minhas observações e então dizer que nós os conservadores da dissidencia estivemos sempre em nosso posto quando o Partido Conservador não estava no poder. O mesmo não podem dizer os conservadores da Província; estavam muito perto dos liberaes, quando estes tinham os cofres á sua disposição. Portanto não respondo ao que disse A Província do Amazonas, taxando-nos de liberaes; somos bem conhecidos na Província e todos os dias estamos dando provas de nossas convicções políticas.⁵⁵

Certamente, essas trocas de acusações e, conseqüentemente, a dissidência no partido fragilizou a atuação dos membros conservadores na Assembleia. Por sua vez,

Amazonas na República Velha (1889-1914), p. 181.

⁵⁴ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 1.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888, p. 59.

⁵⁵ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 1.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888, p. 60.

os representantes do Partido Liberal intensificaram seus ataques na Assembleia, sendo que esses liberais tomaram como alvo principal de suas críticas o padre Raymundo Amâncio de Miranda, do Partido Conservador. Nascido em Manaus, Amâncio de Miranda havia sido cônego honorário da Sé do Pará, além de vigário-geral do Alto Amazonas. No Amazonas, assumiu a direção da Secretaria de Instrução Pública em Manaus, ocupando esse cargo no final do ano de 1886. Raymundo Miranda ocupou também os cargos de terceiro e segundo vice-presidente da Província, este último em duas ocasiões.⁵⁶

Durante o período de sua atuação política no Amazonas, o padre Raymundo Amâncio assumiu o governo provincial em duas efêmeras oportunidades.⁵⁷ Mesmo tendo curtas passagens no comando do governo da Província, não foi poupado pelos deputados liberais, como também pelos deputados conservadores que fizeram parte da dissidência, dentre eles o deputado João Hosannah de Oliveira e o deputado-geral Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves. Ao contrário dos últimos presidentes que governaram a Província do Amazonas, o padre Amâncio de Miranda foi o que mais críticas e ataques sofreu.

A sua primeira passagem pelo governo, em 1888, foi de apenas dez dias de exercício. Visto ter assumido o governo no início do mês de julho em caráter de urgência, pois seu antecessor, o também conservador Antônio Lopes Braga, havia pedido oficialmente, por meio de relatório de presidente de Província lido no dia 2 de julho, dispensa de suas funções impulsionado pelo agravamento de seu estado de saúde, vindo a falecer dois meses depois de ter pedido exoneração.⁵⁸ Sua passagem pelo governo provincial também foi bastante curta, apenas 21 dias.

Após sua saída do governo, Amâncio de Miranda foi diretamente acusado de beneficiar seus amigos políticos na Província, sobretudo com a facilitação da distribuição do dinheiro público. No dia 11 de setembro de 1888, o deputado-geral

⁵⁶ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p. 67-68.

⁵⁷ O padre Raymundo Amâncio de Miranda ocupava o cargo de terceiro vice-presidente da província no momento em que assumiu o governo pela primeira vez em julho de 1888. Quatro meses depois, quando retornou ao comando do governo provincial, Amâncio de Miranda já ostentava a condição de segundo vice-presidente.

⁵⁸ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889. Manaus: Typ. do Amazonas, 1888, p. 14.

Clarindo Adolpho de Oliveira Chaves usou a tribuna da Assembleia para acusar Miranda, afirmando que:

Sr. Presidente, tendo de submeter á consideração da casa um projecto não posso deixar de precedel-o de algumas considerações.

Sabe V. Exc. que o orçamento vigente, longe de consultar os interesses da Província, somente foi votado para servir os amigos, fazendo-se-lhes verdadeiros presentes dos dinheiros publicos.

Não satisfeito com isto o sr. 3.^o vice-presidente da Província, conego Raymundo Amancio de Miranda, nos dez dias de sua administração entendeu crear diversas commissões somente para servir os amigos, lançando mão dos dinheiros publicos para presenteal-os.⁵⁹

Como podemos observar, o deputado Clarindo Chaves acusou o padre Amâncio de Miranda, dentre outras coisas, de saquear os cofres da Província, além de governar em benefício de seus companheiros mais próximos. As críticas não eram desferidas apenas por um ou outro deputado isoladamente; em determinados momentos, o coro foi engrossado por até quatro deputados numa mesma exposição na Assembleia. Assim como a exposição do deputado-geral Clarindo Chaves, esses ataques foram desferidos no dia 11 de setembro de 1888:

O Sr. Hosannah: – Por desgraça d' provincia, tomou posse da presidencia por dez dias, o sr. Conego Raymundo Amâncio de Miranda.

S. Exc. foi uma verdadeira praga, que cahio sobre esta terra, praga peor do que todas as do Egypto reunidas; foi um horror! (apoiados, muito bem).

O Sr. Nery: – Peor que o cholera.

O Sr. Hosannah: – A bexiga, o beri-beri, a febre amarella, o cholera, todas as pestes reunidas não seriam capazes de prejudicar tanto a provincia do Amazonas, como em 10 dias a prejudicou a administração do Sr. Padre Amancio de Miranda. (apoiados; applausos nas galerias).

S. Exc. destruiu tudo quanto seus antecessores tinham realizado de benefico a provincia e fez todos os males que elles todos poderiam ter levado a effeito. (apoiados, muito bem. As galerias pronunciam-se em applausos).

O Sr. Presidente: – Attenção; as galerias não podem dar manifestações.

O Sr. Rocha dos Santos: – Ainda não houve presidente mais desbragado.

O Sr. Guerreiro Antony: – E exgottou os cofres do thesouro, deixando deficit.

O Sr. Hosannah: – Esse foi o menor dos males, que causou a provincia, porque os cofres estão sempre exgottados, o que fez foi augmentar mais o deficit, apoderar-se indevidamente dos dinheiros publicos, para fazer presentes a seus comparsas.

Assim, pois, Sr. Presidente, o Sr. Padre Amancio começou por dissolver a commissão nomeada pelo Sr. Coronel Pimenta Bueno e immediatamente

⁵⁹ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888, p. 21.

resolveo por si só, o conflicto que seus antecessores, homens de reconhecido merito, tinham procurado estudar com calma e tino.⁶⁰

Nas falas dos deputados expostas acima, chamou-nos a atenção o fato de que esses deputados estavam desferindo seus ataques contra um governo que ficou à frente dos negócios da Província por apenas dez dias. Ou seja, mesmo governando por poucos dias, Amâncio de Miranda foi fortemente atacado por liberais e conservadores que fizeram parte do grupo dissidente do partido.

Não podemos perder de vista que alguns representantes conservadores que também engrossaram as contínuas falas acusatórias na Assembleia eram opositores do presidente da Província, esse representantes faziam parte dos chamados dissidentes conservadores que eram contrários ao governo de Miranda, no qual o acusaram de beneficiar seus amigos. Por fim, mas não mesmo importante, existia certa proximidade entre Amâncio Miranda e Carvalho Leal, que era uma das figuras mais representativas do movimento republicano no Amazonas, e essa proximidade estimulou o desagrado dos grupos oposicionistas.

Por sua vez, os conservadores que faziam parte do jornal *A Província do Amazonas* utilizaram esse meio de comunicação para defender Raymundo Amâncio de Miranda de todas as acusações sofridas na Assembleia. Em uma dessas defesas, acusaram o deputado João Hosannah de ter divulgado inverdades contra o governo de Amâncio de Miranda. Segundo o jornal *A Província do Amazonas*:

Sem o menor reboço, sem o minimo respeito para com a verdade o deputado Hosannah de Oliveira mentio ao publico e ao governo imperial quando affirmou na Assemblea provincial que o exm. Sr. Conego Amancio, quando na presidencia, havia gasto verba superior ao declarado. Pois bem: para que o governo e o publico vejam de que força são os homens que atacam a honrada administração do nosso illustre chefe, publicamos breve uma certidão fornecida pelo thesouro em que se evidencia ter o exm. Sr. Conego Amancio gasto apenas 2.000 contos de réis.⁶¹

Embora tenha recebido duras acusações de corrupção durante sua primeira passagem à frente dos negócios da Província, Amâncio de Miranda retornou à condição

⁶⁰ ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 4.ª Sessão. Manaus: Typ. do Amazonas, 1888, p. 30.

⁶¹ Jornal *A Província do Amazonas*, Ano I, n.º 140, de 30/9/1888, p. 1.

de presidente da Província apenas alguns meses depois de ter deixado o governo. Seu retorno oficial ocorreu no dia 11 de novembro de 1888, recebendo o cargo das mãos de Joaquim Cardoso de Andrade, o mesmo que havia recebido alguns meses a administração da Província do próprio Amâncio.⁶² O conservador Joaquim Cardoso de Andrade governou durante quatro meses e, ao contrário de seu antecessor, não sofreu fortes ataques por parte da oposição liberal, passando em seguida o cargo novamente para Amâncio de Miranda.

Durante o período que marcou o retorno de Amâncio de Miranda ao governo, dois pontos chamaram a atenção. O primeiro é o fato de que agora, nessa segunda passagem como chefe do governo provincial, Raymundo Amâncio não governou por apenas poucos dias. Dessa vez foram três meses de governo correspondente à passagem do ano de 1888 para 1889, o que mostra que, apesar das acusações sofridas, conseguiu retornar ao governo, onde permaneceu por um tempo bem maior que a primeira vez.

O segundo aspecto a ser ressaltado corresponde ao aumento das críticas ao seu governo e de como essas investidas tornaram-se cada vez mais ferrenhas, sendo que, nesse segundo momento, as críticas não vieram apenas da elite política que estava na Assembleia Provincial, vieram também, após sua saída do governo, do seu sucessor Joaquim de Oliveira Machado. Dentre as acusações de Oliveira Machado, estava a responsabilização de Amâncio de Miranda pelo estado caótico das finanças. Bem como criticava Oliveira Machado a conduta de Amâncio no recebimento de seus proventos, como podemos observar na exposição em que diz:

Considerando que a vista do exposto o Sr. Conego Raymundo Amancio de Miranda, não podia receber como o fez o ordenado de director de instrucção publica, emprego de ordem provincial, com os vencimentos de presidente de provincia como se vê pelas certidões ns. 1 e 2;

Considerando ainda que commulativamente com os vencimentos de presidente de provincia e com o ordenado de director da instrucção publica, recebeu igualmente a gratificação de vigario geral.

Considerando que a gratificação como vigario geral difere do guisamento, porque se estes são destinados para pequenas despesas de culto, aquellas são

⁶² EXPOSIÇÃO com que o cônego Raymundo Amâncio de Miranda passou a administração da província ao Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, s/l., em 11 de setembro de 1888. Manáos: Typ. do Comercio do Amazonas, 1888.

em proveito pessoal do vigário o que tornar mais agravante a situação de quem as recebe;

Considerando que o Sr. Cônego Raymundo Amancio de Miranda confessou haver recebido o ordenado de director geral da instrução publica, acrescentando que mandou abonar a gratificação a seu substituto, o que equivale a dizer que elle fez a partilha do leão reservando para si o grosso... cedendo apenas as quebras para o outro.⁶³

Por meio desse documento oficial, o atual presidente da Província do Amazonas expôs o perfil adotado pelo governante anterior, o presidente utilizou um meio que não tinha essa finalidade, demonstrando, dessa maneira, que pouco importava a conduta de acordo com os parâmetros legais ou coerentes; esses políticos estavam mais preocupados em defender seus interesses e isso representava, em grande medida, atacar seus adversários políticos fazendo uso de exposições oficiais do governo, como a utilizada para atacar o padre Amâncio.

Fomos percebendo ao longo da pesquisa, contudo, que os representantes do Partido Liberal não desferiram ataques contra os demais conservadores com a mesma intensidade com a qual atacaram Amâncio de Miranda. O problema da maioria dos deputados liberais não era necessariamente com os demais políticos conservadores que governaram a Província, e sim com o padre Amâncio.

Como mencionado anteriormente, acreditamos que um dos principais motivos para essa animosidade ocorreu pela proximidade existente entre Amâncio de Miranda e Carvalho Leal, que era a maior representatividade do movimento republicano na Província. Essa proximidade poderia representar indicativos de uma possível simpatia por parte de Amâncio com os ideais defendidos por Carvalho Leal, e que estes pudessem ser postos em prática.

Podemos perceber pelas relações estabelecidas, nos últimos dois anos de regime monárquico no Amazonas, entre os representantes da elite política local que estavam na Assembleia Provincial, assim como os últimos presidentes da Província, que esses políticos buscaram em determinados momentos, por meios de articulações construídas na própria Província, fazer prevalecer os anseios do poder político regional em detrimento das determinações vindas do poder central. O poder político existente na

⁶³ RELATÓRIO do Dr. Joaquim Cardoso de Oliveira Machado, Presidente da Província, na instalação da Sessão Extraordinária. Manaus: Typ. do Comercio do Amazonas, 1888, p. 50.

Província soube quando lhe convinha fazer sobressair seus interesses e anseios na corrida por vantagens e privilégios no Amazonas.

Na contramão das artimanhas dos representantes políticos de Manaus, apareceu o governo central com sua política de tentar manter um controle sobre as Províncias nomeando os políticos que iriam chefiar essas Províncias do Império, por meio da chamada política intervencionista; dessa maneira, os representantes políticos assumiram a presidência da Província do Amazonas com o aval do governo central, como era de praxe. Ainda assim, podemos notar que os presidentes da Província não se revezaram à frente do cargo somente por decisão do governo imperial, mas as próprias articulações dos políticos em Manaus pressionaram alguns desses presidentes em determinados momentos. Embora as pressões não tenham se dado na mesma proporção para todos os presidentes que governaram a Província do Amazonas nos últimos dois anos de regime imperial, elas fizeram parte do período de administração de quase todos esses governantes.

Refletindo sobre essa política de tentativa de controle vinda do Rio de Janeiro, o centralismo do Império pôs em prática a política da rotatividade dos governantes; para o poder central esse era um mecanismo essencial para efetivar as relações de dependência dessas províncias com o Rio de Janeiro, sendo que a determinação tinha como objetivo principal centralizar o poder na corte controlando as ações políticas nas demais regiões.

Em seu estudo sobre as origens do federalismo no Brasil do século XIX, Miriam Dolhnikoff descortina algumas discussões acerca das relações políticas estabelecidas entre os representantes políticos que estavam na corte e os grupos provinciais.⁶⁴ Mostrando os mecanismos utilizados pelo governo central como forma de manter as Províncias sempre numa condição de dependência das decisões que eram tomadas no Rio de Janeiro, salientando que o governo central aplicava dois critérios básicos para manter o controle das Províncias. Primeiro, nomeava-se alguém que não tivesse laços com a Província de destino, como forma de evitar qualquer relação mais íntima entre esse presidente e os representantes da política local. Por sua vez, a segunda

determinação dizia respeito ao tempo de permanência no cargo de presidente, buscou-se estabelecer certa vigilância, por assim dizer, com relação ao tempo de governo.

A ideia era de que esse presidente tivesse uma rápida passagem pela Província da qual estava exercendo o cargo, para que não tivesse tempo de estabelecer relações profícuas com os membros da elite política local, o que representaria perigo para o governo central e que poderia criar uma unidade política forte nas regiões. O que representaria uma provável busca de autonomia por parte desses políticos locais nas decisões dos negócios de suas províncias, em detrimento do poder de decisão que era imposto pelo governo do Império.

Em determinados momentos, todavia, o jogo político estabelecido na Província do Amazonas cedeu espaço para que alguns políticos que vieram para Manaus assumir o governo acabassem se estabelecendo de forma definitiva na cidade após cumprirem seus mandatos. Para esses representantes era interessante ser inserido no campo da política local e, conseqüentemente, fortalecer sua representação política na Província, como assim o fez Agesilão Pereira da Silva. Oriundo do Piauí, membro do Partido Conservador e presidente da Província no período de 1877-1878, que após seu governo permaneceu no Amazonas, assumindo o cargo de diretor de Instrução Pública em 1889 e tornando-se proprietário e redator do jornal *Diário de Manaus* de grande circulação na cidade.⁶⁵

Ainda refletindo sobre o debate da constituição do aparato político nas Províncias, Dolhnikoff recupera em sua obra as diretrizes estabelecidas nas regiões para a composição dos quadros da política local,⁶⁶ apontando que a formação da Assembleia de uma Província dava-se por uma configuração regional, ou seja, entre os próprios agentes políticos da localidade. Por essa tendência, frequentemente as vagas no Legislativo eram preenchidas por políticos que pertenciam ao partido da situação. Por sua vez, a escolha do presidente da Província ocorria por indicação do governo central. Na prática, o presidente de Província desempenharia um papel de delegado do governo imperial na região, no qual passaria a ser os “olhos” e os “ouvidos” do

⁶⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

⁶⁵ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p. 33.

imperador, responsável por tentar preservar os interesses da Monarquia nas regiões. Além dessas atribuições mencionadas, o chefe do governo provincial deveria exercer o papel de articulador político-partidário para garantir a vitória nas eleições dos candidatos do partido governista, além de defender os interesses da capital do Brasil.

No período provincial era comum o poder central e sua política centralizadora tentarem decidir os rumos da política local e nacional, o que não quer dizer que não houvesse as articulações locais. Não havia, porém, nenhuma resistência por parte da maioria dos políticos, pois tal conduta seria considerada como crime lesa-pátria contra o Império brasileiro, ou mesmo crime de lesa-majestade contra a pessoa do rei. As relações que prevaleceram durante o período monárquico no Brasil desvelam um contexto no qual não era tão simples ir contra o imperador, sobretudo por conta do acordo de fidelidade tácita existente.

Nesse sentido, a República significava para os políticos autonomia administrativa e poder decisório, daí romper com o centralismo do Império e seu sistema político e buscar a democracia por meio de outro regime, o republicano. Por isso, almejava-se o federalismo onde os governadores estaduais não seriam mais nomeados, e sim eleitos pelo voto. Podemos entender, nessa perspectiva, que ser republicano foi uma escolha daqueles que não mais queriam ficar à mercê das decisões de um imperador desinteressado, como da mesma forma ser monarquista nesses últimos momentos de regime foi mais uma condição, pois não havia muito que fazer.

Com a Proclamação da República, a representação política do recente Estado do Amazonas iria passar por um processo de adaptação do novo regime e das suas novas determinações que começaram a aparecer já no momento da deposição do último presidente da Província, Manoel Francisco Machado. Com a chegada ao poder pelos republicanos, assumiu as rédeas do governo uma junta provisória sob a presidência de Carvalho Leal, que como dissemos em um momento anterior, era o maior difusor do republicanismo no Amazonas. Sendo que, posteriormente, na busca por se tentar consolidar no Estado, os partidos políticos da República e as próprias determinações republicanas acabaram enfrentando alguns conflitos, que foram refletidos, sobretudo,

⁶⁶ DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**, p. 101.

nas inúmeras trocas de governadores ocorridas entre os anos de 1890 e 1892, quando, enfim, Eduardo Gonçalves Ribeiro governou o Estado por quatro anos. Esses são alguns aspectos que analisaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

Mudanças e permanências no cenário da política amazonense (1890-1892)

2.1. Tomada de poder: Sai de cena a Monarquia, entra a República

Neste capítulo buscamos estabelecer uma discussão acerca das relações políticas predominantes durante os primeiros anos de regime republicano no Amazonas, relações essas que foram essencialmente marcadas por turbulentas disputas pela soberania do poder, e que foram conduzidas, sobretudo, por articulações partidárias e pela grande quantidade de adesões de membros pertencentes ao Partido Liberal e Partido Conservador ao recente governo republicano. Essa conduta lhes garantiu, em certa medida, a manutenção de antigas alianças no centro do poder e, conseqüentemente, seus benefícios.

Não demorou muito para os representantes políticos dos partidos do Império aceitarem a nova ordem política estabelecida, tanto que no dia 22 de novembro de 1889, um dia após o anúncio oficial da Proclamação da República no Amazonas, os representantes do Partido Conservador anunciaram oficialmente a adesão ao novo regime. De acordo com o jornal republicano *O Americano*,

Os cidadãos que compunhão o Partido Conservador nesta capital, reunidos no dia 22 do mez findo em casa do capitão Cheeks Nima, resolveram unanimemente acceitar a nova forma de governo, ficando dissolvido aquelle partido cujos membros se declararam republicanos filiando-se ao Club desta provincia.⁶⁷

Conforme a exposição do jornal supracitado, de imediato os representantes do Partido Conservador buscaram sua inserção no regime político que havia derrubado o governo imperial e, conseqüentemente, declararam-no como o novo regime político

oficial do Brasil. Logo, os representantes do extinto Partido Conservador passaram a fazer parte do Partido Nacional e, por sua vez, os integrantes do Partido Liberal passaram a compor o Partido Democrático. Essa configuração dos quadros políticos nos mostra que as fileiras do republicanismo no Amazonas foram efetivamente engrossadas somente após a confirmação da tomada de poder no Rio de Janeiro, na qual membros do Partido Liberal e do Partido Conservador não demonstraram nenhuma manifestação de resistência mediante a confirmação do fim da era monarquista no Brasil.

Da mesma maneira que a maioria dos políticos do Amazonas aderiu ao movimento republicano somente após a confirmação da instauração do novo regime no Brasil, sobretudo, conduzidos pelo contexto favorável da nova política vigente, outras formas de manifestações republicanas acabaram por surgir nessa nova perspectiva do cenário da política amazonense. Essas novas manifestações vieram principalmente por meio de alguns jornais, que, com a notícia da instauração da República no Amazonas, surgiram defendendo fortemente a bandeira dos ideais propagados pelos republicanos. Essa nova postura em nada correspondia ao cenário apresentado no ano anterior, no qual as poucas manifestações de apoio ao clube republicano vieram, essencialmente, por meio de três jornais que circularam na capital do Amazonas por um breve período.

Dentre essas novas manifestações, mencionamos como exemplo o jornal *O Americano*, que surgiu, oficialmente, justamente no dia em que a notícia da instauração da República foi anunciada no Amazonas. Esse jornal era a fiel representação política propagandista da ideologia republicana, principalmente pelo fato de terem tido a figura de Carvalho Leal como diretor político. Como dissemos, tal diário lançou seu primeiro número no dia 21 de novembro de 1889, justamente no dia em que a população amazonense tomou conhecimento das ações ocorridas no Rio de Janeiro e que resultou na instauração da República no Brasil. Em sua página principal, o referido jornal buscou externar sua proposta de atuação:

A missão do *Americano*, pois, é combater a Monarquia: queremos a sua eliminação radical na América, para a substituição das concepções fictícias

⁶⁷ Jornal *O Americano*, Ano I, n.º 2, de 1.º/12/1889, p. 3.

pelas positivas, para o bem de nossa patria, para o bem do povo para o melhoramento das condições de todas as classes, commercial, industrial e agrícola, para a exclusão de todo o privilegio, em fim para o bem da paz internacional, da mais cordial amizade entre todos os povos, e especialmente os povos americanos.⁶⁸

Apesar do discurso apresentado pelo jornal indicar uma manifestação ainda de combate ao regime monárquico como se este ainda fosse o governo oficial do Brasil, o mesmo diário informa na página 3 desse número que, após a ação dos republicanos, o Rio de Janeiro se encontrava na completa tranquilidade, indicando que sua manifestação inaugural foi propagada após o recebimento da notícia.

No dia 21 de novembro de 1889, quando a mudança de regime foi anunciada no Amazonas, de imediato os representantes do clube republicano amazonense assumiram o governo local. Destacamos, porém, que, com essa investida por parte dos membros do clube republicano, foram os militares que efetivamente assumiram o controle da formação de um governo provisório que tomaria à frente no controle do Estado do Amazonas. O jornal *O Americano* narrou assim esse processo de tomada de poder no Amazonas:

Apenas o paquete Brasileiro ancorou no porto desta cidade e espalhou-se a grata noticia de haver sido proclamada a republica, começou o povo a aglomerar-se nas ruas e praças, manifestando com delirio. Reuniram-se mais de tres mil pessoas na praça do palacio, que constituidas em assemblea no eden-theatro deram o grito de adhesao à republica sendo aclamado o governo provisorio da Provincia, que ficou composta dos distinctos cidadãos Tenente Coronel Pereira do Lago, Capitão de Fragata Lopes da Cruz e Dr. Carvalho Leal, presidente do club republicano, os quais dirigindo-se imediatamente ao palacio da presidencia intimando o administrador que lhes entregasse as redeas do governo, de que logo foram empossados.⁶⁹

Arthur Reis salientou, no entanto, que esse processo de organização do governo provisório não se deu de forma tão simples assim. Segundo Reis,⁷⁰ a primeira investida de formação do governo provisório se daria no quartel-general sob o comando dos militares. Essa medida adotada pelos militares, todavia, bem como os nomes por eles propostos, foi rejeitada pelos poucos populares, que, ao saberem da nova ordem

⁶⁸ Jornal *O Americano*, Ano I, n.º 1, de 21/11/1889, p. 1.

⁶⁹ Jornal *O Americano*, Ano I, n.º 2, de 1.º/12/1889, p. 1-2.

⁷⁰ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 244.

política, dirigiram-se para frente do quartel-general em busca de mais informações sobre o fato ocorrido no Rio de Janeiro.

Mediante essa manifestação contrária, os militares e civis republicanos acabaram tendo de reunir-se no Eden-Teatro e, por essa assembleia, definiriam os nomes dos representantes que iriam compor o governo provisório. Por meio dessas primeiras movimentações, podemos notar que mal foi anunciada a tomada de poder pelos militares, já se criou a primeira divergência com relação à composição dos membros que representariam o governo provisório republicano no Amazonas.

Dessa primeira contenda, buscou-se por uma reunião entre aqueles militares e civis que eram republicanos chegar a um consenso com relação à indicação daqueles que seriam responsáveis por dirigir o governo enquanto não chegavam novas determinações vindas do governo central. Com isso, a referida junta provisória ficou composta por Carvalho Leal, único civil a fazer parte da junta, o capitão de fragata Manoel Lopes da Cruz que era comandante da flotilha e o coronel do Exército Antônio Florêncio Pereira do Lago, comandante das armas.⁷¹ Ainda assim, como podemos observar, o governo provisório acabou tendo dois representantes militares e apenas Carvalho Leal como civil.

Esse primeiro desenho do quadro político posterior à mudança de regime expõe algumas divergências que se acentuariam posteriormente entre os representantes militares e republicanos históricos, não apenas no Amazonas, mas também na própria capital federal, o Rio de Janeiro. Em Belém, por sua vez, apesar da notícia do advento da República ter sido confirmada oficialmente no dia 17 de novembro, já no dia anterior uma comissão prontamente composta por civis do clube republicano, e por militares, buscou estabelecer a nova ordem política no Estado. Sobre a tomada de poder no Pará, William Gaia Farias salientou que:

No início da tarde, a comissão composta pelos comandantes do Exército e da Armada e pelos civis do Club Republicano do Pará dirigiu-se ao Palácio do Governo para comunicar formalmente ao presidente de província que a República havia sido proclamada e, ao mesmo tempo, intimá-lo a deixar o poder. Silvino Cavalcante Albuquerque ainda esboçou resistência, mas logo percebeu que não contava com força suficiente e cedeu à solicitação da

⁷¹ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 245.

comissão republicana, que ocupou imediatamente o palácio do governo, onde o vice-presidente do Club Republicano do Pará, José Paes de Carvalho, subiu no mármore da jardineira de centro discursando e aclamando a República paraense.⁷²

Como podemos observar nas palavras de Gaia Farias, o presidente da Província do Pará, Silvino Cavalcante Albuquerque, ainda tentou resistir à deposição; contudo, para o historiador, o fato de ser recém-chegado na cidade de Belém fez com que Silvino Albuquerque não tivesse estabelecido laços mais estreitos com os representantes da política local, o que dificultou uma organização de resistência mais consistente, por assim dizer. Albuquerque havia sido oficialmente nomeado para administrar a Província do Pará no dia 13 de novembro, portanto, apenas três dias antes de receber o primeiro telegrama informando-o sobre a Proclamação da República na capital federal, e que posteriormente findou em sua deposição do governo paraense.

A partir do momento em que os representantes do clube republicano amazonense foram informados da substituição do regime monárquico pelo regime republicano, tal qual no vizinho Pará, seus integrantes, juntamente com alguns representantes militares, comunicaram ao então presidente da Província, Manoel Francisco Machado, sobre o que havia ocorrido e que este deveria deixar o governo imediatamente.

Ao contrário da postura adotada por Silvino Albuquerque no Pará, os relatos sinalizam que Machado não esboçou nenhuma reação adversa perante seus opositores, sendo que Manoel Machado já vivia em Manaus havia certo tempo, ocupando alguns cargos na cidade, como o de secretário do Governo e diretor da Instrução Pública. Nesse sentido, podemos observar que mesmo conhecendo a realidade da política local, bem mais do que Silvino Albuquerque conhecia a do Pará, Machado não buscou nenhuma articulação que garantisse a manutenção de seu cargo de presidente da Província.

A saída de cena do regime monárquico não representou uma mudança significativa nas relações políticas no Amazonas, pois os tidos protagonistas da política regional deram mostras de que a postura que prevaleceu nos primeiros tempos de

⁷² FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**, p. 36-37.

República no Estado foi a dos interesses particulares e dos grupos em estabelecerem a manutenção de seus cargos e, conseqüentemente, as condições privilegiadas que esses cargos ofereciam.

Salientamos que as relações estabelecidas nesse momento entre os grupos políticos e seus membros não demonstraram a referida tranquilidade propagada pelos representantes republicanos, que buscaram oficialmente sustentar o discurso de que os primeiros momentos do regime republicano foram caracterizados pela ordem social e tranquilidade política. Sobre esse momento inicial da História do Amazonas republicano, Orange Matos Feitosa assinalou que,

No Amazonas, o advento da República apenas desenvolveu as divergências políticas iniciadas nos anos finais do Império, conduzindo os antagonistas aos entrechoques armados, que representaram – em parte – uma luta pessoal para garantir os cargos da administração vigente e assegurar um lugar na política local.⁷³

Muitas eram as formas de se preservar os cargos políticos e administrativos, e quando isso não era possível procurou-se preservar ao menos o prestígio político estabelecido na região. Tal conduta pode ser identificada durante o próprio processo de transição do governo que se caracterizou pela não resistência do representante do Partido Liberal, Manoel Francisco Machado, indicando uma postura estratégica por parte desse político como forma de preservar suas relações políticas na região.

A nosso ver, o fato de não esboçar nenhuma reação de contrariedade ao comunicado de deposição sugere que o último presidente da Província buscou não entrar em conflito com os novos governantes do Estado; pois isso, certamente, poderia ocasionar em conseqüências mais funestas para o representante do antigo Partido Liberal, como isolamento político, por exemplo. Essa atitude poderia, sim, ter sido adotada pelos novos governantes, porém findaram por não fazer, tanto que pouco tempo depois Francisco Machado estaria sendo eleito senador pelo Estado do Amazonas, indicando que suas relações políticas na região não se fragilizaram com a mudança que se processou.

⁷³ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei**: O amanhecer da República no Amazonas (1892-1893). Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008, p. 69.

Além disso, não podemos deixar de lembrar que ainda durante os primórdios do regime republicano no Amazonas, Francisco Machado, juntamente com outros representantes políticos tais como: Silvério Nery, Ferreira Penna, Eduardo Ribeiro, Emílio Moreira e Guilherme Moreira fundaram o Partido Democrático em 1890, apenas alguns meses depois da instauração da República; o ex-presidente da Província já estava diretamente envolvido na composição de um novo cenário partidário no Estado.

Por sua vez, as relações e influências no Estado não lhe garantiram apenas participar da formação de um novo partido político no Amazonas; Machado, no mesmo ano, passou a ocupar uma cadeira no Senado como representante do Amazonas, juntando-se a Joaquim Leovigildo de Souza Coelho e Joaquim Paes da Silva Sarmiento. Ou seja, havia muitos outros representantes políticos de expressão na região, porém uma das três vagas disponíveis ficou com o último representante do governo monarquista local. Com isso, podemos notar que a representatividade política de Francisco Machado não foi minada, ou mesmo enfraquecida com o advento da República; ao contrário, deu mostras de que suas relações políticas estabelecidas no Amazonas continuaram lhe valendo cargos de destaque no cenário local, assim como o fizera em tempos do Império.

Durante o processo eleitoral que se desenrolou no período em que o Estado tinha como governador o tenente de Engenheiros Augusto Ximeno de Villeroy, que ocupou o cargo em substituição à junta provisória que havia assumido as rédeas do governo em um primeiro momento, foram eleitos ainda para o cargo de deputado os militares Manoel Ignacio Belfort Vieira e Manoel Uchoa Rodrigues, que seriam oficialmente os representantes do Amazonas na formulação da Constituinte na capital federal.⁷⁴

Muito tem se discutido na historiografia brasileira sobre as mudanças e continuidades apresentadas no cenário da política nacional com a Proclamação da República. Assim como os reais motivos que conduziram uma parcela específica da “classe militar”⁷⁵ a praticar a ação que resultou na derrubada do Império. Pensando sobre o aspecto do que efetivamente motivou essa parcela dos militares, Margarida de

⁷⁴ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 248-249.

Souza Neves, dentre outras observações, afirma que o foco da atuação militar tinha uma predeterminação que não representaria necessariamente a derrocada do regime monárquico, pois de acordo com sua posição a ação seria “um golpe militar, a princípio destinado apenas a provocar a derrocada do gabinete Ouro Preto, sendo que a ação terminou por derrubar a Monarquia, expulsando o velho imperador e sua família e, dessa maneira, concretizou-se a instauração da República”.⁷⁶ Por fim, Neves acrescenta que o regime republicano, que havia acabado de ser instaurado, não representou mudanças substantivas na História do Brasil.

Ao que tudo indica, o posicionamento adotado pelos representantes militares que desferiram o golpe no dia 15 de novembro foi certamente em defesa de seus interesses como classe militar, e não necessariamente como legítimos representantes republicanos; dessa forma, esses militares foram conduzidos a executar a tomada de poder, motivados pelos representantes do governo monárquico que vinham desagradando uma parcela dos militares desde o fim da Guerra do Paraguai.

Durante esse período os militares esperavam ter tido um maior reconhecimento por parte do governo imperial, como uma maior participação nas decisões políticas do governo, porém o governo monarquista limitou a participação das forças armadas somente às questões que diziam respeito à segurança do Estado e a soberania nacional.

O marechal Deodoro da Fonseca atribuiu a tomada de poder aos esforços da classe militar, tanto que, por meio de seu discurso oficial, ressaltou que os méritos da ação do golpe que resultou na derrocada monarquista deveriam ser creditados somente aos membros militares. Em sua fala ao Congresso Nacional, Deodoro sequer mencionou a atuação dos civis que faziam parte do republicanismo histórico no processo que culminou com a queda do regime monárquico no Rio de Janeiro, destacando somente o seu grupo de farda:

⁷⁵ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**, p. 9.

⁷⁶ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 25.

Cabe ao exercito e á armada a gloria de ter effectuado a revolução de 15 de novembro, data esta que será d' ora em diante a hegyra da Republica Brasileira; e esta conquista representa uma somma tão grande de sacrificios heroicos e de resignados soffrimentos, que ainda quando uma nova organização, não devesse ser effectuada, após a revolução, em reconhecimento a serviços de que a patria guardará sempre apadecida lembrança, não seria possivel demorar a decretação de reformas que colocassem as forças armadas do Brazil em condições de responder pela integridade do solo brasileiro, pela inquebrantada manutenção da ordem geral.⁷⁷

Refletindo sobre o posicionamento dos representantes militares durante a segunda metade do século XIX, Maria Efigênia Lage Resende identificou uma conduta corporativista muito forte que se acentuou a partir da Guerra do Paraguai.⁷⁸ Esse posicionamento militar foi uma resposta ao que consideraram pouco caso do governo imperial com a classe, pois o fim da guerra não representou para os militares de baixa patente uma abertura no governo que pudesse proporcionar uma maior participação na política imperial; além disso, acusaram o governo de não investir em uma melhor remuneração, fazendo com que os soldos dos militares continuassem baixos. Dessa forma, esse acabou sendo o espírito de boa parte dos representantes militares durante o período que antecedeu a tomada de poder, além desse posicionamento dos membros do Exército, temos ainda a jovem oficialidade que, sob influência direta de Benjamin Constant, foi adotando uma inclinação pelos ideais republicanos. Esse era o quadro que antecedeu a substituição do regime monárquico pelo republicano.

Nesse sentido, discutindo sobre as ações militares na política brasileira, John Schulz,⁷⁹ em determinado momento de seu trabalho, esboçou as relações que foram estabelecidas durante o processo de mudança de regime. Partindo dessa reflexão, esse autor nos apresenta um quadro de pouca ou nenhuma mudança social com a transição de regime, reforçando que houve no máximo um deslocamento, por assim dizer, da elite, que mediante as circunstâncias da nova configuração do sistema político, integrou-se no contexto republicano que se apresentava.

⁷⁷ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 14-15.

⁷⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, p. 104-105.

⁷⁹ SCHULZ, John. **O Exército na política: Origens da intervenção militar 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

A passagem de regime não representou, portanto, uma mudança drástica nos quadros da política do Rio de Janeiro, pois o reposicionamento da elite nos mostra que os representantes da classe dominante buscaram rapidamente ser inseridos no contexto político republicano. Sobre tal questão afirma ainda Schulz que

O advento da República não constitui uma revolução social, em qualquer sentido que se possa dar ao termo. O que ocorreu foi, no máximo, um realinhamento da elite, acompanhado de uma modesta expansão desta classe. O principal significado da República foi ter sido instalada através de um golpe que colocou no poder um governo militar, o qual durou cinco anos.⁸⁰

Ao lermos a discussão estabelecida por Schulz, podemos notar dois aspectos essenciais da ação militar antes e posteriormente ao movimento de tomada de poder: no primeiro, voltamo-nos para alguns elementos em relação aos antecedentes do golpe: pode-se observar que os militares já vinham demonstrando certa insatisfação com a Monarquia, pois creditavam aos representantes do governo imperial a falta de uma participação ativa nas questões relacionadas à política do governo, reivindicação voltada, sobretudo, por terem servido ao governo imperial durante décadas e não terem recebido o destaque que gostariam.

No segundo aspecto, percebemos que a postura adotada pelos militares durante o processo de transição foi essencialmente caracterizada pela ocupação do posto maior do governo republicano e, na mesma medida, por assim dizer, apaziguaram os ânimos das demais correntes republicanas por meio de nomeações para que esses representantes fizessem parte do ministério do governo provisório. Compreendemos que essa estratégia serviria ao mesmo tempo como um instrumento que poderia controlar a chamada ala mais radical do movimento republicano, como também satisfazer os anseios de outras alas que queriam fazer parte do governo no momento de estabelecimento do novo regime.

Durante a composição do ministério do governo provisório, presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca, é possível notar o esforço para conduzir a escolha dos representantes do ministério de forma que pudesse conciliar as distintas alas da

⁸⁰ SCHULZ, John. **O Exército na política**. Origens da intervenção militar 1850-1894, p. 121.

República. Essa conduta foi efetivamente posta em prática, como observa Margarida de Souza Neves:

A composição do Ministério do governo provisório, presidido por Deodoro, demonstra a necessidade de abrigar, no mais alto escalão do primeiro governo da República, representantes de tendências muito diferenciadas e das mais variadas latitudes republicanas. Compunham esse primeiro ministério, na pasta da Justiça, o paulista Campos Sales, o mesmo que mais tarde, como presidente eleito, assentaria as bases da República Velha e que, nas primeiras horas do novo regime, fora chamado para garantir o apoio dos cafeicultores paulistas; à frente do Ministério da Fazenda estava o baiano Rui Barbosa, que poucos meses antes abandonara o Partido Liberal por considerar a defesa do federalismo mais importante que a fidelidade à monarquia. Também estavam presentes dois republicanos históricos, signatários do Manifesto de 1870, o moderado Quintino Bocaiuva, na pasta das Relações Exteriores, e, no Ministério do Interior, Aristides da Silveira Lobo, o jornalista paraibano e republicano da ala radical que afirmara, em 15 de novembro, ter o povo a tudo assistido bestializado. A pasta da Guerra coubera ao positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães, enquanto Eduardo Wandenkolk presidia a pasta da Marinha, uma força militar mais elitista que o Exército. Por fim, na pasta da Agricultura, Demétrio Ribeiro, um representante do Rio Grande do Sul, província que sempre se apresentara com características muito próprias no cenário político brasileiro.⁸¹

Acreditamos que, além de efetivar as determinadas estratégias políticas já mencionadas, o governo provisório, por essas ações, passou a ideia de que ele, que se configurou com o advento republicano, caracterizar-se-ia com uma conduta diferente da centralizadora que prevaleceu no regime monárquico. Nesse sentido, os primeiros representantes republicanos buscaram, assim como fizeram nos últimos anos de Império, desqualificar a forma de governo estabelecida pela Monarquia brasileira, acusando-o de concentrar o poder apenas em uma pessoa, privando o povo de qualquer participação nos negócios da vida política, além de não destinarem ações em prol do benefício coletivo.

Analisando a conduta dos republicanos durante os anos iniciais do novo regime, Elio Chaves Flores salienta que:

Com efeito, num primeiro momento, os propagandistas e os que participaram da proclamação da República estavam convictos de que o mal do Brasil era mesmo a Monarquia. Daí se esforçarem para demonstrar que a República

⁸¹ NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República**: O Brasil na virada do século XIX para o século XX, p. 34-35.

seria o exercício do poder em torno do bem comum, do respeito à coisa pública, vista como de todos, de uma coletividade nacional.⁸²

Pela exposição de Elio Chaves, observamos que a política de propaganda republicana destinou-se ao mesmo tempo minar a atuação do regime anterior, como também passar a impressão de que com o novo regime as ações seriam voltadas, acima de tudo, para o interesse público. As ações políticas que predominaram nos primeiros momentos de República, contudo, apresentaram muito mais permanências do que propriamente rupturas com relação à conduta política do governo anterior.

Por essa observação e lançando uma reflexão para o Amazonas republicano, parece evidente que a inserção ou qualquer outra política que representasse a participação popular nos negócios da política local não era a medida prioritária dos republicanos, por mais que o discurso durante as últimas horas do regime imperial sinalizasse o contrário. Prevaleceu o jogo político em que os republicanos militares e republicanos civis se confrontaram por meio de ações e articulações buscando unicamente garantir seus interesses.

Nesse sentido, uma das primeiras manifestações dos representantes políticos do Amazonas foi, acima de tudo, organizar novos partidos políticos que seriam as legendas oficiais da nova ordem vigente, de acordo com a realidade política local. Uma característica acabou sendo importante para essa postura dos políticos regionais: o fato de a República não ter desenvolvido uma coesão partidária em âmbito nacional antes da tomada de poder, e nem durante os primeiros anos da nova ordem política, com isso os Estados efetivaram suas autonomias políticas. Sobre esse debate, Rodrigo Patto Sá Motta salientou que:

Desde o início os republicanos encontraram dificuldades para criar uma organização de caráter nacional. No próprio ato de fundação do movimento, a publicação do “Manifesto Republicano”, em 1870, o problema estava visível. O documento apareceu no Rio de Janeiro e a maioria de seus signatários tinha residência naquela cidade. Os defensores da República não criaram uma organização no nível do país, houve uma forte tendência dos diversos grupos se organizarem regionalmente. Surgiram assim núcleos em várias províncias, sendo mais fortes os de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não por

⁸² FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, p. 52.

acaso, estados que ocuparam posição de destaque na primeira fase republicana. Após 1889 a tendência se consolidou com a formação dos PRs estaduais, Partido Republicano Mineiro (PRM), Partido Republicano Paulista (PRP) etc.⁸³

Analisando as observações acima, podemos afirmar que a organização partidária no Amazonas, durante o processo de consolidação do regime republicano, não fugiu à regra de se organizar pela realidade local. Essencialmente, por meio das articulações dos políticos da região que antes compunham o Partido Conservador e o Partido Liberal.

O fato de os integrantes dos antigos partidos do Império terem composto os partidos no início da República mostra-nos uma composição de permanência dos quadros da representatividade política no Amazonas, afinal a configuração presente dá mostras de que, na prática, houve apenas uma mudança nas siglas partidárias, pois os componentes eram em grande parte os mesmos que disputavam o poder à época imperial. Ressaltamos que mesmo tendo esse seguimento dos partidos oficiais da Monarquia, a composição dos novos partidos políticos no Amazonas não indica uma ligação direta com a realidade político-partidária do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, verificamos que os novos partidos políticos amazonenses foram formados essencialmente por políticos militares e civis que já tinham uma articulação partidária em Manaus por conta dos antigos partidos oficiais do Império na região. Nomes, portanto, como Emílio Moreira e Guilherme Moreira, pelo Partido Democrático, e Jonathas Pedrosa e Ferreira Penna pelo Partido Nacional, caracterizaram a mais fiel representação de uma estrutura partidária na política monarquista local do que com a republicana.

Ao que tudo indica, as condutas e posturas monarquistas prevaleceram durante esse momento de estabelecimento da República, tanto na formação dos novos partidos quanto nas relações entre os membros do governo republicano provisório, que pouco tempo após sua formação já passou a dar mostras de desentendimento entre seus integrantes. Com relação a essa questão, Arthur Reis afirma que:

⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte:

O dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal dispôs-se com os companheiros de junta, aos quais acusava de inimigos do novo regime, recusando-se até a dar a sua assinatura ao orçamento elaborado para o exercício financeiro de 1890 e à exposição apresentada ao governador que a sucedeu.⁸⁴

Como nos apresentou Arthur Reis, o próprio Carvalho Leal, que foi talvez a maior figura política republicana no Amazonas, pois havia sido membro fundador e presidente do clube republicano,⁸⁵ demonstrou insatisfação com o posicionamento dos demais representantes da junta provisória, acusando-os de não seguirem os ditames apregoados pelo movimento republicano antes de assumirem o poder.

Como podemos notar os demais integrantes da junta provisória que passaram a governar o Estado eram militares e, portanto, buscaram articulações que garantissem a defesa de seus interesses em detrimento dos interesses dos demais representantes republicanos, ou seja, os civis. Com isso, o choque com Carvalho Leal acabou se tornando público, pois esse político passou a criticar os demais membros do governo provisório de forma mais acentuada, acusando-os de estarem relegando os interesses de sua ala republicana e de tudo que defendiam antes de se tornarem governantes.

A questão envolvendo Domingos Theophilo de Carvalho Leal e os militares que compunham a junta do governo provisório externava um quadro de desacordos que aparentemente seriam apenas administrativos, mas que eram efetivamente políticos, pondo em rota de colisão os grupos políticos e que trouxe a reboque os interesses particulares que cada um desses grupos defendia dentro do governo republicano, pois as motivações políticas no Estado acabaram sendo uma porta de entrada para se conseguir, ou manter, os privilégios pessoais que o poder proporcionava. Como forma de externar sua insatisfação dentro do governo, Carvalho Leal decidiu não assinar o orçamento financeiro para o ano de 1890 elaborado por seus companheiros de junta.⁸⁶

Os republicanos civis demonstraram apoio ao gesto de Carvalho Leal por meio de uma passeata, causando desagrado nos demais componentes da junta e, conseqüentemente, um princípio de conflito mais acalorado entre os participantes da

Editora da UFMG, 1999, p. 48-49.

⁸⁴ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 246.

⁸⁵ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p. 191.

⁸⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 246.

manifestação que estavam a favor de Leal e os que estavam do lado dos demais membros da junta, no caso, os militares. Esse evento confirma a ideia de que as primeiras horas de regime republicano no Amazonas foram caracterizadas pelas disputas pessoais entre civis e militares.

2.2. “Dança das cadeiras”: As inúmeras trocas de governadores durante os primeiros anos de República no Estado

Além dos embates protagonizados pelos republicanos civis do clube republicano e militares que compunham a junta provisória, outra questão passou a acirrar ainda mais as relações entre os grupos locais que se antagonizavam. Tratava-se do surgimento das manifestações pela disputa do cargo de governador do Estado, que movimentou as relações e articulações políticas da região.

Podemos dizer que nessa disputa de forças durante a determinação dos primeiros governos republicanos nos Estados e mesmo na capital, os republicanos históricos acabaram saindo derrotados, sobretudo por falta de articulação política entre os poderes local e nacional. No caso do Amazonas, podemos detectar uma derrota dupla daqueles políticos considerados republicanos históricos, pois ao mesmo tempo em que o nome que haviam indicado não foi escolhido, tiveram ainda de aceitar a escolha do tenente de Engenheiros Augusto Ximeno de Villeroy, sem terem tido nenhuma participação nessa decisão.

Certamente, esse episódio mostrou o descrédito daqueles que faziam parte do movimento republicano antes da mudança de regime perante os militares que assumiram o governo no primeiro momento; isso indicou que, mesmo com a Monarquia destituída da condição de regime oficial do Brasil, não representou necessariamente o fim da tentativa de manter-se um controle sobre as regiões, pois as primeiras ações dos militares como protagonistas da política nacional indicaram uma tendência de se tentar fazer valer suas escolhas na composição dos governantes dos Estados.

A vinda de Ximeno de Villeroy representou, acima de tudo, uma medida estratégica para fortalecer a presença militar na região e assegurar os interesses econômicos do governo provisório do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a presença de

Villeroy no Amazonas se caracterizaria como a mais fiel, por assim dizer, representação do poder central na região. Refletindo sobre essa questão econômica e a presença do governador nomeado pelo poder do Rio de Janeiro, Sylvio Puga Ferreira relata que:

O Governo Provisório ao enviar Villeroy para o Amazonas buscava ter à frente dos negócios do Estado alguém da sua mais absoluta confiança, principalmente ao administrar finanças públicas que cresciam impulsionadas pela exportação de borracha.⁸⁷

A confiança do governo provisório do Rio de Janeiro com o tenente Ximeno Villeroy era resultado da ativa participação deste militar na Escola Militar da Praia Vermelha como um dos discípulos do tenente-coronel Benjamin Constant, como também sua atuação no clube republicano às vésperas da tomada de poder; portanto, era um representante militar de confiança do governo, tanto que foi nomeado.⁸⁸ Por meio de determinação do governo federal, esse político foi destinado para o Amazonas com plenos poderes e autonomia para executar a política de governo da qual foi designado.

Ao chegar a Manaus, Augusto Ximeno de Villeroy não se voltou para as artimanhas políticas da região; tal característica se mostrou por meio das primeiras medidas adotadas, que deram conta de executar uma acentuada reformulação nas estruturas do Estado, inclusive políticas. Essa conduta nos indica que o novo governante não estava preocupado se as medidas agradariam ou não os políticos da região. Villeroy determinou que a composição da Assembleia fosse destituída, por exemplo. Como esperado, tais medidas reforçaram a desconfiança e a insatisfação dos representantes da elite política local, sobretudo os membros do chamado republicanismo histórico que se sentiram injustiçados nesse momento, tendo em vista que estavam sendo deixados de fora das decisões políticas do Estado.

O jornal *O Seculo* narrou em suas páginas que, durante a chegada de Villeroy ao Amazonas, o clube republicano se reuniu na casa de seu líder Carvalho Leal para oficialmente receber o novo governador. O referido diário descreveu os passos

⁸⁷ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1889-1914)**, p. 186.

percorridos pelo governador durante sua chegada e tratou dessa maneira o episódio envolvendo a reunião feita pelos republicanos do clube um dia depois de Augusto Ximeno ter assumido oficialmente o governo:

As 7 horas da noite de 5 do corrente o estimavel cidadão Dr. Villeroy Governador d' este Estado compareceo a casa de residencia do Cidadão Dr. Carvalho onde se achava reunido o Club republicano com o fim de recebel-o. Fallarão diversos oradores pregando todos explendas theorias e perfeitamente descrevendo o lastimoso depauperamento d' este rico Estado.⁸⁹

Analisando as observações externadas pelo jornal supracitado, podemos notar que mesmo exercendo o papel de receber oficialmente o novo governador, os integrantes do clube republicano continuaram a posicionar-se contrários à escolha de Villeroy como governador. Como se observa, o encontro tinha uma finalidade burocrática, afinal mesmo não concordando com a referida escolha, Villeroy era um representante republicano, portanto os republicanos do Amazonas tiveram de exercer seu papel de partidários, recebendo-o oficialmente.

Mesmo com a “visita” feita à casa de Carvalho Leal que abrigava também a sede do clube republicano, Ximeno Villeroy estabeleceu uma conduta de governo que não privilegiou os republicanos históricos com cargos de destaque; o único indicado para ocupar um cargo que ostentava certo destaque na composição dos novos quadros da política local foi Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, ocupando o cargo de intendente do município de Manaus.⁹⁰ Como podemos notar, as determinações destinadas ao novo governador não seriam apenas de organização militar na região, como também de cunho político.

Notamos com isso que a relação que prevaleceu entre o governador e os políticos da região foi, antes de tudo, uma relação de contrariedade que se acentuou ainda mais com a decisão de Villeroy de governar à revelia dos políticos do Amazonas, que embora não tivessem uma articulação política em âmbito nacional, buscaram de certo tempo estabelecer autonomia com relação à condução dos negócios local, e as

⁸⁸ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1889-1914)**, p. 185.

⁸⁹ *Jornal O Seculo*, Ano I, n.º 3, de 11/1/1890, p. 3.

⁹⁰ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p.139.

atitudes do novo governador iriam de encontro a essa conduta local. Não foi apenas a chegada de Ximeno de Villeroy que criou desacordo entre os representantes da política local, sua saída do governo também foi cercada de articulações políticas que foram determinantes para a escolha de seu substituto.

A historiografia amazonense, ao narrar os motivos que impulsionaram Ximeno de Villeroy a deixar o governo local, limitou-se apenas a repassar a justificativa oficial de que o governador se ausentou de suas atribuições por motivo de doença na família, no caso, sua esposa. Arthur Reis, contudo, apesar de reforçar essa questão da doença da esposa de Villeroy, aponta para o fato de que esse político “insistira por ser exonerado, desgostoso, em luta com homens públicos do Estado”.⁹¹

Tal aspecto sinaliza para o fato de que não foi apenas a doença da esposa que fez com que Villeroy resolvesse abdicar do cargo de governador, mas as pressões por parte dos inimigos políticos contribuíram para que essa decisão fosse tomada. Isso mostra que os líderes da política local, por assim dizer, eram dotados de certo poder de combate nas relações que foram estabelecidas com a chegada de Villeroy ao Amazonas. Tudo indica que as articulações estabelecidas pelos representantes da política local foram determinantes para fazer com que Villeroy renunciasse ao seu cargo de governador, pois acabou não resistindo à pressão imposta por seus opositores.

Esses políticos não se calaram ou se curvaram passivamente mediante as decisões impostas pelo novo administrador do Estado, ocasionando conflitos durante sua estada local. Por meio das disputas entre o governo e seus opositores, podemos identificar que em determinados momentos houve uma resistência regional com relação às investidas de controle destinadas pelo poder central.

Ao deixar o cargo, o primeiro governador do Amazonas republicano deveria passar as rédeas do governo para o primeiro vice Guilherme Moreira. O fato, porém, de Moreira não se encontrar em Manaus, naquele momento, fez com que Villeroy nomeasse seu oficial de Gabinete para o cargo de governador. Ao invés de esperar pelo retorno de Guilherme Moreira, seu sucessor de direito, o governador aproveitou a ausência de Moreira e indicou o tenente de Engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro.

⁹¹ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 248.

Assim como Moreira, Eduardo Ribeiro foi um dos fundadores do Partido Democrático e, assim como o próprio Villeroy, um seguidor das doutrinas republicanas defendidas por Benjamin Constant.⁹²

Embora tenha estado diretamente ligado à fundação do Partido Democrático no Amazonas, Ribeiro não gozava do mesmo poder político dos irmãos Moreira, o que representou certo desapontamento na maioria dos políticos da região que ansiavam, com a ascensão de Moreira ao governo, ter o controle dos negócios do Estado.

Como já fizemos menção anteriormente, Guilherme José Moreira estava estabelecido em Manaus havia mais de 30 anos, quando se deu a Proclamação da República. Durante esse período, ele e seu irmão Emílio Moreira, além de terem acumulado certa riqueza por meio dos negócios da borracha na Amazônia, conseguiram conquistar certo prestígio político junto aos grupos que faziam parte do centro do poder em Manaus. As relações econômicas e sociais contribuíram para que os irmãos Moreira estabelecessem uma força política na região. A partir dessa constatação, observamos que para os grupos políticos da região, Guilherme Moreira como chefe do governo representaria uma participação mais direta desses políticos nas decisões do Estado; dessa maneira, as oportunidades dos membros desses grupos de chegarem ao poder e se firmar como lideranças políticas no Amazonas seriam maiores.

O que se viu, todavia, foi uma aceleração, por assim dizer, em tentar regularizar Eduardo Ribeiro para que pudesse oficializar sua condição de governador. Em questão de dias, Ribeiro foi sucessivamente nomeado segundo vice-governador e governador, o que lhe possibilitou assumir o cargo. Essa postura adotada durante a transição do governo de Villeroy mostrou que as ordens vindas do Rio de Janeiro eram destinadas a fazer com que não houvesse possibilidade de deixar as rédeas do governo nas mãos do poder local. Ou ao menos permitir que um florianista as arrebanhasse.

Em 1897, Eduardo Ribeiro, já na condição de ex-governador, ao se pronunciar sobre suas duas passagens pelo governo do Amazonas, salientou que durante sua primeira administração acabou enfrentando forte oposição, sobretudo por ter se

⁹² BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p. 195.

mantido alheio às negociatas e artimanhas políticas que faziam parte do círculo político no Amazonas.⁹³

De acordo com Ribeiro, que acabou ficando apenas seis meses no governo durante sua primeira passagem, sua demissão foi resultado de uma campanha feita por seus inimigos políticos, acusando diretamente o senador Joaquim Sarmento de ter sido o promotor dos conchavos que culminaram com a ordem vinda do governo federal para que ele deixasse o cargo e retornasse para o Rio de Janeiro, para lecionar na Escola Superior de Guerra.

E salientou ainda que o apoio por meio de manifestações e da elaboração de uma ata de solidariedade ao seu governo, assinada por 363 pessoas, era uma demonstração de que havia realizado uma boa administração e, portanto, as investidas contra seu governo eram essencialmente políticas e geraram um complô que acabou por tirá-lo do governo.

O político maranhense acrescentou em sua fala que o fato de não ter participado especificamente de algumas falcatruas propostas por alguns políticos que tinham certa articulação na política local contribuiu significativamente para sua deposição do governo. Em nenhum momento, porém, Ribeiro relata sobre sua chegada ao governo que ocorreu de forma irregular e que sua nomeação para o cargo também foi reflexo de uma articulação política, nesse caso encabeçada por Augusto Ximeno de Villeroy.

O governo federal, por meio de Mensagem Executiva, tratou do episódio ocorrido no Amazonas, assim como no Pará, como uma lamentável tentativa de perturbação da ordem e tranquilidade. Para o governo, essa “ordem” e “tranquilidade” eram reflexos do novo regime que passou a vigorar no Brasil; portanto, a República precisava ser preservada de todas as maneiras perante as manifestações que viessem a preocupar a ordem instituída. Tratava-se apenas de dois casos que fugiam a regra do que se planejava para os Estados republicanos e que foram prontamente resolvidos,

A ordem e tranquilidade da Republica, firmadas no bom senso da população, se mantêm e se fortalecem cada vez mais. No Amazonas e no Pará surgiram

⁹³ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro** a 10 de junho de 1892. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

lamentáveis tentativas de perturbação, que foram promptamente suffocadas pela cooperação da força publica e espontâneo concurso dos cidadãos, os quaes sabem que somente sob o domínio da paz pode o povo gozar das garantias constitucionaes que o Governo busca assegurar.⁹⁴

Com a deposição do governador Eduardo Ribeiro, o coronel Guilherme José Moreira assumiu a condição de governante numa passagem que durou apenas 20 dias. Afinal, o governo central ainda preservava a mesma preocupação de não deixar o poder local absolutamente nas mãos do representante do Partido Democrático, ou de um não florianista, tanto que Moreira não conseguiu sequer completar um mês de governo.

De imediato chegou à notícia de mais uma intervenção do governo federal, que determinou a substituição de Moreira pelo coronel Antônio Gomes Pimentel. Sua vinda tinha tanto o caráter estratégico, como também o de organizar as relações e apaziguar, por assim dizer, os ânimos dos representantes da política regional que estavam acirrados desde a deposição de Eduardo Ribeiro.

Partindo dos pontos acima levantados, podemos dizer que essa decisão demonstrava uma preocupação do governo central com relação ao Amazonas. Essa preocupação estava relacionada com o fato de não permitir que a elite política regional assumisse inteiramente o controle dos negócios do Estado, tanto que a ação do governo central foi de inserir um militar de outro Estado como governador-interventor enquanto não fosse realizada eleição pelo Congresso Constituinte para determinar quem seria o primeiro governador constitucional do Amazonas.

As atribuições do coronel Antônio Pimentel, contudo, foram além da função de interventor do Estado; Pimentel teve a atribuição de trazer as sugestões do governo central para a escolha da composição do futuro governo do Amazonas. Nesse sentido, foi pelas indicações do Rio de Janeiro, trazidas pelo coronel Pimentel, que o Congresso Constituinte elegeu o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o coronel Guilherme José Moreira para os cargos de governador e vice-governador, respectivamente. Essa

⁹⁴ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 4-5.

seria uma forma de o poder central agradar e agregar os interesses tanto da capital federal quanto do Estado.

A preocupação do governo central, em estabelecer uma composição de governo a partir da indicação de um político vindo de outro Estado e um da região local, indica que isso se deu pelo fato de os políticos locais não terem aceitado passivamente as intervenções vindas do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, fez com que o governo federal tentasse pôr em ação essa estratégia de formar um governo na região reunindo um político de sua indicação e outro da política amazonense. De acordo com seus anseios, todavia, o poder da política local rejeitou as indicações vindas da capital federal reforçando a ideia de que não adotaram uma postura passiva ou mesmo submissa às determinações do poder central.

2.3. A Constituição e as eleições de 1891

Podemos considerar dois importantes aspectos na conjuntura que concretizou a eleição do primeiro presidente republicano no Brasil. O primeiro apresenta a investida do governo em legitimar a nova ordem política brasileira e essa condição passava pela eleição de um presidente constitucional. O segundo aspecto se voltou para a tentativa de estabelecerem-se articulações que dessem conta de fortalecer o poder do novo regime nos Estados.

No Estado do Amazonas, esse processo de ligação entre poder federal e poder local esteve sempre presente nas relações estabelecidas naquele momento, na qual notamos que o poder federal buscou a todo instante exercer uma política de controle sobre o Estado e sua representação local, que de imediato reagiu fazendo prevalecer às artimanhas e as relações entre os políticos amazonenses.

O fato de o regime republicano ter sido instaurado praticamente no final do ano de 1889 fez com que muitas ações dos novos donos do poder ocorressem efetivamente em 1890. Como, por exemplo, as sessões que teriam como finalidade a elaboração de uma Assembleia Constituinte, que seria responsável por elaborar a primeira

Constituição do Brasil republicano, como também fiscalizar o governo.⁹⁵ A sessão que oficializou a instalação do Congresso Constituinte Nacional foi realizada em 15 de novembro de 1890, exatamente durante a comemoração do primeiro aniversário da República no Brasil.

As discussões em torno das propostas que estariam em pauta durante as reuniões da Assembleia Constituinte eram voltadas para questões como federalismo, atribuição de poderes do Executivo, direito ao voto, dentre outras matérias que seriam as diretrizes, sobretudo, políticas da nova ordem vigente.

O federalismo, por sinal, foi destacado pelos representantes constitucionais como uma das questões centrais dos debates por ser a grande mudança apresentada pela Constituição que se concretizaria em 1891. Dentre suas determinações, havia a indicação de que os Estados passariam a ter a desejada autonomia que há muito almejavam. Dessa forma, os políticos que passariam a governar os Estados seriam escolhidos não mais pela indicação do governo central, mas sim pelo voto que se daria no próprio campo político das regiões dos Estados federados.

Além disso, o advento da República no Brasil acabou trazendo consigo um formato no qual houve uma crescente onda regionalista.⁹⁶ Compreendemos que essa crescente onda regionalista acirrou ainda mais os interesses em jogo nos Estados, o que fez com que seus representantes políticos fortalecessem suas articulações internas como forma de preservarem seus lugares de destaque no cenário da política local.

A partir dessa composição dos Estados, o governo central buscou, por meio de seu jogo político estabelecido nos primeiros momentos de República brasileira, voltar-se para as ações que dessem conta de criar uma identidade para o novo regime que estava em processo de consolidação, que viria pela legitimação da política republicana como sendo a política oficial do Brasil; isso trouxe, a reboque, a necessidade do governo em instituir mecanismos que fossem capazes de estabelecer laços com os Estados a partir de uma política nacional.

Certamente, essa política do governo passaria também, como dissemos anteriormente, pela confirmação dos primeiros representantes oficiais do novo sistema

⁹⁵ MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**, p. 35.

sob aprovação do poder do centro. Sobre essas questões, Margarida Neves enfatizou que

Somente em junho de 1890 foram convocadas eleições para a Assembleia Constituinte e, em 24 de fevereiro de 1891, a nova Constituição, de forte inspiração na carta constitucional norte-americana, e cujas marcas principais eram a adoção do federalismo, a acentuação do presidencialismo, o estabelecimento de três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário – para o governo da República, a separação entre a Igreja e o Estado e a definição do critério da alfabetização como elemento de qualificação dos que teriam direito a voto. No dia seguinte ao da promulgação da primeira Constituição republicana, foi realizada a eleição presidencial, indireta, votando os membros da Assembleia Constituinte. Contabilizaram-se 234 eleitores, e os resultados do pleito demonstram a tensão e a instabilidade desses primeiros tempos republicanos.⁹⁷

O resultado do processo eleitoral⁹⁸ expôs duas situações: a primeira foi o fato de Deodoro ter confirmado e legitimado sua condição de presidente, permanecendo à frente dos negócios do Estado Nacional, função que já vinha executando como chefe do governo provisório. O segundo aspecto corresponde à confirmação de que Deodoro teve uma votação menor do que a de Floriano para vice, o que representou um sinal de que a política de governo adotada pelo marechal Deodoro não era uma unanimidade entre os representantes civis; essa votação, menos expressiva do presidente eleito, pode ser entendida como uma demonstração de insatisfação por parte dos políticos. Certamente, a postura autoritária do marechal Deodoro da Fonseca contribuiu muito para essa animosidade dos representantes civis que faziam parte da composição da Assembleia Constituinte.

Essa relação conturbada chegou ao ponto máximo durante o processo em que o velho marechal decretou o fechamento do Congresso em novembro de 1891. Tal ação explicitou de vez a postura autoritária adotada pelo presidente durante o período em

⁹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**, p. 52.

⁹⁷ NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX**, p. 35.

⁹⁸ “Defrontaram-se duas candidaturas: a primeira, da situação, formada pelo marechal Deodoro da Fonseca e pelo almirante Eduardo Wandenkolk, e a segunda, composta por Prudente de Moraes, paulista que havia presidido a Constituinte, e por Floriano Peixoto, militar de geração e formação distintas daquelas de Deodoro. Os resultados foram eloquentes: para a Presidência é eleito Deodoro com 129 votos, contra 97 dados a Prudente de Moraes. Para vice-presidente, no entanto – os dois cargos, nessa eleição, não estavam vinculados –, Floriano recebeu 153 votos, enquanto Wandenkolk teve apenas 57”

que governou o Brasil, sobretudo durante o período do deodorismo constitucional. Sobre a relação entre o Congresso e Deodoro, a historiadora Maria de Resende afirmou que

A eleição de Deodoro da Fonseca para presidente da República, pelos constituintes de 1891, com número menor de votos que Floriano Peixoto, eleito vice-presidente, demarca a crescente animosidade dos elementos civis contra a sua forma de governar. A transformação do Congresso Constituinte em Congresso Ordinário torna-se, para Deodoro, um grande complicador. Isso porque permanecem no exercício do Poder Legislativo deputados e senadores, em muitos casos em posições políticas opostas às facções oligárquicas que, em seus respectivos Estados, haviam alcançado o poder após divergências e lutas internas.⁹⁹

O governo de Deodoro da Fonseca representou para muitos intérpretes dos primeiros anos republicanos uma continuação do pensamento monarquista, afinal não podemos esquecer que o primeiro presidente da história do Brasil República não tinha uma tradição enraizada nas questões defendidas pelos republicanos, ou seja, Deodoro não era republicano.¹⁰⁰ Essa afirmação baseou-se, acima de tudo, pela postura adotada pelo velho marechal em suas ações que acabaram sendo direcionadas para a constituição de um governo centrado unicamente em suas decisões. Essa conduta fez com que o primeiro governo constitucional da história do Brasil República presidido pelo marechal Deodoro da Fonseca durasse apenas nove meses, seis meses há menos do que havia durado sua chefia à frente do governo provisório. A curta duração de seu governo constituinte demonstra o fracasso de sua atuação como chefe do Estado Nacional e sua política autoritária que culminou com sua renúncia no dia 23 de novembro de 1891. Por meio da discussão sobre os anos iniciais do regime republicano no Brasil, Maria de Lourdes Mônaco Janotti assinalou que:

O malogro do governo de Deodoro deve-se, em grande parte, à falta de coesão dos militares quanto à ordenação político-jurídica do Estado e às medidas administrativas imediatas. Em março de 1890, grassava a indisciplina entre os militares: os pronunciamentos de caráter político eram constantes; as ordens,

(NEVES, Margarida de Souza. **Os cenários da República**: O Brasil na virada do século XIX para o século XX, p. 36).

⁹⁹ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico**, p. 108.

¹⁰⁰ CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política, p. 133.

nem sempre cumpridas, provocavam polêmicas; as escolas criticavam abertamente os atos do governo. Deodoro, de certa forma, passou a representar o continuísmo da política imperial conservadora.¹⁰¹

Em razão desse comportamento, o presidente passou a sofrer fortes investidas por parte dos representantes do Congresso Constituinte que começaram a ser fortes críticos e opositores de sua forma de governo e por exigirem sua deposição; os deputados foram duramente reprimidos com o fechamento do Congresso.

Por sua vez, o Congresso Constituinte do Amazonas buscou por meio de seu projeto constitucional estabelecer e, sobretudo, legitimar o poder da nova ordem vigente. As determinações do referido projeto constituinte buscou mostrar por intermédio de seus artigos as atribuições que seriam destinadas ao Estado nesse momento, como podemos observar em seu artigo primeiro, no qual se externava o que representaria o chamado Estado a partir desse instante:

Art. 1.º – A antiga Província do Amazonas constitui um Estado livre e autonomo, vinculado a Republica dos Estados Unidos do Brazil, pelo laço Federativo, de conformidade com a Constituição Federal.¹⁰²

Por essa nova realidade política constitucional, o Congresso buscou estabelecer as bases das diretrizes constitucionais que seriam executadas pelo recém-eleito governador e vice-governador. Para o Amazonas, como citamos em passagem anterior, o Congresso Constituinte elegeu o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo para o governo e Guilherme Moreira para a vice-governança. Vale ressaltar que Eduardo Ribeiro, apesar de ter sido destituído do governo por pressão dos políticos amazonenses que foram contra sua chegada ao poder por meio de articulação patrocinada por Villeroy, concorreu, nessa eleição, tendo conseguido apenas cinco votos.¹⁰³

¹⁰¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O diálogo convergente: política e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6.ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 128.

¹⁰² ANNAES da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Extraordinária em 1890-1891 – 4.ª Sessão. Manaus: Typ. do Amazonas, 1891, p. 10.

¹⁰³ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 250.

Quando as eleições foram definidas, o então governador eleito Thaumaturgo de Azevedo ainda não se encontrava em Manaus, o que fez com que o vice Guilherme Moreira assumisse o governo temporariamente, enquanto Azevedo estava a caminho. A legitimidade política amparada nas determinações constitucionais fez com que a estada de Moreira à frente do governo não fosse considerada ilegal, afinal a legalidade da eleição fazia com que Moreira estivesse protegido para assumir o cargo durante o período em que Thaumaturgo estivesse ausente do Amazonas.

A atuação de Guilherme Moreira, porém, não se limitou apenas à ocupação do cargo em aguardo a chegada de Thaumaturgo de Azevedo. Ele resolveu tomar medidas que determinaram a estruturação do aparelho político-administrativo do Estado. Tais medidas, como de esperado, privilegiaram os membros do Partido Democrático do qual Moreira fazia parte. Além disso, a iniciativa apresentada por Moreira demonstra que os representantes do poder local não estavam dispostos a esperar nenhuma determinação vinda do governo federal; de imediato se anteciparam a elas e tomaram à frente nos negócios do governo.

Entendemos que essa postura adotada pelo membro do Partido Democrático representou um perigo para os planos do governo federal, pois ao montar todo o aparelho do Estado com os políticos da região, Guilherme Moreira fortaleceria as ambições dos políticos amazonenses. Afinal, eram esses os políticos que faziam parte da máquina administrativa e, além disso, passaram a executar efetivamente algumas medidas como a aprovação do contrato de esgotos, por exemplo. Isso mostra que não foi apenas na montagem do aparelho administrativo que Moreira resolveu agir, pois de imediato começaram a aprovar algumas medidas em nome do governo.

Como era esperado, ao chegar ao Amazonas, Gregório Thaumaturgo de imediato se voltou contra as atitudes realizadas por Moreira e, como demonstração de desagrado com as medidas, resolveu cancelar o referido contrato de esgotos que havia sido aprovado.¹⁰⁴ Temos, por essa ação, mais um conflito entre os representantes da política local e o governo federal representado na figura política de Thaumaturgo de Azevedo.

Naturalmente, a Assembleia Legislativa, que tinha maioria absoluta de representantes democratas, partido do vice-governador Guilherme Moreira, passou a fazer franca oposição às determinações estabelecidas por Gregório Thaumaturgo, indicando, dessa maneira, que o governador não encontraria facilidades por parte desses políticos. As investidas dos membros do Partido Democrático foram direcionadas, sobretudo, para as negativas com relação aos pedidos feitos por Azevedo para obter autorização para efetuar alguns projetos no Estado, ou seja, muitos pedidos de aprovação para liberação de verbas para o governo foram reprovados pela maioria democrata na Assembleia.¹⁰⁵

Durante fala destinada à Assembleia Legislativa, em setembro de 1891, o governador Thaumaturgo de Azevedo sinaliza para a questão de que o Amazonas, por intermédio de seu governo, precisava passar por mudanças em todos os serviços da administração pública e que para isso seria necessário o apoio da Assembleia Legislativa que seria a responsável por autorizar ou não as solicitações feitas por Azevedo. Partindo desse ponto, a situação do governador não era fácil, pois havia despertado a antipatia da maioria dos políticos da Assembleia, e estes eram os que determinavam a condução dos negócios do Estado, afinal de contas nenhum governante, seja militar ou civil, toma decisões sozinho, ou seja, nenhum Estado toma ou impõe decisões, exatamente porque existe um Parlamento. Dessa forma, Azevedo estava nas mãos desses políticos por conta do poder de decisão que cabia aos deputados:

Como base fundamental de um governo que se firma em um systema novo, julgo conveniente que me autoriseis á reorganizar todos os serviços da administração publica, nos seus differentes ramos, mantendo a estabilidade das funções politicas e a unidade de acção do Governo, sem offensa da descentralisação compativel com um regimem livre e democratico, afim de que a administração, a justiça, a segurança publica e a municipalidade possam funcionar harmonicamente, assegurando os interesses do Estado, e garantindo os direitos politicos e privados do cidadão.¹⁰⁶

¹⁰⁴ MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: História e Arquitetura 1852-1910**. Manaus. 3.^a ed. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus/Uninorte, 2006, p. 170.

¹⁰⁵ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 252.

¹⁰⁶ MENSAGEM do Exm.^o Sr. Presidente do Estado G. Azevedo lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de 15 de setembro de 1891. Manáos: Typ. do Amazonas, 1891.

A tendência nessa situação era a de que a Assembleia, por ter os democratas como maioria, negasse as solicitações feitas pelo então governador. Essa tendência se confirmou e os representantes da Assembleia Legislativa buscaram combater e fragilizar o governo de Thaumaturgo negando-lhe os pedidos apresentados, inclusive um empréstimo que havia solicitado.¹⁰⁷ Os representantes do Partido Democrático declararam franca oposição ao governador, à sua política de governo e ao governo central.

Por sua vez, Thaumaturgo passou a receber o apoio dos integrantes do Partido Nacional. Pois, como se esperava, a postura adotada pelos democratas, além de ter acirrado ainda mais a relação com o governador do Estado, intensificou os conflitos com os membros do Partido Nacional que viram no apoio a Thaumaturgo uma forma de combater seus adversários políticos do Partido Democrático. A República não tinha nem dois anos de vida no Amazonas e o Estado já havia se transformado num campo de disputas pelo poder.

Nesse sentido, podemos notar que as articulações estabelecidas pelos políticos amazonenses davam mostras de que não se curvara passivamente para as determinações impostas por Thaumaturgo e nem pelo governo central. Certamente essa conduta fez com que os conflitos fossem se acentuando cada vez mais, o que de fato aconteceu. Sobre essas intrigas e discordâncias políticas entre Thaumaturgo e a Assembleia Legislativa, Orange Feitosa destacou que

A Assembleia Legislativa, tomada pelos democráticos, não lhe concedeu a autorização para rescindir o contrato e muito menos para fazer o empréstimo solicitado, desencadeando com essa negativa um período de desavenças, de ataques e contra-ataques através dos jornais, que redundariam, em alguns meses, na deposição do governante.¹⁰⁸

Apesar de ter o amparo constitucional, Azevedo não teve uma gestão tranquila, como podemos observar, durante os quase seis meses que ocupou o poder no Executivo: foi cercado de intrigas por interesses pessoais e políticos, que trouxeram a

¹⁰⁷ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 252.

¹⁰⁸ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**, p. 76.

reboque o acirramento dos conflitos entre democratas e integrantes do Partido Nacional que “tomaram a defesa” do governador Thaumaturgo.

Mesmo já enfrentando conflitos no Amazonas, o pior estava por vim, pois os embates na região se acentuaram ainda mais quando do agravamento das relações entre o presidente da República e o Congresso Nacional, que acabou sendo fechado por Deodoro da Fonseca, que, por esse ato, expôs de vez a crise política pela qual estava passando o primeiro governo constitucional do Brasil republicano.¹⁰⁹

Durante seu efêmero governo constitucional Deodoro da Fonseca deu mostras de que o espírito militar estava acima do espírito presidencialista em muitos momentos, sendo que a investida final de seu governo vem confirmar tal postura autoritária de Deodoro. O presidente decidiu pela decretação do estado de sítio no dia 3 de novembro e, no dia seguinte, 4 de novembro de 1891, houve a dissolução do Congresso.¹¹⁰

A crise constitucional que se instalou na capital federal chegou também aos Estados, tendo em vista que os governadores se manifestaram em apoio à decisão do presidente Deodoro, sendo que apenas Lauro Sodré, governador do Estado do Pará, posicionou-se contrário às medidas adotadas pelo presidente.¹¹¹ No Amazonas, Thaumaturgo demonstrou claro apoio às medidas impostas pelo presidente, como podemos observar em sua fala de encerramento durante exposição no dia 25 de novembro de 1891, destinada ao Congresso amazonense:

Termino dando-vos sciencia official do acto de patriotismo do generalissimo presidente da Republica dissolvendo o Congresso Federal, em vista da attitude anarchica em que se manteve desde sua abertura, hostilizando ostensivamente ao governo e descurando dos altos interesses da patria.
O manifesto que o inclyto generalissimo dirige á nação já conheceis.
Cumpre-me agora communicar-vos a providencia que tomei no dia em que, por via telegraphica, chegou este importante facto ao meo conhecimento. Immediatamente fiz circular na cidade um boletim assegurando o compromisso de, a todo transe, manter a ordem e tranquilidade publicas se acaso fossem alteradas, sendo porém feliz por encontrar da parte da população, essencialmente ordeira, todo acatamento á deliberação do presidente da Republica.¹¹²

¹⁰⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O diálogo convergente**: política e historiadores no início da República, p. 129.

¹¹⁰ SCHULZ, John. **O Exército na política**: Origens da intervenção militar 1850-1894, p. 170.

¹¹¹ MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**, p. 44-45.

¹¹² MENSAGEM do Exm.^o Sr. Presidente do Estado G. Azevedo lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de 25 de novembro de 1891. Manáos: Typ. do Amazonas, 1891, p. 12.

Entendemos que a medida de Deodoro da Fonseca e, conseqüentemente, o apoio de Thaumaturgo de Azevedo, poderiam representar para o governador do Amazonas a retomada do controle absoluto do Estado. Afinal, não podemos perder de vista que sua administração vinha sofrendo forte oposição por parte do Partido Democrático, o que lhe impedia de realizar algumas investidas, tendo em vista a constante negação de verbas para o seu governo por parte da Assembleia estadual.

A pressão que o governo de Deodoro vinha sofrendo durante esse momento aumentou, sobretudo, por parte da Marinha, que ameaçou o presidente por meio de um levante que ficou conhecido como a 'Revolta de Custódio de Melo', na qual a capital do Brasil ficou sob a mira dos canhões dos navios que estavam concentrados na baía de Guanabara.¹¹³ Encontrando-se pressionado, Deodoro acabou renunciando, deixando o cargo para o vice-presidente, o também militar Floriano Vieira Peixoto.

Logo que a notícia da renúncia de Deodoro chegou a Manaus, os representantes do Partido Democrático, que eram opositores ferrenhos do governo de Thaumaturgo desde o episódio envolvendo as decisões de Guilherme Moreira durante o rápido período em que esteve no governo, passaram a exigir sua renúncia de forma cada vez mais acentuada. Resultando, inclusive, em um conflito armado no dia 14 de janeiro de 1892 durante a tentativa de deposição de Azevedo pelos políticos democratas. O jornal *Diario de Manáos* narrou assim esse conflito:

Eleita essa junta, mandaram os revoltosos uma comissão ao palacio, composta dos srs. dr. Almino Alvares Affonso, Francisco F. de L. Bacury e Leonardo Antonio Malcher communicar o seu acto ao exmo. sr. dr. Presidente e intima-lo a deixar immediatamente o seu cargo.

Falava o sr. Almino, e talvez a comissão se tivesse retirado em paz, se uma phrase imprudente, atirada ao exm. sr. presidente pelo cidadão Malcher, acompanhada de um gesto que a muitos pareceu aggressivo, se o não foi na realidade, não houvesse feito perder o resto da serenidade aos espiritos que ali estavam, infelizmente já tão agitados por sentimentos diversos e violentos: V. Exc. está deposto pelo povo, gritou Malcher, dizem que apalpando o bolso como quem procurava uma arma; e hade deixar esse cargo quer queiram, quer não! – Depois de morto! Replicou-lhe s. exc.

Não houve quem contivesse a multidão. Dispararam-se alguns tiros, brilharam muitos punhaes, as bengalas e os chapéus redemoinharam immediatamente no ar.

¹¹³ SCHULZ, John. **O Exército na política**: Origens da intervenção militar 1850-1894, p. 171.

Um dos soldados de policia a cavallo que estavam de sentinella no largo, tendo corrido sobre uma das janellas do salão aos gritos de fora! fora! que ali se ouviam, cahio do cavallo, ferido em pleno peito por uma bala de rewolver, disparado pelo sr. Lima Bacury, segundo affirmam as testemunhas do inquérito a quem em seguida procedeu o illustrado sr. dr. Coelho Resende, chefe da policia.

Ao mesmo tempo cahia lavado em sangue o dr. Almino Affonso, ferido junto a nuca por uma arma de fogo, segundo o respectivo corpo de delicto feito na mesma occasião por dois distinctos facultativos, ou por uma bala de rewolver ou de rifle, segundo asseguraram depois os seus amigos.

Os srs. Bacury e Malcher foram igualmente feridos o primeiro na perna, e o segundo na coxa e na cabeça, em consequencia da queda que deu na escadaria de pedra do mesmo edificio.¹¹⁴

No mesmo dia da tentativa de deposição, o governador Thaumaturgo de Azevedo decretou algumas medidas que, dentre outras coisas, determinou o estado de sítio no Amazonas. Seu boletim oficial com essa determinação foi lançado no dia 15 de janeiro de 1892 e publicado no mesmo dia pelo jornal *Estado do Amazonas*. Estas foram as palavras proferidas pelos representantes do Palácio do Governo estadual:

Considerando que hoje pelas cinco horas da tarde um grupo de conspiradores reunindo-se na praça do general Osorio e depois de desenvolverem uma inconveniente e perigosa discussão tendente a destruir o governo legalmente constituido, aclamaram uma junta governativa, a qual levou o espirito de revolta até ao ponto de mandar intimar esta presidencia a deixar o governo do Estado por uma commissão composta dos cidadãos Francisco Ferreira de Lima Bacury, Almino Alvares Affonso e Leonardo Antonio Malcher;

Considerando que essa junta não é mais do que uma revolta franca contra todos os principios da constituição; cujas paginas foram rasgadas, porque importa a annullação de uma entidade legitimamente eleita;

Considerando que a gravidade da situação e a ordem e a tranquillidade publicas exigem da parte do poder responsavel, o unico que recebeu a investidura constitucional, toda energia e atividade na repressão de tão grande crime, evitando a propagação do mal e castigando os revoltosos; e attendendo os protestos que immediatamente fizeram contra os mesmos conspiradores as classes operaria, comercial, artistica, a grande maioria do povo, emfim;

Decreta:

Art. 1.º – Ficam suspensas por trinta dias, nos termos do art. 105 da Constituição do Estado, todas as garantias civis e politicas, e declara esta cidade em estado de sitio pelo mesmo tempo.

Art. 2.º – São revogadas as disposições em contrario.

Determino, pois, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução deste decreto pertencer que o cumpram e façam cumpril-o fielmente.¹¹⁵

Tal postura era um claro sinal de que Gregório Thaumaturgo de Azevedo não entregaria o cargo facilmente; ao contrário, agiu de forma rígida decretando estado de

¹¹⁴ Jornal *Diario de Manáos*, Ano II, n.º 156, de 14/1/1892, p. 1.

¹¹⁵ Jornal *Estado do Amazonas*, Ano I, n.º 5, de 15/1/1892, p. 1.

sítio no Amazonas. Suas investidas não se limitaram apenas ao estado de sítio, Azevedo avançou pesado contra seus opositores do Partido Democrático, inclusive deportando muitos de seus membros para o interior do Estado. De acordo com sua determinação:

Considerando que a sociedade amazonense exige um castigo severo contra os conspiradores que tentaram subverter a ordem e a legalidade, aliciando os incautos para o desenlace de 14 do corrente, sendo conveniente a bem da ordem afastar desde já d'esta capital alguns dos mesmos conspiradores;

Decreta:

Art. 1.º – São desterrados para S. Paulo d'Oliveira o Barão do Juruá, o dr. João Franklin de Alencar Araripe e dr. Arminio Adolpho Pontes e Souza; para Tabatinga o tenente-coronel Emilio José Moreira, dr. Luiz Duarte da Silva, dr. José Tavares da Cunha Mello e dr. Antonio Henrique de Almeida Junior.¹¹⁶

Dentre os deportados estavam os irmãos Moreira, fortes opositores do governo de Thaumaturgo de Azevedo, e que representavam uma das lideranças do Partido Democrático no Amazonas. Mesmo com todas as ações deferidas pelo governador como forma de assegurar sua condição constitucional de governador do Estado, sua deposição acabou ocorrendo no mês de fevereiro daquele ano, consequência do crescimento e do fortalecimento das pressões vindas dos grupos opositores que, conduzidos pela determinação do presidente Floriano Peixoto de depor todos os governadores que apoiaram a investida do golpe de Estado decretado pelo ex-presidente Deodoro da Fonseca, passaram a pressionar cada vez mais Thaumaturgo a abandonar o cargo:

A vista do officio que acabo de receber, assignado por 11 officiaes de mar e terra, no qual sou intimado a entregar a administração do Estado ao capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado: e sabendo que esses officiaes estão resolvidos a empregar a força armada para obrigar-me a entregar o governo de que aliás me acho legalmente empossado, resolvo ceder á imposição que me é feita, afim de não concorrer para que seja derramado o sangue do povo amazonense; ficando, entretanto, salvo o direito que me assiste de protestar, como desde já solennemente protesto á face do paiz contra este novo attentado commettido em nome da Republica Federativa. Aos srs. officiaes signatarios da intimação de 26 de fevereiro. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.¹¹⁷

Com a chegada de Floriano Peixoto à Presidência da República, houve uma reformulação nos governos estaduais, pois aqueles que haviam declarado apoio à

¹¹⁶ *Jornal Estado do Amazonas*, Ano I, n.º 9, de 22/1/1892, p. 1.

¹¹⁷ *Jornal Estado do Amazonas*, Ano I, n.º 24, de 28/2/1892, p. 1.

decretação do estado de sítio pelo marechal Deodoro foram depostos de seus cargos, mesmo sendo governos constitucionais.¹¹⁸ No Amazonas, assumiu o governo em caráter provisório o comandante da flotilha José Inácio Borges Machado que estava em Manaus por ordem de Floriano para reforçar a pressão contra Thaumaturgo de Azevedo, que se recusava a deixar o governo. Borges Machado recebeu ordens para ficar à frente dos negócios do Estado até a chegada de Eduardo Ribeiro que foi indicado pelo novo presidente para assumir o governo.¹¹⁹

¹¹⁸ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto. 2.^a Sessão Ordinária da 1.^a Legislatura em 12 de maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 7.

¹¹⁹ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**, p. 255-256.

CAPÍTULO III: Nem tudo era belo na Manaus da *Belle Époque*: O governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro

3.1. A volta de Ribeiro e as relações com o governo central

Neste terceiro e último capítulo do trabalho, abordamos os aspectos que determinaram o retorno de Eduardo Ribeiro ao governo do Amazonas e, posteriormente, seus quatro anos à frente do poder local; vale ressaltar que essa segunda passagem de Ribeiro pelo Amazonas findou por caracterizar dois aspectos na conjuntura política e também econômica da História amazonense.

O primeiro aspecto corresponde à ação política de um governante estender seu mandato por quatro anos. Tendo em vista que os governos anteriores, inclusive do próprio Ribeiro, terem sido de curta duração no momento em que as bases republicanas se organizassem e consolidassem não apenas por meio do governo central, como também dos governos estaduais.

O segundo aspecto se volta para o processo de crescimento da economia, que certamente significou um grande amparo para os projetos do governador Ribeiro, o qual durante seu quadriênio administrativo iniciou algumas obras e concluiu outras iniciadas por seus antecessores. Desde o período provincial esses políticos haviam executado algumas obras na cidade de Manaus. Sobre essa questão, Mário Ypiranga Monteiro afirmou que:

Tornou-se lugar-comum admitir-se tudo quanto Manaus possui de bonito e de moderno ao governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Esse processo de julgamento distorce a imagem de administrações provinciais e obscurece igualmente a paisagem progressista de Manaus no tempo da monarquia.¹²⁰

Ainda assim, não podemos perder de vista que a ideia de embelezamento urbano, pela qual passou a cidade de Manaus durante esse período, limitou-se em

¹²⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e Modernidade**: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1990, p. 90.

grande medida ao centro da cidade. Sendo que essas ações foram em muito facilitadas pelo fato de Ribeiro contar com o apoio da maioria dos representantes no Congresso amazonense, e fez com que a grande parte das solicitações para liberação de verbas feitas pelo governo fosse aprovada. O que não era tão simples para o seu antecessor Gregório Thaumaturgo de Azevedo, que sofreu dura oposição, principalmente no que correspondeu à aprovação para liberação de recursos para a execução dos projetos de seu governo. Tal animosidade apresentada pelos membros do Partido Democrático que estavam no Congresso a Thaumaturgo de Azevedo ainda era reflexo das atitudes adotadas pelo militar quando chegou ao Amazonas, desmontando o aparelho administrativo que havia sido instituído por Guilherme Moreira que estava à frente dos negócios do Estado antes da chegada de Thaumaturgo em Manaus.

Refletindo por esses aspectos, podemos perceber que em comparação com os governos que lhe antecederam, sobretudo o de Thaumaturgo de Azevedo, o governo de Eduardo Ribeiro teve o caminho de sua administração facilitado, por assim dizer, tanto que acabou ficando cristalizado por parte da historiografia local como sendo o grande administrador responsável pela materialização da chamada “Manaus da Belle Époque”. Essa mesma historiografia sequer mencionou a questão das manobras políticas estabelecidas junto ao Congresso que contribuíram significativamente para a execução da maioria dos projetos do governo.

Agnello Bittencourt,¹²¹ por exemplo, ao escrever a biografia de Ribeiro, salientou brevemente que dois fatores foram essenciais para o governador transformar Manaus em uma cidade moderna: a vasta receita econômica do Estado naquele momento e o espírito realizador e modernizador de Ribeiro. Bittencourt apenas citou que durante sua passagem pelo Amazonas, Eduardo Ribeiro enfrentou alguns episódios dolorosos de ordem política; contudo, o autor não explicitou e nem discutiu mais detalhadamente quais seriam esses episódios enfrentados pelo seu biografado.

Seguindo os passos de Bittencourt, o escritor Gaitano Antonaccio¹²² se limitou a narrar às ações desenvolvidas pelo governador na cidade, destacando-o como o grande responsável pelo desenvolvimento urbanístico de Manaus. Antonaccio sequer

¹²¹ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**, p. 196.

mencionou a participação de Ribeiro em negociatas e acordos políticos, pondo-o apenas na condição de vítima dos ataques dos membros do Partido Nacional. Por sua vez, o historiador Mário Ypiranga Monteiro em obra específica sobre o governante,¹²³ apesar de reconhecer que Eduardo Ribeiro não foi o único responsável pelos tidos melhoramentos na cidade, reforça a imagem de Ribeiro como grande governador da época que findou por ser vítima de conspirações patrocinadas pelos seus opositoristas.

Do mesmo modo, o reconhecido historiador Arthur Reis¹²⁴ contribuiu com esse discurso, sobretudo, por ter deixado de lado qualquer discussão voltada para a atuação do governador no que tange a problemas que fizeram parte daquele meio político e até mesmo social. Preferindo seguir para uma mesma direção, por assim dizer, a de perpetuar Eduardo Ribeiro como desencadeador do processo de modernização da cidade. O que também fez o escritor Antonio Loureiro em sua obra de síntese histórica.¹²⁵

Verificamos que essa visão sobre o político maranhense reforçou a “imagem” que foi criada de Ribeiro como o “benfeitor” da cidade, o administrador que modernizou Manaus, colocando-a em um novo tempo, como se tornou lugar-comum referenciar o governador que tirou Manaus da condição de aldeia transformando-a em uma cidade moderna. Dessa maneira, esses autores deixaram silenciadas as questões envolvendo suas maquinações políticas e seu autoritarismo na qualidade de governante, descortinado principalmente em momentos de disputas eleitorais.

Esses estudos biográficos se empenharam em passar para a História apenas a imagem do grande administrador público, do grande responsável pela modernização de Manaus, sem ao menos mencionarem que Eduardo Ribeiro foi, antes de tudo, um representante político que aproveitou o momento favorável, tanto econômica quanto politicamente, para se estabelecer como governador do Amazonas. Ele certamente construiu um quadrado urbano; contudo, esses melhoramentos foram destinados a uma

¹²² ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**, p. 83.

¹²³ MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e Modernidade: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**, 1990.

¹²⁴ REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**.

parcela muito específica da população, aos homens de posses que representaram a elite da cidade.

Em sua segunda passagem pelo governo, Eduardo Ribeiro, além de contar com a economia em um momento favorável, oriunda da intensificação dos trabalhos nos seringais, que foram caracterizados por meio da dura exploração pela qual o seringueiro foi submetido na Amazônia,¹²⁶ o que certamente colaborou significativamente para o crescimento da produção de borracha e, conseqüentemente, o aquecimento da economia regional. Juntando o momento econômico propício e a liberação dos recursos para execução de projetos, o governo de Eduardo Ribeiro acabou se destacando em um momento que ficou marcado por sucessivas trocas de governadores e administrações efêmeras.

O governo de Ribeiro foi um grande usufrutuário do sistema econômico que estava em franca expansão, atingindo altos índices financeiros que surgiram como fruto da crescente exportação da goma elástica no mercado internacional; tratou-se de uma conjuntura em que se poderia chegar à definição de que o “estado das finanças é prospero”.¹²⁷ Por mais que o próprio governador tenha externado em mensagem ao Congresso que estava economizando dinheiro público, suas medidas demonstraram outra realidade, na qual “Manaus teve de importar quase tudo que consumia”.¹²⁸ Ou seja, ao contrário do propagado pelo governo, o Estado acabou gastando muito dos seus recursos, sem investir na agricultura e no cultivo do látex.

Sendo que na mesma mensagem de governo na qual Ribeiro afirma estar economizando os recursos públicos, o governador insiste na questão de continuar investindo nos melhoramentos urbanísticos na cidade de Manaus. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que propagou certa poupança dos recursos públicos, indicava que seria preciso se disponibilizar mais recursos para o seu projeto. Como forma de

¹²⁵ LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

¹²⁶ REIS, Arthur César Ferreira. **O Seringal e o Seringueiro**.

¹²⁷ MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892, p. 13.

¹²⁸ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. 2.^a ed. Manaus: Editora Valer, 2007, p. 39.

justificar sua proposta de seguimento das obras, Ribeiro utilizou-se do seguinte argumento:

Tenho estudos feitos, e mais adiante vos pedirei meios de levar avante os melhoramentos de que precisa a bella Manáos, principalmente depois que arruinarão as praças e ruas com um enexequível e irracional plano de nivelamento.¹²⁹

Podemos tomar como indicativo que o retorno de Ribeiro ao governo do Amazonas teve origem no processo que culminou com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca, pois esse evento acabou refletindo diretamente na composição dos quadros dos governos regionais, tendo em vista que aqueles governadores que declararam apoio às ações ditatoriais do velho marechal como o fechamento do Congresso e, em seguida, a decretação do estado de sítio no Brasil, acabaram sendo depostos dos cargos por meio de determinação expedida pelo substituto de Deodoro, o então presidente marechal Floriano Vieira Peixoto.

Além dessas ações, Floriano Peixoto, que assumiu o governo em 23 de novembro de 1891, buscou fazer com que o funcionamento do Congresso retomasse suas atividades regulares, na tentativa de acalmar os ânimos exaltados por conta dos últimos eventos. A crise institucional iniciada pelo governo desastroso de Deodoro, no entanto, se prolongaria por mais alguns anos.¹³⁰

Nesse percurso, temos percebido, ao longo de nossa pesquisa, que efetivamente a chegada de Floriano ao governo não conseguiu estabelecer a tranquilidade, pois da mesma forma que o governo anterior enfrentou problemas nos Estados, o regime que estava sendo inaugurado acabou não sendo diferente, enfrentando seguidas manifestações contrárias que resultaram em alguns conflitos, como o que ficou conhecido como a 'Revolta da Armada', em 1893.

Discutindo tal processo de transição do governo central, notamos que a relação de força estabelecida no Rio de Janeiro acabou dando mostras de que o poder de Deodoro diante do comando do governo federal não era inabalável, mesmo diante de

¹²⁹ MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892, p. 11-12.

¹³⁰ FLORES, Elio Chaves. **A consolidação da República**: rebeliões de ordem e progresso, p. 58.

todas as suas atitudes ditatoriais, tendo em vista que, durante o momento em que se encontrou totalmente pressionado pelas forças opositoras, o primeiro presidente da História do Brasil republicano findou por renunciar seu mandato de chefe do Estado Nacional.¹³¹

Esse dado nos mostrou que todo o autoritarismo presente na figura do marechal Deodoro da Fonseca não foi suficiente para garantir sua permanência à frente da administração do governo federal, pois as pressões aumentaram significativamente por parte de civis e militares que passaram a conspirar de forma mais atuante para a deposição do presidente, acusando-o de ser um ditador e de manter laços estreitos com representantes políticos que faziam parte do círculo monarquista durante a administração de D. Pedro II.

Como podemos notar pela exposição de John Schulz, o marechal Deodoro se encontrava completamente pressionado, isolado e em estado de enfermidade, o que acabou contribuindo para a sua abdicação do governo:

No dia 23 de novembro, os canhões de vários navios de guerra voltaram-se contra a capital da República. Deodoro, gravemente enfermo, não contava sequer com as unidades do exército estacionadas nesta cidade. Agindo com moderação (para evitar uma guerra civil), o generalíssimo passou o poder ao vice-presidente. A imprensa do Rio, que fora submetida à censura durante os 20 dias de ditadura, saudou a bem-sucedida revolta com palavras inflamadas.¹³²

Refletindo sobre tais ações ocorridas no Rio de Janeiro, que culminou com a substituição de Deodoro por Floriano, buscou-se compreender de que maneira essas manifestações repercutiriam nos Estados da federação, pois, como dissemos em passagem anterior, a ordem estabelecida pelo novo presidente determinava que os governadores que haviam apoiado as ações do marechal Deodoro deveriam ser depostos dos cargos. Em mensagem de governo expedida durante a abertura da segunda sessão do Congresso Nacional, Peixoto salientou que sua medida de deposição dos governadores foi uma ação urgente e necessária, pois nas palavras do

¹³¹ MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**, p. 45.

¹³² SCHULZ, John. **O Exército na política**: Origens da intervenção militar 1850-1894, p. 171.

novo presidente essa seria a forma que traria a paz de volta aos Estados e, conseqüentemente, a consolidação da República no Brasil:

As medidas, porém, que o Governo resolveu tomar vieram restituir a paz nos espíritos, dar segurança e tranquilidade a todas as classes conservadoras, garantir, enfim, a ordem a toda a sociedade. Posso, pois, afirmar-vos que, dos poderes que me conferistes em momento de angustia, só usei para o bem da patria e consolidação da Republica.¹³³

Como mostramos no segundo capítulo desta dissertação, no Amazonas, mesmo com a determinação expedida por Floriano Peixoto que decretava a deposição do governador, o que se viu foi uma postura de resistência por parte do governador Thaumaturgo de Azevedo que permaneceu firme à frente da administração do Estado. O mesmo governador, todavia, acabou não suportando as inúmeras investidas dos seus opositores e terminou por deixar o governo local. As informações enviadas para o Amazonas determinavam que a responsabilidade pelo governo passasse para as mãos do militar José Inácio Borges Machado, que assumiria o poder em caráter provisório enquanto Eduardo Ribeiro não chegasse ao Estado.

Mesmo administrando o Amazonas em caráter provisório, tanto que sua passagem pelo cargo durou menos de 20 dias, Borges Machado estabeleceu algumas ações em curto espaço de tempo. Uma dessas medidas foi a de demitir antigos funcionários públicos e nomear 257 novos de seu agrado.¹³⁴ Ainda em sua curta passagem, Borges Machado determinou a instalação de uma comissão que teve como objetivo fazer um balanço dos gastos da administração de Thaumaturgo de Azevedo. Ao término dessa investigação, Eduardo Ribeiro juntamente com seu grupo político passou a acusar a administração de Thaumaturgo de ter saqueado os cofres públicos.¹³⁵ Em sua mensagem ao Congresso, Ribeiro desferiu fortes acusações contra Thaumaturgo de Azevedo:

¹³³ MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, por ocasião de abrir-se a 2.^a Sessão Ordinária da 1.^a Legislatura em 12 de maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 9.

¹³⁴ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**, p. 93.

¹³⁵ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897, p. 19.

O meu antecessor Capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado, muito accertadamente, nomeou uma commissão para dar balanço no thesouro e examinar as despesas feitas na passada administração nos dois ultimos mezes. Esta commissão apresentou-me minucioso relatorio que mandei publicar e pelo qual se vê o modo como forão malbaratados os dinheiros publicos, e os gastos extraordinarios e inconstitucionaes que foram ordenados ao thesouro do Estado.

Lamento os erros e os desmandos do ex-administrador e lastimo ainda mais que ele tivesse encontrado empregados que se prestassem a cumprir ordens manifestamente illegaes, apesar do que recommendava a constituição então em vigor.¹³⁶

Essa primeira mensagem oficial, emitida por Eduardo Ribeiro após retornar ao governo do Amazonas, traz consigo a característica ambígua do governador ao se reportar ao aspecto econômico do Estado; pois na mesma proporção em que Ribeiro salientava que o estado das finanças era próspero e indicava a solicitação de mais verbas para o seu projeto de desenvolvimento urbanístico, acusava o ex-governador de deixar como herança de seu governo um Estado falido economicamente.

O retorno de Ribeiro ao Estado teve como fator determinante a sua relação com o novo presidente Floriano, pois Eduardo Ribeiro era homem de confiança de Floriano Peixoto. E nesse momento, para o marechal, a figura de Ribeiro seria a mais indicada para o governo do Amazonas que ainda se encontrava em clima tenso, por conta dos conflitos políticos ocasionados pela resistência imposta por Thaumaturgo de Azevedo ao ser comunicado que deveria deixar o governo. Certamente, esse episódio aumentou as animosidades no Estado entre os políticos que eram favoráveis à deposição de Azevedo e os que eram contrários; nesse sentido, a escolha de Floriano pelo nome de Ribeiro tinha também a atribuição de estabelecer a ordem no Amazonas, pois ele já havia estado à frente da administração do governo e, portanto, conhecia a realidade da política local e seus representantes.

O efeito, contudo, acabou sendo contrário, pois a chegada de Eduardo Ribeiro estimulou ainda mais as intrigas e os desafetos no Amazonas entre os representantes políticos dos Partidos Nacional e Democrático, que intensificaram os ataques mútuos.

¹³⁶ MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892, p. 11.

Nesse sentido, o espaço da política amazonense se transformou num palco de acusações e agressões que chegaram ao extremo por meio de combates sangrentos.

Ao assumir o governo do Estado, Eduardo Ribeiro, em uma de suas primeiras ações, dissolveu o Congresso acusando parte de seus representantes de compartilharem com as investidas ditatoriais desferidas pelo marechal Deodoro da Fonseca. Partindo diretamente para o ataque, Ribeiro acrescentou ainda que:

Armado de poderes amplos para dar ao Estado uma organização moldada nos princípios do novo regimen, como medida inicial, dissolvi o Congresso Nacional, convocando imediatamente um Congresso com poderes especiaes para reformar a Constituição que vigorava e que continha artigos antinomicos a Constituição de 24 de fevereiro.¹³⁷

Tal atitude, no entanto, foi motivada por interesses que estavam além dessa justificativa oficial. A nosso ver, uma das principais motivações para essa determinação consistiu na questão de que, com a convocação de um novo Congresso, o governo que estava se estabelecendo preparou o território para que a condução dos negócios transcorresse de acordo com os interesses desse grupo político. Supomos com isso que Eduardo Ribeiro estava preparando o cenário para se manter por um longo período no governo estadual e isso passaria pela sua legitimação como governador de direito.

Nesse sentido, podemos notar que essa era uma das principais preocupações por parte da administração de Ribeiro no início de seu governo, tendo em vista que, ao assumir o cargo, estaria representando um governo de caráter provisório, ou seja, não podemos esquecer de que o governo que tinha efetivamente legitimidade constitucional era o de seu antecessor, Gregório Thaumaturgo de Azevedo. Podemos compreender, todavia, alguns motivos e mesmo interesses que conduziram o governo de Ribeiro a adotar de imediato algumas mudanças que possibilitassem a extensão de seu mandato, além da própria legitimação de seu governo.

A renovação do Congresso veio acompanhada do processo de revisão da Constituição do Estado que acabou sendo extremamente benéfica para Eduardo

¹³⁷ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro** a 10 de junho de 1892. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897, p. 26-27.

Ribeiro, pois ao final dos trabalhos ficou determinado, dentre algumas medidas, uma garantia a extensão do período de seu governo em quatro anos. Nesse íterim, em que se estabeleceu a discussão no Congresso do Amazonas sobre a duração do novo governo, Ribeiro contou com o apoio da maioria da bancada do renovado Congresso, somando ao que vinha do Congresso federal, sobretudo por meio dos deputados Fileto Pires, Gabriel Salgado dos Santos e Francisco Ferreira de Lima Bacury, que insistentemente defendiam a legitimidade e extensão do tempo de governo, o que beneficiava diretamente o governador Eduardo Ribeiro.¹³⁸

Em suma, por meio da dissolução do Congresso se preparava, em certo sentido, o cenário, se não ideal, ao menos bem favorável para que Eduardo Ribeiro pudesse iniciar seus trabalhos no Amazonas; dessa maneira, ter a legitimação de suas ações por meio de uma Constituição remodelada foi fundamental para o governo que se inaugurava.

Acreditamos que a ideia seria constituir uma bancada no Congresso que fosse ligada, de certa forma, à política instituída pela nova administração. Ou seja, o Congresso amazonense, por meio das suas atribuições, deveria facilitar as solicitações e aprovações de projetos que eram encaminhadas por Ribeiro para apreciação dos membros do Legislativo. Era um governo que contava, portanto, com o apoio do Congresso que nesse momento estava tomado pelos membros do Partido Democrático.

Por meio de sua primeira mensagem oficial destinada ao Congresso Constituinte em 1.º de junho de 1892, justamente no dia da instalação do referido Congresso que havia sido convocado pelo recém-chegado governador, dentre alguns temas Ribeiro reforçou o “pedido” de revisão da Constituição estadual, como dissemos anteriormente, tal preocupação se voltava, sobretudo, para a questão da legitimação e extensão do tempo de seu governo. Ainda na referida mensagem, o gestor salientou que a atitude que culminou com substituição do Congresso foi necessária e emergencial, pois se tratava de uma postura contrária à democracia que se esperava por meio do regime republicano:

¹³⁸ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Constituinte do Anno de 1892.

Como medida preliminar e necessaria dissolvi o Congresso Legislativo, e convoquei este, cujos trabalhos são instalados hoje. No decreto n. 1, justifiquei os motivos que me levarão a assim proceder, e estou certo concordareis com elles.

Felizmente vi que a maioria dos ex congressistas apoiou o meu acto, e que o povo os secundou, concorrendo de modo brilhante a eleição que mandei proceder, annullando assim a abstenção significativa dos inimigos da legalidade.¹³⁹

As ações desferidas por Ribeiro surtiram efeito, tanto que no dia 23 de julho a nova Constituição do Amazonas foi promulgada trazendo consigo a oficialização do nome de Eduardo Ribeiro e do coronel Guilherme Moreira para o cargo de governador e vice-governador, respectivamente, com a duração de quatro anos. Essa cerimônia realizada no Congresso consolidava de vez Eduardo Ribeiro como governador constitucional do Estado do Amazonas, confirmando o resultado das eleições que haviam sido realizadas nos dias 21 e 22 do mês de abril. A partir do dia 23 de julho, portanto, começava oficialmente o governo constitucional de Eduardo Ribeiro no Amazonas.

De acordo com o jornal *Diario de Manáos*, a referida eleição na qual Ribeiro foi eleito para o governo do Estado apresentou uma característica peculiar, pois mesmo sendo candidato único, Eduardo Ribeiro conseguiu obter somente 279 votos dos 1.339 eleitores qualificados. O referido jornal apresentou dessa forma o resultado daquele processo eleitoral:

O sr. dr. Eduardo Ribeiro, candidato único a essa eleição de hontem, que s.s. mesmo decretou para si fez com um Regulamento expressamente promulgado para Ella;

O sr. Eduardo Ribeiro dos 1.339 eleitores qualificados nas 10 secções desta capital apenas conseguiu reunir 279 votos!

Razões de ordem publica, conveniências politicas, interesses particulares, promessas e ameaças, tudo se poz em jogo, tudo se fez, tudo se invocou, em nome do partido em nome do governo.

Durou a trabalhosa faina toda a noite de 21, e ao amanhecer de 22 ainda no mercado publico os possuidores de titulos eleitoraes eram agarrados, abraçados, segredados ás portas do edificio, ao balcão dos magarefes, ás mezas dos hortaliceiros, e que quartos dos vendelhões de fructas e legumes.

Manáos: Typ do Amazonas, 1892.

¹³⁹ MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manáos: Typ. do Amazonas, 1892, p. 7.

E, sem embargo dos pedidos, dos rogos, dos abraços, das promessas e das ameaças, o resultado da eleição presidencial foi esse: 279 votos por um eleitorado de 1.339 cidadãos.¹⁴⁰

Ainda sobre o resultado da eleição de abril de 1892, Orange Feitosa acrescenta que esse cenário era reflexo de uma reunião do diretório do Partido Nacional, que decidiu não participar das eleições realizadas por Eduardo Ribeiro.¹⁴¹ E utilizou o jornal *Diario de Manáos* para publicar uma circular na qual recomendava aos correligionários de todo o Amazonas a se absterem de votar nas eleições que seriam processadas em 21 e 22 de abril. Conforme publicado no dia 30 de março de 1892 no jornal *Diario de Manáos*:

O Directorio do Partido Nacional de accordo com a resolução unanimemente adoptada na numerosa reunião do mesmo partido de 20 do corrente mez, recommenda a todos os seus correligionários desta capital e interior do Estado a mais absoluta abstenção nas eleições que o sr. dr. Eduardo Ribeiro, em cumprimento ás ordens do governo de que é delegado, vai proceder em 21 e 22 de abril proximo vindouro para um novo congresso legislativo e para outro presidente do Estado.¹⁴²

Essa realidade apresentada durante o processo eleitoral demonstrava que a atitude de Floriano Peixoto em nomear um candidato passando por cima da soberania constitucional, que se havia estabelecido com a eleição de Thaumaturgo de Azevedo, não seria facilmente aceita pelo eleitorado do Amazonas. Tal questionamento foi impulsionado pelos representantes do Partido Nacional que defendiam a legitimidade do governo de Azevedo.

Por sua vez, o Congresso amazonense publicou, em sua seção do dia 30 de maio de 1892, um resultado contrário ao apresentado pelo *Diario de Manáos*, no qual confirmava a soberania eleitoral do candidato Ribeiro. De acordo com essa seção:

O sr presidente declara, que em virtude do art. 6.º do decreto numero cinco de dezoito de março d'este anno vai se proceder a apuração da eleição para presidente e vice-presidente d'este Estado a que se procedeo no dia vinte e

¹⁴⁰ Jornal *Diario de Manáos*, Ano II, n.º 237, de 23/4/1892, p. 1.

¹⁴¹ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei**: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893), p. 95.

¹⁴² Jornal *Diario de Manáos*, Ano II, n.º 212, de 30/3/1892, p. 1.

dois de abril d'este anno e que não havendo no regimento da casa nem no decreto citado disposição alguma a respeito do modo porque se tem de proceder a apuração adopta e alvitre de mandar ler pelo sr. 1.º secretario as authenticas na parte relativa ao numero de votos e os srs deputados irem verificando-os e tomando nota da votação.

Procedendo-se a apuração de conformidade com esta resolução tomada pelo sr. Presidente deo o seguinte resultado.

Para presidente dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro quatro mil sescenta e sete votos, dr. Manoel Uchoa Rodrigues, um voto; para vice-presidente coronel Guilherme José Moreira, (Barão de Juruá) quatro mil e trinta e oito votos, tenente-coronel Francisco Ferreira de Lima Bacury um voto, dr. Paulino d'Almeida Brito um voto e dr. Agésiláo Pereira da Silva um voto, tenente-coronel Innocencio Eustaquio Ferreira de Araújo um voto, coronel Joaquim Theodoro Bentes um voto.¹⁴³

O resultado apresentado oficialmente pela Assembleia Legislativa mostra uma diferença absurda de votos de Eduardo Ribeiro e Guilherme Moreira para seus adversários, além de demonstrar uma quantidade superior de eleitores em comparação aos números apresentados pelo jornal *Diario de Manáos*. Essa exposição da Assembleia reforça a ideia de que o resultado não representou o real quadro das eleições processadas em abril. Certamente se tratou de um jogo político desempenhado pelos partidários de Eduardo Ribeiro e Guilherme Moreira na Assembleia, ou seja, pelos membros do Partido Democrático.

A partir daquela conduta dos representantes da Assembleia ao divulgarem um resultado totalmente diferente do que foi publicado pelo *Diario de Manáos*, podemos concluir que a determinação de reformular a Assembleia, estabelecida por Ribeiro ao voltar ao Amazonas, teve efeito positivo para aquele político, pois apesar das inúmeras manifestações dos opositoristas do Partido Nacional, Ribeiro havia sido considerado eleito e reconhecido constitucionalmente.

Mediante o desenrolar do processo, estava formada a base que governaria o Estado nos próximos quatro anos; como podemos observar, essa referida composição do governo, mais uma vez, procurou não fugir à regra de composições anteriores, na qual se buscou estabelecer uma articulação entre um representante indicado pelo poder central e esse iria compor os quadros do governo com um representante da

¹⁴³ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Constituinte do Anno de 1892. Manáos: Typ do Amazonas, 1892, p. 4-5.

política regional, sobretudo que expressasse alguma influência no meio político e social de Manaus, nesse caso Guilherme Moreira.

Durante o período que marcou a saída de Augusto Ximeno, primeiro governador do Estado do Amazonas, Ribeiro e Guilherme Moreira protagonizaram certo conflito por conta do cargo de governador. Na oportunidade, o então governador Ximeno de Villeroy deveria ter passado o cargo para o seu vice, Guilherme Moreira, fato que acabou não ocorrendo, tendo em vista que Ximeno indicou Eduardo Ribeiro para ocupar o governo, criando, com isso, um grande embaraço entre os representantes da política local, que esperavam que Moreira fosse empossado, o que certamente garantiria a defesa dos privilégios desses políticos, pois Moreira fazia parte do círculo político local há mais tempo.

Menos de dois anos depois do referido episódio, os dois políticos estavam lado a lado na composição de um novo governo, dando mostras de que as articulações políticas que visavam os interesses dos partidos vinham sempre em primeiro lugar; nesse momento os embates se tornaram frequentes no Amazonas, assim como os acordos políticos que eram mantidos pelas relações de interesses mútuos. As forças das relações que eram estabelecidas por meio de negociações partiam, em grande medida, das ações dos próprios políticos amazonenses pelos seus partidos, que sempre buscaram uma articulação interna como forma de combater as imposições que partiam da capital do Brasil. Os partidos estabelecidos no cenário da política amazonense foram, em grande parte, os condutores das relações políticas que ditaram a medida das definições dos interesses políticos no Estado. Enfim, fazendo uso de uma definição apresentada por Serge Berstein, entendemos que, “aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política”.¹⁴⁴

Tal postura transitava na contramão do que pensava o governo central ao estabelecer a configuração do governo no Amazonas, pois esperava, por essa composição e articulação com os representantes da política local, manter o controle sobre todas as ações ocorridas no Estado, o que de fato não se deu.

¹⁴⁴ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**, p. 60.

Mesmo assumindo o controle do governo do Estado sob a indicação do Marechal de Ferro, como ficou conhecido Floriano Peixoto, e tendo a maioria ao seu lado no Congresso Constituinte, Ribeiro enfrentou dura oposição local, que em determinados momentos resultaram em conspirações, como a que ocorreu no dia 30 de dezembro de 1892, na qual os opositoristas do governador tentariam pôr em prática uma investida contra o seu governo com o objetivo de provocar sua deposição e, conseqüentemente, estabelecer uma tomada de poder. Por sua vez, os conflitos desencadeados nos dias 26 e 27 de fevereiro do ano seguinte acabaram tendo um desfecho mais violento.

3.2. Os embates político-partidários

Já em seu primeiro ano de governo, Eduardo Ribeiro enfrentou dura oposição por parte dos membros do Partido Nacional, que desde a saída de Thaumaturgo do governo já vinham atacando fortemente os representantes do Partido Democrático, assim como o fizeram com Borges Machado. Não podemos perder de vista, no entanto, que essa não era uma postura apenas do Partido Nacional, pois quando Thaumaturgo exercia a função de governador do Estado os membros do Partido Democrático também exerceram forte oposição.

Com a chegada de Eduardo Ribeiro ao Amazonas os ataques aumentaram e, conseqüentemente, a hostilidade entre os dois partidos políticos crescia cada vez mais. Os sucessivos ataques vinham em grande medida por meio do jornal *Diário de Manáos* que era órgão do Partido Nacional e que foi fortemente usado como instrumento político pelos representantes daquele partido.

A nosso ver, um dos aspectos que motivou tais querelas entre os partidos correspondia ao preenchimento dos cargos do Estado, pois com a ascensão de Eduardo Ribeiro ao governo do Amazonas os representantes do Partido Nacional ficaram cada vez mais distantes da composição administrativa do Estado. Como mencionamos em passagem anterior, o próprio Borges Machado demitiu inúmeros funcionários públicos que trabalhavam na administração estadual, em substituição aos funcionários que faziam parte dos quadros do poder público havia certo tempo, Borges Machado buscou privilegiar seus pares, totalizando 257 nomeações. Essa conduta deu

uma clara mostra de que o acesso por parte dos integrantes do Partido Nacional na máquina pública estava cada vez mais difícil e que tal postura continuaria durante o governo de Ribeiro, o que de fato ocorreu.

A estratégia do poder central de tentar por meio da indicação do nome de Ribeiro apaziguar os ânimos acirrados no Amazonas parece não ter tido o efeito desejado, visto que no seu primeiro ano de governo, Eduardo Ribeiro enfrentou a primeira tentativa de investida mais forte contra sua administração, sendo que essa não foi a única tentativa de deposição do governador, confirmando a ideia de que os conflitos nesse momento não diminuíram; ao contrário, acentuaram-se e tornaram-se mais violentos.

Durante a passagem do ano de 1892 para 1893, seria executado um plano de ação conduzido pelos opositores do governador. Esse grupo opositor era composto pelos representantes do Partido Nacional apoiado por militares dissidentes, como também por alguns representantes da Polícia Militar que estavam insatisfeitos com a administração do governo.¹⁴⁵ Refletindo sobre o plano que deveria ser executado na madrugada do dia 1.º de janeiro de 1893, podemos notar que a investida inicial seria contra o Quartel de Segurança Pública para posteriormente tomarem o Palácio do Governo determinando a deposição do governador Eduardo Ribeiro e, em seguida, aclamariam Carvalho Leal como o novo governador do Estado. Leal havia sido o único representante civil a fazer parte da junta governativa que assumiu o poder no Amazonas após a Proclamação da República, sendo que, pouco tempo depois, Carvalho Leal acabou abandonando a referida junta e acusando os militares que dela faziam parte de serem traidores do novo regime.

O movimento arquitetado pelos membros do Partido Nacional, contudo, acabou não dando certo, pelo fato de que foi desarticulado pelo comandante da Polícia, Raymundo de Amorim Figueira, antes mesmo de ser executado. Sobre tais acontecimentos, Orange Feitosa salientou que:

Em 30 de dezembro, estavam em meio aos preparativos para o golpe que deporiam o governo quando o comandante da Polícia Raymundo de Amorim Figueira entrou em ação e prendeu todos os envolvidos a partir da delação do

¹⁴⁵ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**, p. 98.

referido sargento Toscano, o qual havia sido convidado pelo sargento João Fernandes Pacote que fora incumbido de aliciar os recrutas da Brigada para aquele intento.

De acordo com o depoimento dos sargentos envolvidos, os planos a serem executados pelos revoltosos seriam os seguintes: na madrugada do dia primeiro de janeiro, cerca de 300 homens, entre recrutas e paisanos fornecidos por Carvalho Leal e Jonathas Pedrosa, assaltariam o Quartel de Segurança Pública prendendo o seu comandante. Em seguida, “marchariam” até o Palácio onde deporiam o governador Eduardo Ribeiro e aclamariam Carvalho Leal governador enquanto os sargentos Manoel Guedes Monteiro e João Fernandes Pacote permaneceriam no Batalhão distribuindo cartuchos para “prevenir” um eventual contra-ataque.¹⁴⁶

Como podemos observar pela exposição acima, havia toda uma articulação entre civis encabeçada por Jonathas Pedrosa que era um dos fundadores do Partido Nacional, Domingos Theophilo de Carvalho Leal, além de alguns militares, entre eles estava o sargento Manoel Guedes Monteiro, major Henrique Ferreira Penna de Azevedo e o capitão José Alencar Araripe.¹⁴⁷ Além das lideranças que faziam parte do movimento citado acima, a investida de golpe contava ainda com militares de baixa patente que estavam sendo recrutados pelo sargento João Fernandes Pacote.

Dessa forma, notamos que as ações estabelecidas pelos representantes do Partido Nacional não iriam se limitar apenas aos ataques desferidos por meio do seu órgão de comunicação. Eles partiram para o ataque da mesma maneira como fizeram os membros do Partido Democrático quando investiram em uma tentativa de deposição do ex-governador Thaumaturgo de Azevedo em 14 de fevereiro de 1892. Ou seja, o caráter das disputas políticas no Amazonas não ficou apenas no campo da discórdia ideológica e do embate partidário; ao contrário, os primeiros anos de regime republicano no Amazonas foram transformados em anos de intensos conflitos, reforçando a ideia de que a República figurou somente como cenário, no qual os representantes da política do Estado se tornaram protagonistas por intermédio de negociações e conflitos, todos visando o poder que o governo do Amazonas representava.

¹⁴⁶ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**, p. 101.

¹⁴⁷ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1894, p. 4.

Outro aspecto que deve ser observado, nessa tentativa de deposição do governador Eduardo Ribeiro, corresponde às forças oposicionistas, que mesmo não demonstrando uma sólida articulação durante a atuação na investida, deram mostras de que se tratava de uma ação construída no próprio Estado, ao contrário do episódio que determinou a saída de Thaumaturgo do governo do Amazonas. Com isso, não podemos perder de vista que as circunstâncias que envolveram a tentativa de deposição de Azevedo vinham, em grande medida, na esteira dos acontecimentos que se desenrolavam no Rio de Janeiro.

A saída de Deodoro da Fonseca do cargo de presidente da República serviu como um forte aspecto de justificativa para a deposição de todos os governadores que haviam apoiado o velho marechal quando ele havia decretado estado de sítio no Brasil, dentre estes, Thaumaturgo de Azevedo. Além das intrigas e investidas desenroladas em Manaus, esse político não podia contar com o apoio do poder central ao contrário de Eduardo Ribeiro, que mesmo enfrentando forte oposição no Amazonas por parte do Partido Nacional, não teve de lidar na mesma situação com pressões vindas do Rio de Janeiro; ao contrário, contava com todo apoio do marechal Floriano Peixoto.

Com a desarticulação do movimento que iria executar a deposição do governador Eduardo Ribeiro e, conseqüentemente, as prisões de alguns envolvidos, vieram às punições a esses opositores do governo. Podemos perceber, todavia, que essas punições foram destinadas somente àqueles que acabaram sendo presos pelo comandante da Polícia, Raymundo de Amorim Figueira, na ação que desarticulou a composição do movimento, ou seja, as principais lideranças por negarem a participação em qualquer tentativa de sedição, nesse episódio, acabaram não sendo punidas, ao contrário daqueles que foram julgados. Além desses, Ferreira Penna, Alencar Araripe e Carvalho Leal não foram presos, pois haviam deixado a cidade.¹⁴⁸ Supomos que essa ausência imediata estava diretamente ligada ao ocorrido durante a passagem de 1892 para 1893.

Por meio de seu órgão de comunicação, o redator do *Diário de Manáos*, Agesilão Pereira da Silva, desvinculou a associação do nome de algum membro do Partido

¹⁴⁸ Jornal *Diário de Manáos*, Ano III, n.º 72, de 2/1/1893, p. 1.

Nacional ao movimento conspiratório. O jornal, tendendo para o lado do Partido Nacional, publicou no dia 12 de janeiro de 1893 uma nota na qual considerava uma invenção ridícula a afirmação de que Jonathas de Freitas Pedrosa e o major Henrique Ferreira Penna de Azevedo tivessem sido os responsáveis pela ação ocorrida. Sobre os depoimentos dos inquiridos pela polícia, o *Diario de Manáos* afirmou que:

O primeiro que se nos dá para ler é o do sargento Pacote, no qual, se procura convencer ao publico que a tal conspiração existio e que eram seus principaes cabeças o illustre chefe da opposição, dr. Jonathas Pedrosa, e o digno sr. major Ferreira Penna, um dos Directores mais conspicuos do Partido Nacional. Sobre esta ridícula invenção da imaginação partidaria, a que o publico fez a justiça de não ligar a minima importancia, por ter desde logo comprehendido que unicamente visava fins eleitoraes, aliás muitos mesquinhos e muito inconfessaveis, nada accrescentaremos á nossa primeira appreciação.¹⁴⁹

Por sua vez, Lima Bacury que era membro do Partido Democrático e, consequentemente, aliado do governador Eduardo Ribeiro, relatou sua versão dos fatos ocorridos na passagem do ano de 1892, como também os de fevereiro de 1893. Muito embora tenha Lima Bacury vivenciado esses momentos de tentativa de deposição do governador Ribeiro, percebemos em sua fala uma forte tendência em mostrar os membros do Partido Nacional como sendo os únicos vilões desses acontecimentos, preservando assim uma forte visão governista sobre os fatos. Lima Bacury havia participado do movimento que tentou derrubar o governador Thaumaturgo de Azevedo, sendo que durante os conflitos Bacury acabou sendo ferido no momento em que o grupo tentava concretizar a expulsão de Thaumaturgo do Palácio do Governo.¹⁵⁰

A partir do momento em que os opositores de Eduardo Ribeiro foram detidos, de imediato vieram as punições que serviriam, em grande medida, como um aviso para aqueles que pretendessem articular outras tentativas de ataque contra o Batalhão Militar de Segurança, ou contra o poder público. Observamos que essa estratégia do governo tinha como finalidade determinar punições para os envolvidos que serviriam ao mesmo tempo como instrumento para se tentar intimidar os grupos opositoristas, pois o próprio teor da mensagem deixava claro que as punições desferidas contra os militares deveriam servir como exemplo:

¹⁴⁹ Jornal *Diario de Manáos*, Ano III, n.º 79, de 12/1/1893, p. 1.

Sirva o castigo que vão sofrer ex-sargentos e o cabo de proveitoso exemplo a todas as praças do Batalhão Militar de Segurança, e estas jamais devem se esquecer de que as leis militares que nos regem não deixam impunes crimes idênticos aos dos ex-sargentos e o ex-cabo em questão.¹⁵¹

Determinando uma medida que de certa forma causasse temor na oposição, sobretudo naqueles que negaram qualquer participação na trama golpista e, conseqüentemente, livraram-se de qualquer punição, os representantes do governo logo deram início ao processo de julgamento dos militares acusados de participarem diretamente do evento que seria concretizado na madrugada do dia 1.º de janeiro de 1893.

Na mesma velocidade em que se deu o estabelecimento do julgamento, ocorreram as punições. Tal urgência sinaliza tanto uma preocupação do governo em mostrar que a situação estava controlada e que as punições impostas representariam a retomada da paz no Estado, como também a conduta autoritária e ditatorial de um governo que, perante determinadas situações, agiu de forma firme para intimidar seus opositores e suas pretensas ameaças. Tanto que os militares foram condenados no dia 23 de janeiro de 1893, apenas alguns dias após a desarticulação do movimento.

Ainda no mesmo mês foi proferida a sentença final, no dia 31 de janeiro de 1893, após um mês do ocorrido os envolvidos na tentativa de deposição do governador Eduardo Ribeiro eram condenados no Conselho Criminal. Pelo seu relato, Lima Bacury expôs um resumo do processo que determinou a sentença para os réus e, em seguida, narrou o discurso de encerramento do conselho no qual era estabelecida e confirmada a sentença e a punição para os militares, como podemos observar em passagem abaixo:

Considerando que está plenamente provado o crime cometido pelos primeiros sargentos Manoel Guedes Monteiro e João Fernandes Pacote, segundo sargentos Candido Serpa e Eurico Coutinho Canavarro, e cabo de esquadra Francisco Guedes Monteiro, todos do Batalhão Militar de Segurança deste Estado, e que no conselho criminal a que responderam foram fielmente

¹⁵⁰ LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**, p. 226.

¹⁵¹ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 13.

observadas as prescrições legais, resolvo confirmar a sentença de folhas noventa e um verso, afim de que produza os efeitos legais.¹⁵²

Para o governo, a condenação dos acusados de cumplicidade contra a ordem pública representaria uma tentativa de estabelecer, enfim, a tranquilidade no Amazonas republicano, pois se fizermos um breve retorno ao momento em que a República foi instaurada no Amazonas, podemos concluir que essa tranquilidade nunca existiu no campo da política; ao contrário, o advento da República no Estado intensificou os conflitos políticos, no qual membros do Partido Democrático e do Partido Nacional disputaram intensamente os cargos do governo.

Apesar das punições aos militares que foram acusados de fazer parte do plano que tomaria o poder no Estado no começo do ano de 1893, os grupos de oposição ao governo não se intimidaram com a conduta adotada pelo governo, tanto que já em fevereiro se lançaram em uma nova tentativa de tomada de poder, sendo que, dessa segunda vez, a ação planejada foi efetivamente posta em prática, o que gerou ainda mais conflitos entre os grupos políticos que se antagonizavam na capital do Amazonas.

Ao contrário da primeira tentativa de tomada do poder, a segunda investida por parte dos membros do Partido Nacional foi mais articulada, resultando até mesmo no bombardeio ao Palácio do Governo no dia 27 de fevereiro. De acordo com a exposição de Lima Bacury, a nova tentativa de deposição foi liderada pelo padre Amâncio de Miranda, ex-presidente da Província, Hilario Francisco Alvares e pelo advogado e ex-presidente da Província Agésilão Pereira da Silva.¹⁵³

Durante o período inicial da República amazonense, Agésilão Pereira era redator do jornal *Diário de Manaus*, considerado o maior e mais atuante instrumento de oposição ao governo de Ribeiro, ou seja, Agésilão carregava consigo postura de forte opositor de Eduardo Ribeiro. Sendo que esse estranhamento com Ribeiro não havia nascido durante as disputas pelo poder político no Amazonas; na verdade, tal animosidade entre ambos apenas se intensificou nesse período, tendo em vista que os

¹⁵² BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 13-14.

¹⁵³ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 14.

problemas envolvendo o ex-presidente da Província e o atual governador do Estado já vinham de longa data.

A oposição entre os dois surgiu ainda no Maranhão, quando Agesiláo, exercendo suas atribuições no campo do direito, estava envolvido em um processo do qual Eduardo Ribeiro fazia parte. Além de Ribeiro, constavam no referido caso outros jornalistas e o exército que estava em uma disputa judicial contra o clero. Ao término do processo, Agesiláo deu ganho de causa ao clero, medida essa que desagradou os demais envolvidos na questão, inclusive Eduardo Ribeiro.¹⁵⁴

Os opositores sem perder tempo e sem nenhum temor invadiram e decretaram a tomada do 36.º Batalhão Militar e a deposição do oficial daquele comando, tenente-coronel Geographo de Castro Silva no dia 26 de fevereiro de 1893.¹⁵⁵ Nesse referido dia, os opositores pegaram efetivamente em armas e declararam guerra ao governo vigente; nesse sentido, percebemos que a composição opositora formada por civis e militares conseguiu, nessa segunda investida, pôr em ação o que vinham arquitetando desde o ano anterior.

Tal conduta nos mostra também que esse grupo político não estabelecia uma oposição de forma desorganizada nesse segundo momento; ao contrário, no mínimo deram mostras de que tomariam o poder no Amazonas por meio das armas, pois mesmo sofrendo uma derrota na tentativa de investida contra o governo durante a passagem do ano de 1892 para 1893, voltaram com mais força durante os eventos desenrolados em fevereiro de 1893, conseguindo alguns sucessos no início dos ataques contra o governo.

Ainda no dia 26 de fevereiro foi divulgada por meio de um boletim uma declaração que aclamava como novo governador o major Antonio Constantino Nery e declarava deposto o governador Eduardo Ribeiro que, nesse momento, não se encontrava na cidade e, ao retornar, Ribeiro foi intimado pelo major Constantino Nery a deixar o governo em um prazo de doze horas, caso contrário o Palácio do Governo seria bombardeado. O jornal *Diário de Manaus*, que ficou alguns dias fora de

¹⁵⁴ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)**, p. 114.

circulação, pois teve suas publicações interrompidas pelos conflitos dos dias 26 e 27 de fevereiro, divulgou esse boletim somente no dia 11 de março daquele ano. A exposição do referido boletim pelo *Diario de Manáos* dizia:

Sr. capitão Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Acclamado pelo povo amazonense Presidente d'este Estado, sendo vós deposto pelo mesmo povo do cargo de governador, comunico-vos, para vosso governo, que fica marcado o prazo de 12 horas, a contar do momento em que este for entregue, para retirar-vos, com toda força que ahi tendes concentrada, do Palacio do Governo; ficando vós, desde já responsabilizado pelo derramamento de sangue que por ventura possa haver no caso de resistência de vossa parte. – Saude e Fraternidade. – Antonio Constantino Nery.¹⁵⁶

Por sua vez, mediante ao estado de pressão, restou ao governador solicitar reforço policial como forma de tentar inibir a ação dos opositores, medida essa que parece não ter surtido o efeito esperado, pois mesmo com a solicitação de auxílio por parte do governador, os ataques tiveram início no dia 26 de fevereiro de 1893 como haviam prometido os opositores:

O governador solicitou auxílio dos comandantes dos avisos 'Teffé' e 'Tocantins', e distribuiu a força policial por vários pontos do centro da cidade à espera do prazo que lhe foi dado. Mas naquela noite de 26, o confronto teve início com o ataque dos guardas da Alfândega e da Tesouraria aos policiais postados nas ruas e, na alvorada do dia 27, tiros de canhão ecoaram pelos arredores da cidade ao recaírem sobre o Palácio do governo, permanecendo o tiroteio até ao cair da tarde desse dia.¹⁵⁷

Diante do quadro, o membro do Partido Democrático Lima Bacury salientou que o governador Eduardo Ribeiro solicitou a intervenção do general Bento José Fernandes Júnior que veio para Manaus com a tarefa de dirigir o Conselho Militar que investigaria o primeiro caso de tentativa de deposição de Ribeiro; contudo, sua solicitação foi ignorada pelo general. No relato deixado por Bacury, o general não apenas ignorou a solicitação feita pelo governador, como agiu ao lado dos opositores. Bacury

¹⁵⁵ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 12.

¹⁵⁶ Jornal *Diario de Manáos*, Ano III, n.º 119, de 11/3/1893, p. 1.

¹⁵⁷ FEITOSA, Orange Matos. **Sob o Império da Nova Lei**: O Amanhecer da República no Amazonas (1892-1893), p. 106.

acrescenta que tal postura se justifica pelo fato de Bento Fernandes ter se voltado para o lado do Partido Nacional.¹⁵⁸

Como podemos notar, Lima Bacury, por ser partidário de Ribeiro, atribuiu toda a responsabilidade dos conflitos ao general Bento Fernandes, como também aos membros do Partido Nacional. De acordo com documentos transcritos por Bacury, o general Bento Fernandes acusa Eduardo Ribeiro de ter tramado uma conspiração que o atacou por meio de uma carta publicada no *Jornal do Amazonas* e, posteriormente, acusou-o de fazer parte do grupo que queria executar sua deposição do governo do Amazonas. Isso teria acontecido pelo fato de Ribeiro ter ficado insatisfeito com o veredicto de Bento Fernandes no caso dos envolvidos na tentativa de deposição do governador,¹⁵⁹ no qual o administrador o acusou de ter tido uma postura excessivamente branda contra os acusados de conspiração contra o governo estadual.

Outro aspecto não menos importante, nessa conjuntura, corresponde ao fato de os representantes do Partido Nacional propagar pela cidade que foram prejudicados na apuração da eleição municipal realizada no dia 25 de janeiro de 1893, na qual acusavam o governador de beneficiar seus aliados políticos, ou seja, os membros do Partido Democrático. De acordo com a exposição publicada pelo jornal *Diario de Manáos* no dia 27 de janeiro de 1893:

Quasi ao paginar-se esta folha, chegou-nos ás mãos a folha official de hontem, na qual se lê a triste confirmação do inaudito escandalo da alteração da acta da secção eleitoral do mocó, anunciada desde ante-hontem a tarde, em favor dos candidatos do sr. dr. Eduardo Ribeiro, derrotados ali pelos da opposição por uma maioria de 26 votos.¹⁶⁰

O jornal acusou o favorecimento dos partidários do governador Eduardo Ribeiro na alteração da ata eleitoral da seção do Mocó. Sendo que as acusações não foram apenas com relação ao município de Manaus, o jornal ainda acusou as forças

¹⁵⁸ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 13.

¹⁵⁹ BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas**: movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893, p. 15.

¹⁶⁰ *Jornal Diario de Manáos*, Ano III, n.º 92, de 27/1/1893, p. 1.

governistas de agirem em diversos outros municípios, como o de Manaquiri, por exemplo. Segundo denúncia do *Diario de Manáos*:

A meza da secção do Manaquiry, presidida pelo sr. José Polycarpo de Souza, candidato Democrata á Intendencia, portou-se com a maior parcialidade negando o direito de fiscalisação de parte dos candidatos opposicionistas.

Foi assim, que os fiscaes dos candidatos do Partido Nacional, o sr. capitão José Teives d'Alencar e o professor Reis apresentando-se á respectiva meza com as suas nomeações e adopção dos candidatos assignadas por dez eleitores, forão repellidos e sob o pretexto de que havia trez fiscaes de candidatos Democratas representando suas adopções maior numero de eleitores presentes.

Antes de tudo convem aqui mencionar os trez candidatos da superintendencia: dr. Uchôa Rodrigues, José Ramalho e o sr. Grangeiro. Os dous ultimos não receberam o sufragio de seus adoptantes.

Agora tratemos de explicar o modo porque entendeu a meza reconhecer a maioria para os trez candidatos.

E' de tirar o chapéo a hermenêutica; julgou a sabia meza que os eleitores que fazião maioria para um candidato podião ser os mesmos para fazer a maioria dos outros dous, neutralizando por este modo a apresentação dos fiscaes opposicionistas, desde que elles tivessem o apoio do terço ou mais d'este dos eleitores presentes, como tinhão os do Partido Nacional, embora estivesse a maioria do eleitorado do lado do Partido Democrata.

Com todos estes artificios, com todos ás subtilezas logrou, da eleição feita, a qual concorreram vinte nove eleitores. O Partido Nacional teve dez votos, tendo sido prohibidos de votar dois eleitores do mesmo partido por futeis motivos, sendo um d'elles o ter há annos um eleitor assignado termo de bem viver. O Partido Democrata obteve dezessete votos.

Não houve protesto que fosse acceito, não houve reclamação que fosse atendida.¹⁶¹

Para os integrantes do Partido Nacional, esse era mais um artifício político articulado pelo governador Eduardo Ribeiro como forma de estabelecer a dominação dos seus partidários nos cargos municipais e, conseqüentemente, fortalecer-se no governo estadual. Salientamos que é provável que tal intervenção de Ribeiro tenha mesmo ocorrido, pois o resultado dessa eleição indicou o domínio dos democratas na composição dos municípios.

Com a “soberania política” dos representantes do Partido Democrático nas eleições municipais realizadas em janeiro de 1893, assim como a vitória do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro e seu grupo político durante os embates desencadeados no final do ano de 1892 e início de 1893, e, em fevereiro de 1893, deram mostras de que não seria fácil para os representantes do Partido Nacional combater as ações do

¹⁶¹ Jornal *Diario de Manáos*, Ano III, n.º 92, de 27/1/1893, p. 2.

Partido Democrático e do governador Ribeiro, que se prolongariam até o processo eleitoral de 1896, no qual seria escolhido o substituto de Eduardo Ribeiro no governo do Amazonas.

3.3. As artimanhas políticas e o Congresso Foguetão

Desde o seu retorno ao governo do Amazonas, em 1892, Eduardo Ribeiro não conseguiu estabelecer uma administração tranquila, ou seja, não conseguiu apaziguar os ânimos acirrados entre membros do Partido Nacional e do Partido Democrático; ao contrário, podemos notar que os conflitos se intensificaram durante os primeiros anos de sua segunda passagem pelo governo resultando até mesmo em confrontos armados.

Apesar da oposição não ter conseguido executar com êxito as duas tentativas de deposição do governador Eduardo Ribeiro, as ações por parte desses políticos continuaram sendo desferidas contra o governador, sobretudo as que vinham do Congresso Legislativo do Amazonas. Tanto que, nesse momento, o Congresso Legislativo foi transformado em um cenário de diversos embates entre os partidos, no qual opositoristas e seguidores de Eduardo Ribeiro passaram a se antagonizar de forma mais acintosa, sendo que os debates entre ambos os partidos se acentuaram por conta da eleição para o governo que se aproximava.

A proximidade da eleição para governo não intensificou apenas as querelas entre o Partido Nacional e o Partido Democrático; estremeceu também as relações internas do próprio Partido Democrático, no qual os líderes passaram a se desentender com o governador Eduardo Ribeiro, o que acabou resultando inicialmente em uma divisão no partido. Como consequência dos desentendimentos, organizou-se em fevereiro de 1895, em Manaus, o Partido Republicano Federal, aumentando, dessa maneira, os conflitos entre os governistas e os grupos que faziam oposição ao governo.

Ao que tudo indica, os desentendimentos surgidos no Partido Democrático foram motivados por discordâncias sobre a escolha do sucessor de Eduardo Ribeiro; com isso, as disputas foram motivadas tendo como principal objetivo a ocupação do poder pelo Estado, o que nos mostra, mais uma vez, que os meios e objetivos propagados

pelos republicanos, quando da derrubada do regime monárquico, ficaram apenas no discurso. O partido havia indicado o nome de Manoel Francisco Machado como candidato oficial do Partido Democrático ao governo do Estado, escolha que foi ignorada pelo governador Ribeiro que, por sua vez, passou a defender incisivamente a candidatura de seu amigo Fileto Pires Ferreira.

Após ter saído do governo, Ribeiro, na sua publicação em defesa dos acontecimentos de seu governo, desviou o foco da discussão estabelecida no partido e apresentou em sua exposição os motivos que para ele levaram a essa divisão interna no Partido Democrático.¹⁶² De acordo com o ex-administrador do Estado, as discordâncias surgiram pelas desavenças sobre os aspectos econômicos do partido; como mencionamos anteriormente, os recursos públicos circulavam facilmente no governo de Ribeiro a partir de sua estreita relação com a maioria dos representantes do Congresso Legislativo.

Nesse percurso, Ribeiro acrescentou que o novo partido no Amazonas passou a ser formado pelos principais nomes que abandonaram o Partido Democrático, como Emílio Moreira, seu irmão Guilherme Moreira, que ainda ocupava o cargo de vice-governador, senador Joaquim Sarmiento e o deputado Lima Bacury, esse último que era sem dúvida um dos maiores defensores do governador Eduardo Ribeiro e naquele momento, juntamente com esses políticos, passou a fazer franca oposição ao governo de Ribeiro. Para o ex-governador, Bacury preferiu ficar ao lado dos irmãos Moreira, sobretudo pela influência política que tinham no Estado.

Ainda no tom de acusações, Eduardo Ribeiro apontou o senador e candidato ao governo Manoel Francisco Machado de compactuar com uma investida política articulada pelo senador José da Costa Azevedo (barão de Ladário), que teria como objetivo estabelecer uma reforma constitucional, em agosto de 1895, com a finalidade de facilitar a candidatura de Francisco Machado ao cargo de governador.¹⁶³ Segundo exposição apresentada por Ribeiro, isso fez com que os representantes dos

¹⁶² RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897, p. 73.

democratas se posicionassem contrários a essa postura e cancelassem a candidatura de Machado.

A indicação da articulação política, contudo, que tinha como fim organizar uma reforma constitucional no Amazonas, partiu do próprio governador Eduardo Ribeiro. Sobre essa questão, Sylvio Ferreira salienta que:

Em seu mandato são promulgadas duas constituições. A segunda Constituição Política do Amazonas em 17 de agosto de 1895, quando convocou o Congresso Estadual para refazer a Constituição anulando a Constituição vigente de 23 de julho de 1892. Esta terceira Constituição Política do Amazonas de 17 de agosto de 1895 foi fruto de uma Reforma Constitucional, encaminhada pelo próprio Ribeiro, que fora aprovada exatamente em um mês entre a entrada da proposta no Congresso Estadual em 16 de julho de 1895 e sua promulgação em 17 de agosto do mesmo ano. Essa era a terceira Constituição promulgada do Amazonas em quase 6 anos de regime republicano.¹⁶⁴

A confirmação de que a iniciativa por uma reforma constitucional em 1895 partiu de uma solicitação do governador Eduardo Ribeiro veio por meio de uma fala proferida pelo deputado Botinelly durante a sessão do dia 29 de julho de 1895, na qual esse político confirmava a realização de algumas alterações na Constituição. De acordo com o deputado:

A comissão especial para dar parecer sobre o plano de reforma constitucional pedida pelo governador do Estado e mandado publicar pela imprensa, de accordo com o preccituado pelo art. 70 da Constituição. Attendendo que são procedentes os motivos que determinaram o pedido de reforma de diversas disposições constitucionaes e que não convem por mais tempo adial-a.¹⁶⁵

A reforma constitucional de 1895 certamente serviria para os mesmos propósitos estabelecidos na reforma processada em 1892: beneficiar Eduardo Ribeiro e, conseqüentemente, seu grupo político. Sendo que, dessa vez, a meta seria eleger

¹⁶³ RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897, p. 73-74.

¹⁶⁴ FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na República Velha (1889-1914)**, p. 206.

¹⁶⁵ ANNAES do Congresso Legislativo dos Representantes do Estado do Amazonas da Sessão Ordinária do ano de 1895. Manáos: Typ. da Federação, 1895.

Fileto Pires. Tal conduta de Ribeiro acentuou as discordâncias entre o grupo político do governador e os políticos que deixaram o Partido Democrático.

Se de um lado Eduardo Ribeiro transferiu toda responsabilidade do ocorrido no Partido Democrático aos políticos que deixaram o partido, de outro os tidos dissidentes acusaram o governador de tramar uma negociata juntamente com seus seguidores dentro do partido contra a candidatura de Manoel Francisco Machado. Como dissemos, a candidatura de Machado partiu de uma indicação dos líderes do Partido Democrático, o que desagradou o governador Eduardo Ribeiro que defendia a indicação de seu amigo Fileto Pires. Mediante esse entrave entre os representantes do Partido Democrático, Ribeiro e seus seguidores dentro do partido, os 'ribeiristas', sustentaram o nome de Fileto Pires como candidato do partido ao governo.

Como resposta à medida articulada por Ribeiro, os líderes do partido decidiram romper com o governador e, em seguida, organizaram o novo partido, confirmando o nome de Francisco Machado como candidato. Com base nessas composições, o cenário da disputa eleitoral para o governo ficou definido com Fileto Pires pelo Partido Democrático, Manoel Francisco Machado pelo Partido Republicano Federal e Jonathas de Freitas Pedrosa pelo Partido Nacional como sendo os três principais candidatos na disputa.

Esse desenho do cenário da política no Amazonas meses antes da disputa eleitoral fez com que os ataques contra a administração de Ribeiro se intensificassem, pois mesmo com a organização de um novo partido no Amazonas, os representantes do Partido Nacional não deixaram de eleger como alvo principal de seus ataques a figura de Eduardo Ribeiro. Assim, as mais duras acusações continuaram vindas dos membros do Partido Nacional que descarregaram seu arsenal de críticas diariamente.

Durante o período de intensas trocas de acusações entre os que eram contra o governo e os que estavam ao lado de Ribeiro, o deputado José Soares, que era um dos líderes do Partido Nacional no Congresso Legislativo, surgiu como um dos mais atuantes opositores do governador, quando adotou uma postura firme desferindo inúmeros ataques contra Eduardo Ribeiro e sua administração.

O deputado José Soares passou a usar a tribuna do Congresso para desferir suas acusações; dentre as mais constantes, estava à denúncia de corrupção, de fraude

eleitoral, falsificação de documentos e autoritarismo. Sobre essa última acusação o referido deputado relata que tal conduta era empregada, sobretudo no interior do Estado, durante a campanha eleitoral para governador, momento em que a oposição acusou Ribeiro de impor o nome de Fileto Pires Ferreira como seu sucessor natural ao cargo. Em sessão do Congresso no dia 11 de março de 1896, o deputado José Soares fez a seguinte afirmação:

Sr. Presidente, já é bastante longa as séries de crimes praticados pelo cidadão Governador do Estado com o fim unico de garantir a eleição de seu protegido, o Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira.

De diversas localidades do interior tenho recebido cartas de pessoas insuspeitas, reclamando contra as violencias praticadas pelos agentes policiaes remetidos pelo Governo, para garantir a victoria no proximo pleito eleitoral.¹⁶⁶

A tribuna do Congresso Legislativo passou a ser usada como o principal instrumento de ataque por parte do Partido Nacional, uma vez que o jornal *Diario de Manáos* havia sido incendiado em 1894. De acordo com a exposição dos membros do partido, o governador Eduardo Ribeiro teria sido o mandante do atentado contra o órgão de imprensa. No dia 7 de abril 1896, o deputado Mello Rezende externou essa questão:

Já então, sr. presidente, havia sobejos motivos para desconfiar-se da seriedade de sr. governador, mas a opposição quis acreditar na palavra de Sr. Exc., e disto é prova a attitude da imprensa opposicionista, representada então por esse mesmo Estado do Amazonas que ainda hoje se publica, e o heroico e saudoso *Diario de Manáos* que foi incendiado por ordem do governo segundo se disse então.¹⁶⁷

Não podemos esquecer de que, durante algum tempo, o referido jornal exerceu forte oposição ao governo de Ribeiro, desferindo-lhes duras críticas e acusações. Existiam, portanto, motivos suficientes para o governador e seus partidários “calarem” aquela voz oposicionista.

¹⁶⁶ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manáos: Typ. da Federação, 1896, p. 15.

¹⁶⁷ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manáos: Typ. da Federação, 1896, p. 50.

Mesmo contando com minoria no Congresso, os representantes do Partido Nacional deram mostras de que estavam dispostos a confrontar o governo por meio dos discursos de seus deputados, tanto que os ataques desferidos pelo deputado José Soares continuou de forma ostensiva, relatando a situação conflituosa que se instalou, sobretudo no interior do Estado. Apesar de todas as acusações e denúncias proferidas pelos deputados do Partido Nacional, a data da eleição foi mantida e, dessa maneira, o pleito para governador e vice-governador acabou sendo realizado em 25 de março de 1896 envolvendo 78 sessões eleitorais.

Com o término da realização do escrutínio, novas denúncias foram proferidas pelos opositores que apresentaram uma série de irregularidades durante a realização do processo eleitoral, no qual acusaram o governador Ribeiro de interferir diretamente tanto no andamento da votação como no seu resultado final. De acordo com a exposição apresentada pelo deputado José Soares, o processo foi essencialmente maculado pela ação de Ribeiro que determinou a anulação de algumas sessões no interior, sendo acusado ainda de comandar uma fraude que transferiu votos de outros candidatos para Fileto Pires. O deputado José Soares apresentou dessa forma o processo eleitoral transcorrido em Manicoré:

A força mais ignóbil acaba de ser representada n'este município pelos agentes eleitoraes do governo do Sr. Pensador, na eleição do dia 25 para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado.

Sendo repellida pela quasi unanimidade do eleitorado deste município a candidatura do tenente Fileto Pires, os agentes do Sr. Pensador recorreram a fraude e a falsificação – elementos com que fabricam actos em favor do mesmo candidato.

Nestas condições, os eleitores uzaram de prudencia mesmo porque seria inutil exporem-se, uma vez que a falsificação era inevitavel, como foi, pois muitos eleitores que votaram no Dr. Jonathas Pedroza, viram os seus votos subtrahidos na apuração a favor do tenente Fileto.¹⁶⁸

De acordo com as observações apresentadas pelos representantes do Partido Nacional, a condução do processo foi marcada pela fraude eleitoral e pelos seguidos atos de violência no interior do Estado. Eduardo Ribeiro demonstrou todo o seu autoritarismo durante a condução do processo eleitoral, principalmente no interior do

Estado, onde o governador contava com o amparo municipal para executar suas investidas. Mesmo com o bombardeio de acusações contra a ação do governo durante a realização do pleito, foi apresentado como resultado final da eleição a vitória do candidato de Ribeiro, tenente Fileto Pires Ferreira, e para o cargo de vice-governador foi declarado eleito o major José Cardoso Ramalho Júnior. Segundo publicação da Assembleia, esse foi o resultado final do pleito:

Da apuração procedida, verificou-se que obtiveram votos os seguintes cidadãos: para Governador, bacharel Fileto Pires Ferreira, cinco mil novecentos e quarenta e cinco votos (5.945); dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, quinhentos e vinte e dois votos (522).

Para vice governador, Major José Cardoso Ramalho Junior, cinco mil oitocentos e cinquenta e nove votos (5.859); Raymundo Nunes Salgado, quinhentos e quarenta e sete votos (547).¹⁶⁹

Ainda sob a tensão de toda movimentação eleitoral cercada de intrigas e confusões entre os partidos, ainda restava ao governador Eduardo Ribeiro e seus seguidores do Congresso Legislativo confirmar o nome de Fileto Pires perante o mesmo Congresso durante uma sessão que teria como finalidade legitimar o nome do candidato eleito como o novo governador do Amazonas. Os opositores do governo de imediato, todavia, começaram a dar mostras de que não iriam reconhecer Fileto Pires como candidato eleito, ainda sob a alegação de sua eleição ter se dado por meio de inúmeras irregularidades, tanto antes quanto durante a realização da votação.

Assim, não podemos perder de vista que Eduardo Ribeiro não contava mais com a maioria no Congresso Legislativo, pois, com a formação do Partido Republicano Federal, muitos representantes que pertenciam ao Partido Democrata mudaram de lado e, com isso, a confirmação de Fileto como seu sucessor ao governo do Amazonas não seria tarefa simples; dessa maneira, o governo teria somente duas opções.

A primeira consistiria no fato de Ribeiro e seus partidários no Congresso tentarem reverter o quadro por meio de novas alianças dentro do próprio Congresso, ou seja, uma grande articulação política por meio de trocas de interesses, por assim dizer,

¹⁶⁸ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manáos: Typ. da Federação, 1896, p. 70-71.

o que poderia resultar na aceitação e reconhecimento do nome de Fileto Pires como governador eleito. Como segunda opção, realizaria mais uma de suas artimanhas por um golpe dentro do Congresso que validasse a eleição de forma que deixasse de fora da sessão os seus opositores.

Mediante tal quadro, os governistas findaram por convocar uma sessão extraordinária no dia 9 de julho de 1896, que iria confirmar a eleição de Fileto Pires Ferreira para o governo. Sendo que essa convocação por parte dos governistas se deu em um horário diferente do convencional, pois as sessões no Congresso Legislativo ocorriam sempre ao meio-dia, horário regimental para o início dos trabalhos dos deputados. Os representantes da base governista se reuniram no Congresso Legislativo às dez horas da manhã, antecipando em duas horas o horário que era determinado pelo regimento do Congresso.¹⁷⁰

Tal antecipação fez com que os opositores do governador Eduardo Ribeiro fossem pegos de surpresa, o que lhes deixou de fora da sessão do dia 9 de julho, possibilitando, assim, o controle por absoluto da base do governo durante a condução dos trabalhos. Nesse período, tinha-se como costume estourar um foguete que teria como finalidade anunciar o meio-dia na cidade e ao mesmo tempo indicava o início das sessões no Congresso Legislativo e, dessa vez, o foguete não foi estourado no horário de praxe, e sim às 10 horas da manhã. Essa manobra, articulada por Eduardo Ribeiro e sua base governista no Congresso, ficou conhecida como “Congresso Foguetão”.

Com maioria absoluta na sessão, não foi difícil para a base do governo comandada pelo deputado Albuquerque Serejo conduzir a votação para a confirmação do nome de Fileto Pires como o novo governador. Assim, ficou confirmada e reconhecida a vitória de Pires com um total de 5.945 votos para governador, ficando em segundo lugar o representante do Partido Nacional, Jonathas de Freitas Pedrosa, com 522, seguido de Manoel Francisco Machado, com 198 votos. Para o cargo de vice-governador foi reconhecida a vitória do major José Cardoso Ramalho Júnior, com 5.859 votos.

¹⁶⁹ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Extraordinária. Manáos: Typ. da Federação, 1896, p. 2.

Por sua vez, a oposição, contando apenas com três representantes, os deputados José Soares, Mello Rezende e Antônio Jardim, tentaram reverter o quadro defendendo a tese de que, na verdade, houve uma grande fraude na abertura das urnas eleitorais, na qual os verdadeiros vencedores aos cargos de governador e vice-governador foram o senador Francisco Machado e o tenente-coronel José Feliciano Michilles, respectivamente. De acordo com os opositoristas, o resultado real das eleições seria esse:

Os cidadãos Senador Manoel Francisco Machado e Tenente-Coronel José Feliciano Michilles foram os mais votados para os referidos cargos, obtendo o primeiro Senador Manoel Francisco Machado, dois mil duzentos e noventa e oito votos para Governador, e o segundo, Tenente-Coronel José Feliciano Michilles, dois mil trezentos e quarenta e três votos para Vice-Governador.¹⁷¹

Além desse argumento sobre fraude eleitoral, os solitários deputados opositoristas buscaram, por meio de uma determinação encontrada na Constituição do Estado, invalidar a confirmação de Fileto Pires como governador. O argumento foi apresentado brevemente pelo deputado Mello Rezende, no qual o deputado provou que a confirmação de Fileto como governador infringia a Constituição do Estado do Amazonas:

O artigo 4.º da Constituição do Estado exige, além das condições gerais de ilegitimidade, que o candidato seja brasileiro nato, tenha pelo menos trinta anos de idade e três de residência no Estado. Ora, conforme a certidão de idade que exibimos, o Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira apenas atingiu aos 29 anos, e nestas condições a votação apurada em seu favor é nulla de pleno direito, porque refere-se a um indivíduo incapaz politicamente falando, e a incapacidade política assim como a civil é insuprível.¹⁷²

Apesar de todos esses argumentos, os três deputados da oposição presentes no Congresso não conseguiram impedir a confirmação do nome de Fileto Pires para

¹⁷⁰ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Extraordinária. Manaus: Typ. da Federação, 1896.

¹⁷¹ ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Extraordinária. Manaus: Typ. da Federação, 1896, p. 3.

¹⁷² ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Extraordinária. Manaus: Typ. da Federação, 1896, p. 3.

governador; com isso, estava sacramentado o sucesso da investida governista no chamado “Congresso Foguetão”, pois todas as falas e argumentações que foram expostas nessa Sessão Extraordinária passaram por apreciação, sendo a maioria ‘ribeiristas’, o que levou vantagem sobre os reduzidos membros da oposição.

Assim, ficou determinado que a posse do novo governador e do vice ocorreria no dia 23 de julho do mesmo ano, o que de fato se deu. Com a posse, Fileto Pires assumiu as rédeas do governo em um mandato que deveria se estender até o dia 23 de julho de 1900. Os constantes acordos, desacordos e as artimanhas políticas que marcaram os primeiros anos de República no Amazonas, dessa vez, voltaram-se contra o próprio Fileto, que acabou não concluindo seu mandato de governador.

Percebemos, pela articulação, não apenas do “Congresso Foguetão”, mas de todas as negociatas durante os anos iniciais da República no Amazonas, que o governo de Eduardo Ribeiro foi conduzido por inúmeras situações conflituosas que foram pouco debatidas por seus estudiosos. O governo de Ribeiro, porém, não foi o único a adotar tal postura, pois a maioria dos governos que se estabeleceram no Amazonas, naquele momento, estava mais voltada para as disputas de interesses partidários, nas quais seus representantes se antagonizaram constantemente na disputa pela soberania da região e o poder que ela representava.

Considerações Finais

Partindo das reflexões apresentadas neste trabalho, percebemos que a derrubada da Monarquia e, conseqüentemente, o advento da República no Brasil, em novembro de 1889, não representou o fim da instabilidade política que cercou o governo imperial durante seus últimos momentos de regime vigente. Ao contrário, com a chegada dos republicanos ao poder, os conflitos e os desacordos entre os grupos políticos que fizeram parte da conjuntura da nova ordem política se intensificaram, principalmente, a partir de um domínio militar diante dos negócios do Estado, o que provocou desagrado nos republicanos civis que queriam ter uma maior participação nas decisões da política brasileira.

Tal relação conflituosa se desenvolveu, sobretudo, com a confirmação do nome do marechal Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente constitucional da História do Brasil republicano, tendo em vista que Deodoro, que já havia sido chefe do governo provisório, revelou de vez seu autoritarismo durante sua administração como presidente eleito, dando mostras de que, mesmo como presidente de um governo republicano, não conseguiu se desprender da mentalidade monarquista. A conduta de Deodoro e a dificuldade de relacionamento com os representantes do Congresso culminaram na decretação do seu fechamento e, posteriormente, na declaração de estado de sítio no Brasil. Não resistindo às pressões que se intensificaram cada vez mais, todavia, Deodoro acabou tendo de renunciar, assumindo em seu lugar o vice-presidente Floriano Peixoto que, em certo sentido, seguiu os passos de seu antecessor e governou de forma autoritária.

No Amazonas não foi diferente: a Proclamação da República representou o acirramento das disputas políticas que ocorriam durante os últimos anos de regime imperial, no qual os partidos políticos conduzidos por seus membros asseguraram seus lugares de destaque a partir da oficialização da nova ordem política no Amazonas. No dia 21 de novembro de 1889, chegou ao Amazonas à confirmação da notícia de que a República havia sido proclamada na capital do Brasil; tal medida trouxe de imediato a

primeira querela entre os representantes do novo regime, a de quem formaria a junta do governo provisório que ficaria responsável pelo controle do agora Estado do Amazonas durante as primeiras horas republicanas na região.

As discordâncias imediatas tiveram como protagonistas civis e militares que não se entenderam sobre a composição da junta provisória, na qual, em uma primeira investida, os militares tentaram assumir o controle total da formação da referida junta. Todavia, mediante constantes questionamentos dos republicanos civis, estabeleceram uma nova composição contando com a presença do republicano civil Carvalho Leal.

No decorrer da confecção deste trabalho, fomos notando que, quanto mais se buscou consolidar a República como regime oficial no Amazonas, mais se acentuaram os desagrvos entre os políticos da região que aproveitaram o momento em que as estruturas republicanas ainda estavam sendo alicerçadas no Estado para garantirem a defesa dos interesses dos seus partidos políticos. Dessa maneira, os primeiros anos de regime republicano foram caracterizados por constantes disputas entre os representantes do Partido Nacional e do Partido Democrático pelos cargos do governo, resultando em alguns instantes em confrontos mais violentos.

Durante os primeiros momentos de República no Amazonas, o poder central tentou determinar uma conduta que estabelecesse um controle na região pela indicação de alguns políticos que vieram para Manaus, assumir a administração do Estado e, ao mesmo tempo, articular com os representantes locais os interesses e as imposições do governo federal. Essa política da imposição do governo central, contudo, enfrentou grande rejeição por parte dos políticos amazonenses, que nem sempre aceitaram as determinações do governo federal de forma passiva. Embora não tenha assumido isso oficialmente, Augusto Ximeno Villeroy, ao deixar o governo, deu indicativo de que a pressão dos políticos de Manaus acabou sendo o catalisador para sua decisão, reforçando a ideia de que os políticos do Amazonas demonstraram resistência, em determinados momentos, contra os desígnios vindos do Rio de Janeiro.

Buscamos, por meio deste debate, descortinar alguns aspectos que fizeram parte do cotidiano da política e dos políticos do Amazonas, esses aspectos pouco foram discutidos pela historiografia local, que, em grande medida, destinou seus estudos para a apresentação da cidade modernizada, elegendo Eduardo Ribeiro como o grande

precursor daquele processo. Ou seja, a produção historiográfica determinou uma visão para a construção de uma história sem conflitos e desagrvos políticos na região, na qual se limitaram apenas a reforçar a ideia de uma cidade que viveu um período de harmonia social e desenvolvimento arquitetônico de seu espaço urbano em um momento de desenvolvimento da economia da borracha, assim como o desempenho da administração de Eduardo Ribeiro nessa conjuntura.

No entanto, fomos notando que a realidade política no na região era outra, pois o retorno de Eduardo Ribeiro ao Estado do Amazonas findou por estimular ainda mais os desagrvos e os embates entre os membros do Partido Nacional e os representantes do Partido Democrático. Tais animosidades foram expostas logo de imediato, com a ordem de Ribeiro que determinou a dissolução do Congresso, convocando outro em seguida. Essa medida representou o fortalecimento do governador no Congresso, como também a legitimação de seu governo que veio por meio de uma revisão na Constituição, que, dentre outras medidas, determinou que seu mandato tivesse duração de quatro anos.

Notamos que, desde que retornou ao Estado, Ribeiro adotou medidas que beneficiaram sua administração: o caso da reformulação dos representantes do Congresso reforça essa ideia, pois, contando com a maioria dos políticos ao seu lado, o governador conseguiu mais facilmente a aprovação da solicitação de liberação de verbas para os seus projetos, o que possibilitou uma grande circulação de recursos públicos durante sua gestão. O governo de Eduardo Ribeiro não foi conturbado apenas no seu início, todo o período de vigência de sua administração foi cercado de ações autoritárias, acusações de fraudes eleitorais, violências, corrupção e, também, conflitos armados contra os opositoristas do governo.

Por último, destacamos a ação do governador Eduardo Ribeiro durante todo o processo eleitoral que teve como resultado a vitória de Fileto Pires Ferreira, amigo e candidato de Ribeiro. A nosso ver, a condução do processo eleitoral de 1896, cercada de acusações e indicativos de autoritarismo e fraude eleitoral, caracterizou bem o que representou o verdadeiro governo de Ribeiro durante seus quatro anos, tendo seu encerramento marcado por uma das maiores fraudes eleitorais da história política do Amazonas republicano: o “Congresso Foguetão”. Dessa maneira, encerramos

momentaneamente essa discussão, que nos apresentou um Amazonas republicano carregado de acordos e desacordos políticos e partidários que resultaram em alguns momentos em conflitos políticos. Essas relações estabelecidas na conjuntura política da região sinalizam que a República não trouxe nada de novo para o Amazonas, pois apenas agravou as relações partidárias que desempenharam, por meio de seus representantes, uma intensa disputa pelo poder do Estado.

4. FONTES

DOCUMENTAÇÃO IMPRESSA:

a) Exposições governamentais:

ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Ordinária em 1888-1889 – 3.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1888.

ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Sessão Extraordinária em 1888-1889 – 1.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1889.

ANNAES da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Extraordinária em 1890-1891 – 4.^a Sessão. Manáos: Typ. do Amazonas, 1891.

ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Constituinte do Anno de 1892. Manáos. Typ. do Amazonas, 1892.

ANNAES do Congresso Legislativo dos Representantes do Estado do Amazonas da Sessão Ordinária do Ano de 1895. Manáos: Typ. da Federação, 1895.

ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. 2.^a Sessão Constituinte. Manáos: Typ. da Federação, 1896.

ANNAES do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Sessão Extraordinária. Manáos: Typ. da Federação, 1896.

EXPOSIÇÃO com que o Sr. Cel. Conrado Jacob de Niemeyer passou a administração da Província ao Cel. Francisco A. Pimenta Bueno, 2.^o Vice-Presidente. Manáos: Typ. do Comercio do Amazonas, 1888.

EXPOSIÇÃO do Cel. Francisco A. Pimenta Bueno, Presidente da Província na passagem da administração ao Sr. Antonio Lopes Braga, 2.º Vice-Presidente. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas, 1888.

EXPOSIÇÃO com que o R.^{vdº} Cônego Raymundo Amancio de Miranda passou a administração da Província ao Dr. Joaquim Cardoso de Andrade. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas, 1888.

EXPOSIÇÃO com que Padre Raymundo Amancio de Miranda, 3.º Vice-Presidente passou administração ao Sr Antonio Lopes Braga, 2.º Vice-Presidente da Província. Manáos: Typ. do Jornal do Amazonas, 1888.

EXPOSIÇÃO com que o Cônego Raymundo Amancio de Miranda passou a administração da Província ao Dr. Joaquim Cardoso de Andrade. s/d.

EXPOSIÇÃO com que o Dr. Joaquim de Oliveira Machado, Presidente da Província, passou a administração da Província ao Sr. Manoel Francisco Machado. Manáos: Typ. do Amazonas, 1889.

RELATÓRIO do Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, Presidente da Província abriu a 1.ª Sessão da 19.ª Legislatura. Manáos: Typ. do Comércio do Amazonas, 1888.

RELATÓRIO do Dr. Joaquim Cardoso de Oliveira Machado, Presidente da Província, na instalação da Sessão Extraordinária. Manáos: Typ. do Comercio do Amazonas, 1888.

MENSAGEM do Exm.º Sr. Presidente do Estado G. Azevedo lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de 25 de novembro de 1891. Manáos: Typ. do Amazonas, 1891.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto, por ocasião de abrir-se a 2.^a Sessão Ordinária da 1.^a Legislatura em 12 de maio de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MENSAGEM do Exm.^o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro lida perante o Congresso Amazonense na Sessão de Instalação, em 1.^o de junho de 1892. Manaus: Typ. do Amazonas, 1892.

b) Jornais:

EQUADOR. Ano I, n.^o 04, de 22/1/1888; n.^o 12, de 25/3/1888.

EVOLUÇÃO. Ano I, n.^o 28, de 28/6/1888.

A PROVÍNCIA DO AMAZONAS. Ano I, n.^o 135, de 16/9/1888; n.^o 140, de 30/9/1888.

JORNAL O AMERICANO. Órgão Republicano. Ano I, n.^o 02, de 1.^o /12/1889.

O SECULO: Órgão Popular. Ano I, n.^o 03, de 11/1/1890.

JORNAL ESTADO DO AMAZONAS. Ano I, n.^o 05, de 15/1/1892; n.^o 09, de 22/1/1892; n.^o 24, de 28/2/1892.

DIARIO DE MANÁOS. Ano II, n.º 156, de 14/1/1892; n.º 212, de 30/3/1892; n.º 237, de 23/4/1892; Ano III, n.º 72, de 2/1/1893; n.º 79, de 12/1/1893; n.º 92, de 27/1/1893; n.º 119, de 11/3/1893.

c) Obras raras:

BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas:** movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1894.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892.** Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897.

5. REFERÊNCIAS:

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005).** Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2006.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República.** 5.^a ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias:** vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

BOBBIO, Noberto *et al.* **Dicionário de política.** Tradução: Carmen C. Varriale *et al.* 11.^a ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRAGA, Genesino. **Chão e graça de Manaus**. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1975.

CARONE, Edgard. **A República Velha**: evolução política. 4.^a ed. São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In: **Teatro de sombras**: a política imperial. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**: Manaus 1890-1920. 2.^a ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FARIAS, William Gaia. **O alvorecer da República no Pará (1886-1897)**. Belém: Açaí, 2008.

FEITOSA, Orange Matos. **Sob o império da nova lei**: o amanhecer da República no Amazonas (1892-1893). Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política**: O Amazonas na República Velha (1889-1914). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **O Império das províncias:** Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: O Brasil Monárquico.** 4.^a ed. São Paulo: Difel, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: política e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 6.^a ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial: 1870-1889.** Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Regina Márcia de Jesus. A Província do Amazonas no sistema político do segundo reinado (1852-1889). In: **História em novos cenários: Amazônia em cadernos.** Vol. II, dez. 1993-1994.

LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas.** Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOVE, Joseph. L.; BARICKMAN, Bert J. Elites regionais. In: HEINZ, Flávio M. (org.). **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001.

MELLO, Maria Teresa Chaves de. **A República consentida**: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: História e Arquitetura 1852-1910. Manaus. 3.^a ed. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus/Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República**. 3.^a ed. São Paulo: Ática, 1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Negritude e modernidade**: A trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

_____. **O Seringal e o Seringueiro**. 2.^a ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Os Fios de Ariadne**: Tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. Dissertação de Mestrado.

SCHULZ, John. **O Exército na política**: Origens da intervenção militar 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.